

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA  
ANO 65 - NÚMERO 2 - ABRIL / MAIO / JUNHO DE 2013

# Ciência & Cultura

TEMAS E TENDÊNCIAS

## ARQUEOLOGIA

**3 EDITORIAL**

**4 TENDÊNCIAS**

COMO MULTIPLICAR OS PEIXES?  
PERSPECTIVAS DA  
AQUICULTURA BRASILEIRA  
Roberto Manolio V. Flores  
Manoel Xavier Pedroza Filho

**BRASIL**

**6 CIDADES NASCEM  
ABRAÇADAS A SEUS RIOS,  
MAS LHES VIRAM AS  
COSTAS NO CRESCIMENTO**

**10 PRESERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO PASSA  
PELA EDUCAÇÃO**

**12 CENTROS E MUSEUS  
CRECEM MAS  
INVESTIMENTO AINDA  
É INSUFICIENTE**



Professores Kaingang

**14 COMUNIDADES INDÍGENAS  
USAM INTERNET E REDES  
SOCIAIS PARA DIVULGAR  
SUA CULTURA**

**MUNDO**

**16 NOVA FACE ORIENTAL  
GANHA FORÇA NA  
ECONOMIA DA EUROPA**

**18 ÁRTICO, A NOVA  
FRONTEIRA SOB A  
CATÁSTROFE**

**NÚCLEO TEMÁTICO:  
ARQUEOLOGIA**

**ARTIGOS**



**22**  
Apresentação  
**Estabelecendo diálogos  
entre o passado e o  
presente: reflexões sobre  
novas perspectivas na  
arqueologia brasileira**  
Flávio Rizzi Calippo

**23**  
**Arqueologia no Brasil  
e no mundo: origens,  
problemáticas e tendências**  
Pedro Paulo A. Funari

**26**  
**Longue durée: história  
indígena e arqueologia**  
Ângelo Alves Corrêa

**30**  
**Algumas abordagens  
teóricas na arqueologia  
histórica brasileira**  
Diogo M. Costa

**33**  
**Por uma arqueologia  
subaquática que vai além  
dos naufrágios: o caso do  
arquipélago de São Pedro  
e São Paulo**  
Flávio Rizzi Calippo,  
Gilson Rambelli,  
Paulo F. Bava de Camargo

**37**  
**O vaso grego hoje**  
Gilberto da Silva Francisco

**39**  
**Arqueologia e comunidades  
tradicionais na Amazônia**  
Helena Pinto Lima, Bruno Moraes

**42**  
**Uma viagem pelo rio  
Tapajós: narrativas do  
presente sobre o passado  
na região de Santarém**  
Louise Prado Alfonso, Anne Rapp  
Py-Daniel

**45**  
**Arqueologia e socialização  
do conhecimento:  
Indiana Jones, mostre-nos  
o que sabes**  
Aline Carvalho, Bruno Sanches  
Ranzani da Silva

**48**  
**Divulgando a arqueologia:  
comunicando o  
conhecimento para  
a sociedade**  
Camila Delmondes Dias, Cristiane  
Delfina, Glória Tega-Calippo,  
Maria Beatriz Rocha Ferreira,  
Maria Clara Ferreira Guimarães,  
Vera Regina Toledo Camargo

NOTÍCIAS ..... 53  
PESQUISAS ..... 54

**A & E**

**56** AS GREVES ANTES DA  
"GRÈVE": AS PARALISAÇÕES  
DO TRABALHO FEITAS POR  
ESCRAVOS NO SÉCULO XIX  
Antonio Luigi Negro  
Flávio dos Santos Gomes

**CULTURA**



Ateliê do artista em Pernambuco

**60 ESCULTURA**  
A cerâmica  
transformada  
em arte pelas  
mãos de Francisco  
Brennand

**62 DOCUMENTÁRIO**  
O Piauí existe  
e está presente no  
longa metragem  
Kátia

**64 RESENHA**  
Injustiça fiscal:  
paga mais tributo  
quem realmente  
pode pagar?

**66 PROSA**  
Lucas Piccinin Lazzaretti

**68 POESIA**  
Thiago Mattos

E X P E D I E N T E

**Ciência&Cultura**

<http://cienciaecultura.bvs.br>

**CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura, Francisco Cesar de Sá Barreto, Gilberto Cardoso Alves Velho, Hernan Chaimovich Guralnik, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello, Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

**EDITOR CHEFE**

Marcelo Knobel

**EDITORA EXECUTIVA**

Wanda Jorge

**EDITORA ASSISTENTE**

Germana Barata

**EQUIPE DE REPORTAGEM**

Alfredo Suppia, Chris Bueno,  
Daniel Blasioli Dentillo,  
Leonor Assad, Marta Avancini,  
Patrícia Mariuzzo,  
Roberto Belisário,  
Rodrigo Cunha

**CAPA**

João Baptista da Costa Aguiar

**DIAGRAMAÇÃO**

Carla Castilho | Estúdio  
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

**REVISÃO**

Daisy Silva de Lara

**CONSULTORES**

**Literatura**

Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

**CONTATOS**

Redação: [cienciaecultura@sbpcnet.org.br](mailto:cienciaecultura@sbpcnet.org.br)

**DIRETORIA DA SBPC**

**PRESIDENTE**

Helena Bonciani Nader

**VICE-PRESIDENTES**

Ennio Candotti  
Dora Fix Ventura

**SECRETÁRIO-GERAL**

Rute Maria Gonçalves Andrade

**SECRETÁRIOS**

Edna Maria Ramos de Castro  
Maria Lucia Maciel  
José Antônio Aleixo da Silva

**PRIMEIRO TESOUREIRO**

Regina Pekelmann Markus

**SEGUNDO TESOUREIRO**

Walter Coli

Revista *Ciência e Cultura*

ISSN 0009-6725

**P**erscrutar o passado para compreender o presente e projetar o futuro faz parte da dinâmica do conhecimento. A arqueologia é uma das áreas que com mais afinco, determinação e método se lança nesta empreitada. Neste número, a revista *Ciência e Cultura* publica um dossiê sobre o tema, sob coordenação do professor do curso de arqueologia e conservação de arte rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Flávio Rizzi Calippo. Em nove artigos, a intenção foi constituir uma reflexão sobre os diferentes desafios enfrentados pela arqueologia moderna, todos voltados para a ampliação do diálogo com as outras áreas do conhecimento, buscando contribuir para novas interpretações, tanto do passado quanto do presente.

Para além do olhar atento sobre traços, indícios, rastros e restos de civilizações, nos artigos do Núcleo Temático destacam-se as novas tendências da arqueologia, que não se limitam à descoberta e à documentação, mas que se ampliam em direção a outras reflexões que possam também contribuir, mais efetivamente, para o desenvolvimento humano.

Na seção “Brasil” uma das reportagens aborda a forma, ainda tristemente inadequada, como são tratados os rios que cruzam nossas cidades. As características peculiares da comunidade chinesa, presente em todos os continentes, são abordadas em texto da seção “Mundo”, mostrando que mesmo atividades econômicas bastante tradicionais de alguns países estão passando para as mãos desses imigrantes, impactando, além dos negócios, os hábitos e costumes no mundo do trabalho. Na mesma seção, um texto que traz algum alento: um estudo dos desastres ambientais registrados no Polo Ártico propõe novas opções para explorações científicas e econômicas. Em “Cultura”, a arte do ceramista pernambucano Francisco Brennand é destacada, no momento em que suas famosas obras saem do habitat natural para povoar o espaço do Sesc-Interlagos, na capital paulista. E, em tempos de discussão acirrada sobre tolerância, a documentarista Karla Holanda conta a vida de Kátia Tapety, a primeira travesti eleita para um cargo político no Brasil e agora vice-prefeita de Colônia do Piauí.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL  
*Abril de 2013*

# COMO MULTIPLICAR OS PEIXES? PERSPECTIVAS DA AQUICULTURA BRASILEIRA

*Roberto Manolio Valladão Flores  
Manoel Xavier Pedroza Filho*

**M**aís de 200 anos atrás, o economista inglês Thomas Malthus observou em seu famoso trabalho “Ensaio sobre a população” que o ritmo de crescimento populacional se apresentava mais acelerado que o ritmo de crescimento da produção de alimentos. Assim, indicou que, possivelmente, o mundo atingiria o esgotamento de suas áreas agricultáveis, causando falta de alimentos para abastecer as necessidades de consumo e, como consequência, mortes, doenças, guerras civis e disputas por territórios. Felizmente, as previsões de Malthus não se concretizaram, pois o economista não considerou em seu modelo o desenvolvimento tecnológico acentuado que ocorreu nos anos subsequentes, o que acelerou consideravelmente a produção de alimentos.

Recentemente, tentando realizar exercício semelhante ao do economista inglês, a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) estimou que a população mundial aumentará dos atuais 7 bilhões de habitantes para 8,3 bilhões em 2030 e para 9,1 bilhões em 2050, trazendo a necessidade de incremento da produção de alimentos em aproximadamente 60% nos próximos 40 anos. Assim como o desenvolvimen-

to tecnológico foi um dos principais fatores que permitiram que a produção de alimentos acompanhasse o crescimento populacional da época de Malthus até os dias de hoje, a questão que fica em aberto é saber quais são os fatores que devem permitir o incremento de produção necessário para os próximos anos.

Sem dúvida, a aquicultura é uma das respostas a essa questão. A atividade, que corresponde ao cultivo de organismos aquáticos, como a criação de peixes, moluscos, crustáceos etc, vem apresentando um espetacular crescimento nos últimos anos. Para se ter ideia, a produção mundial aumentou em quase 12 vezes nas últimas três décadas, crescendo a uma taxa média de 8,8% ao ano e atingindo 63,6 milhões de toneladas em 2011. Outro ponto que conta a favor do setor aquícola é o fato de a carne de pescado (carne advinda da pesca e da aquicultura) ser a mais consumida no mundo e o setor da pesca (que corresponde unicamente à extração de organismos aquáticos do meio natural) vir apresentando estabilidade na sua produção nos últimos anos. No caso do Brasil, embora a carne de pescado seja apenas a quarta colocada na preferência de consumo, atrás de aves, bovinos e suínos, a situação da atividade aquícola também é promissora. O se-

tor, que apresentou um crescimento de 31,2% na produção anual no período entre 2008 e 2010, atingindo quase 500 mil toneladas/ano, vem sendo apoiado por diversas ações governamentais tais como fomento, políticas públicas e pesquisa. A criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca em 2003, que mais adiante se tornou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), representou um dos principais marcos para o desenvolvimento da atividade. Outra ação de extrema importância foi a criação, em 2009, de nova unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa Pesca e Aquicultura, localizada em Palmas, no estado do Tocantins, que conta com uma equipe de mais de 30 pesquisadores da área e vem desenvolvendo projetos que atendem a diversas demandas tecnológicas da aquicultura.

As expectativas do setor aquícola no Brasil para os próximos anos também são muito boas devido, principalmente, ao fato de o país possuir uma costa marítima de aproximadamente 8,5 mil km e 12% de toda a água doce do mundo. Além disso, um considerável potencial de crescimento da atividade se situa nos grandes reservatórios das usinas hidrelétricas, onde foram criados parques aquícolas pelo MPA. Os 219

reservatórios hidrelétricos, situados em 22 estados da federação, abrangem uma área total de 3,14 milhões de hectares de lâmina d'água e, segundo levantamento da Embrapa Pesca e Aquicultura, apenas os 37 maiores reservatórios do Brasil apresentam um potencial de produção aquícola anual de aproximadamente 5 milhões de toneladas. Para se ter ideia desse potencial, o valor representa mais de 10 vezes a produção brasileira observada no ano de 2010.

Mas, embora haja boas perspectivas para o setor aquícola brasileiro, algumas questões importantes devem ser consideradas. A primeira delas corresponde às críticas que as estatísticas geradas para o setor vêm recebendo de alguns especialistas. Essas críticas recaem principalmente sobre a metodologia utilizada no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, documento anual elaborado pelo MPA, que contém informações coletadas sobre a produção. Um dos pontos que vêm sendo alvo dos especialistas do setor, por exemplo, é o fato de a estimação de alguns valores de produção aquícola ser resultante de regressão linear sobre a quantidade de ração comercializada. Para os críticos, metodologias como essa, que estimam a produção baseando-se no histórico de outras variáveis observadas, podem ser as responsáveis pelo notável aumento da produção da aquicultura que vem sendo divulgado nos últimos anos.

Outra questão a ser considerada é a capacidade do mercado interno brasileiro em absorver o possível aumento de oferta dos produtos resultantes da aquicultura. Alguns agentes tomadores de decisão do setor acreditam que o consumo *per capita* de pescado no Brasil, hoje em torno de

9 kg/habitante/ano, deve aumentar pelo simples fato deste valor se situar abaixo do consumo mínimo de 12 kg/habitante/ano estipulado pela Organização Mundial da Saúde. Sem dúvida, essa hipótese carece de análise mais aprofundada dada a diversidade de fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam o consumo do pescado no Brasil.

Acredita-se também que o crescimento da produção aquícola nacional poderá abastecer boa parte da demanda do consumidor brasileiro por pescado que hoje é atendida pelas importações. Atualmente, o déficit anual da balança comercial brasileira de pescado é de aproximadamente 1 bilhão de dólares, valor que vem aumentando a cada ano. Mas, embora esse fato represente uma oportunidade para o setor, deve ser considerado também que a maior parte das importações é composta por filés congelados, como merluza e polaca do Alaska, que apresentam preços altamente competitivos internacionalmente. Além disso, as importações também são formadas por produtos de nichos, como salmão e bacalhau, que competem em segmentos de mercado diferentes daqueles das principais espécies produzidas pela aquicultura brasileira. Essas questões devem receber maior atenção por parte do governo e dos agentes tomadores de decisão do setor aquícola. A orientação das políticas públicas essencialmente focadas no aumento de produção da atividade pode levar a problemas como o desequilíbrio entre oferta e demanda no setor, caso os produtos não apresentem qualidade e preço internacionalmente competitivos. O cuidado com esses fatores pode evitar o que

aconteceu no setor da manga na região do Vale do São Francisco, onde, ao longo dos anos 1990, diversas instituições de desenvolvimento fomentaram o aumento do volume de produção baseando-se numa expectativa de crescimento da demanda no mercado nacional e, sobretudo, internacional. No entanto, a partir do início dos anos 2000, o aumento excessivo da oferta de manga brasileira, aliada à entrada de novos competidores internacionais, como países asiáticos e africanos, levou a uma queda acentuada dos preços. Além disso, sendo boa parte da produção brasileira baseada essencialmente em uma única espécie, esta não atendeu a demanda do mercado internacional, que passou a optar por outras variedades de manga. Como resultado, o setor perdeu competitividade no mercado internacional e várias empresas encerraram suas atividades.

É importante, nesse sentido, a realização de ações nos próximos anos que ajudem a desenvolver um maior entendimento do setor aquícola no Brasil. Essas ações devem atender tanto a necessidade de um monitoramento mais qualificado dos dados estatísticos da atividade, quanto à necessidade de pesquisas e estudos mais aprofundados sobre o comportamento de variáveis econômicas do setor.

**Roberto Manólio Valladão Flores** é mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador da Embrapa Pesca e Aquicultura e coordenador do Projeto Aquapescuista. E-mail: roberto.valladao@embrapa.br

**Manoel Xavier Pedroza Filho** é doutor em economia pela SupAgro Montpellier/França, pesquisador da Embrapa Pesca e Aquicultura e coordenador do Projeto Divinópolis-TO. E-mail: manoel.pedroza@embrapa.br



Maria Cecília Barbieri Gorski



Vias de pedestre com piso drenante, em área de proteção legal no leito do rio Piracicaba

## URBANISMO

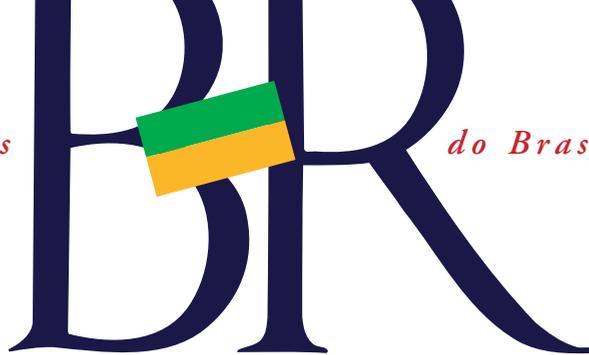
### Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento

O Brasil tem a maior rede hidrográfica e possui a maior reserva de água doce do planeta. Se levarmos em conta a quantidade de água de territórios estrangeiros que ingressa no país pelas bacias amazônica, do Uruguai e do Paraguai, a vazão média de nossos rios é da ordem de 267 mil metros cúbicos por segundo, ou seja, pouco mais de 100 piscinas olímpicas por segundo. É muita água! Que tem um papel de grande importância na vida das pessoas. Mas o país mantém com seus rios uma relação ambígua: as cidades os

abraçam para crescer e se desenvolver, criando importante laço para o desenvolvimento urbano e agrícola, mas os destroem, ao torná-los o principal meio de escoamento de esgoto. Os rios sofrem com a poluição, o assoreamento, o desvio de seus cursos e com a destruição das matas ciliares; e a beleza da paisagem fica obstruída pelo mau cheiro, mudança de coloração, incapacidade de uso original de seus recursos. Os cursos d'água possuem múltiplos usos: consumo humano, aproveitamento industrial, irrigação,

criação animal, pesca, aquicultura e piscicultura, turismo, recreação, geração de energia, lazer e transporte. A arquiteta e paisagista Maria Cecília Barbieri Gorski, escreveu o livro *Rios e cidades: ruptura e reconciliação*, onde afirma que, em algumas regiões do Brasil, rios e córregos estiveram, e ainda estão, associados ao cotidiano de populações ribeirinhas, fornecendo água para as habitações e para ativação de engenhocas como monjolo e roda d'água. O leito fluvial continua sendo usado para o deslocamento de pessoas e mercadorias, para lavagem de roupas, para atividades extrativistas como a pesca e para a mineração de areia, argila e minerais como o ouro.

Segundo dados do GeoBrasil – Recursos Hídricos, elaborado pela Agência Nacional de Águas, a irrigação na agricultura é responsável pelo maior percentual de água consumida (45%), com destaque para as regiões do Atlântico Sul, do Uruguai, do Paraná, Atlântico Nordeste Oriental e do São Francisco (ver gráfico). Mas existem grandes diferenças regionais nesse uso. Em quantidade consumida, predomina a região hidrográfica do Paraná que se destaca em todos os usos, com exceção da irrigação, na qual aparece em 3º lugar. A região do Atlântico Sudeste apresenta usos relevantes no abastecimento urbano e industrial devido a suas grandes metrópoles. Já nas regiões do Atlântico Nordeste Oriental, do Atlântico



co Leste e do São Francisco, onde a migração urbana foi menos intensa, a predominância é do uso da água no meio rural.

**RIOS QUE ATRAEM CIDADES** Gercinair Silvério Gandara, historiadora e professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), analisa as cidades brasileiras de um ponto de vista da beira, ou seja, da perspectiva do rio, do mar, do ribeirão, das estradas, da rodovia, da ferrovia, entre outras. E, se muitas de nossas cidades são de beira, várias cresceram a custa de seus rios. Por exemplo, em todas as capitais brasileiras, incluindo Brasília, rios tiveram papel importante no desenvolvimento urbano, ainda que muitas vezes eles estejam poluídos, canalizados ou com suas características físicas alteradas. Cidades ribeirinhas de médio e pequeno porte, como Penedo em Alagoas, Piracicaba em São Paulo e Blumenau em Santa Catarina, têm nos seus rios um fator de vitalidade e atração turística.

Gercinair considera os rios um espaço social em constante transformação. Segundo ela, muitas cidades que nascem voltadas para os rios acabam virando-lhes as costas: “isto resulta das próprias dinâmicas históricas das cidades no cruzamento dos caminhos fluviais e terrestres; assim, as cidades-rios são chaves para a leitura do mundo e do ambiente”.

Com essa ótica, a historiadora estu-

dou o rio Parnaíba, que banha os estados do Maranhão e do Piauí. Com a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, atividades extrativistas e de comercialização e a navegação a vapor foram intensificadas e contribuíram para que o rio Parnaíba assumisse um importante papel de integração comercial. Teresina, que está situada no centro médio do rio Parnaíba, foi projetada e construída para alavancar o crescimento do Piauí e deter a influência que o Maranhão começava a exercer sobre o interior piauiense. Gercinair salienta que, em consequência da mudança da capital, surgiram e ressurgiram vários povoados à beira do rio Parnaíba, que mais tarde se tornaram vilas, cidades, empórios comerciais: “elas foram surgindo marcadas pelo tráfego das mercadorias transportadas pelo rio, durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX”.

Outra cidade cuja formação e desenvolvimento são marcados por rios é São Paulo, a sexta maior cidade do mundo. Para o historiador Janes Jorge, da Universidade de São Paulo, é impossível discutir a formação e o desenvolvimento de São Paulo sem considerar o papel dos rios Tietê, Pinheiros, Anhangabaú e Tamanduaeté, e como a cidade e seus moradores se relacionaram com eles ao longo do tempo. Os jesuítas, liderados por Anchieta e incentivados pela Coroa portuguesa, fundaram seu Colégio

no alto de uma colina, delimitada a oeste pelo vale do riacho Anhangabaú e a leste pelo rio Tamanduaeté, afluente da margem esquerda do Tietê. Jorge acrescenta que “a colina era tida como mais propícia à defesa militar, do ponto de vista do europeu, impondo dificuldades de locomoção e defesa face aos atacantes e garantindo visibilidade ampla aos defensores”. Mantinha-se, entretanto, a possibilidade de se obter tudo aquilo que os rios ofereciam aos indígenas, completa Jorge.

Em seu livro *Tietê, o rio que a cidade perdeu*, Jorge aponta que, durante mais de três séculos, São Paulo se desenvolveu mantendo praticamente inalterada a conformação da bacia hidrográfica à qual se amoldava. Até o final do século XIX ocorreram “modestas intervenções nos traçados dos rios, cujas águas já recebiam pequenas cargas de esgotos e resíduos; nas várzeas houve a introdução de animais de criação, plantas domesticadas ou exóticas, corte das matas ciliares ou de cabeceiras; e a pesca e a caça eram habituais”.

Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo transformava-se em grande cidade, com o setor industrial ganhando cada vez mais espaço. Janes Jorge explica que foi preciso repensar a relação entre a cidade e o seus rios e houve uma intensa disputa social por esse recurso valioso para a vida cotidiana dos moradores e a economia da cidade: “em linhas gerais buscava-se



garantir o saneamento, o seu abastecimento de água e energia elétrica e incorporar as várzeas dos rios paulistanos à área urbana, transformando-as em vias expressas, área de lazer ou em espaço negociável no mercado de terras”. A navegação, o uso do rio e de suas margens como área de lazer e o combate às enchentes, apesar dos debates, nunca se tornaram prioridades de fato, afirma Jorge. E acrescenta: “em meados do século XX, os rios passaram a meros canais de esgotos, receptáculos de todo tipo de dejetos, com águas poluídas e perigosas, isolados por pistas expressas de automóveis”. Os rios da capital paulista, com suas águas, mesmo contaminadas, produziram a energia elétrica que São Paulo e sua indústria precisavam, mas o cotidiano dos paulistanos se empobreceu brutalmente.

**A RECONCILIAÇÃO POSSÍVEL** Mas ainda há esperança, pondera Janes Jorge, pois a sociedade pouco a pouco começa a discutir os rios com vigor, repudiando a situação atual e o conformismo: “Cidadãos procuraram participar das discussões, ainda que seja algo incipiente; nas universidades pesquisas sobre diferentes dimensões dos rios se multiplicam em todas as áreas do conhecimento e surgem propostas de intervenção que entusiasмам”.

O poder público, mesmo lentamente, procura dialogar com essas novas demandas e propostas que

surgem. A regulamentação para proteger as áreas de proteção permanente (APP) de regiões urbanas existe e tem sido discutida e revista. Mas, para Cecília, sua aplicação é difícil, pois implica em desapropriações, financiamentos, projetos de reocupação das várzeas e projetos de gestão dessas novas áreas destinadas ao uso público. Tanto no Brasil como em vários países do mundo existem exemplos de programas e projetos de recuperação de rios urbanos bem sucedidos. Enfim, cidades e seus habitantes buscam reconciliar-se com seus rios.

Na França, seguindo os passos de Lyon e Bordeaux, está em andamento o projeto do atual prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, para devolver as margens do rio Sena aos pedestres. Desde setembro passado, a via expressa na margem direita do Sena se transformou em um *boulevard*, no qual semáforos coexistem todos os dias da semana com pedestres, carros e bicicletas. Nos próximos meses será a vez da margem esquerda ser liberada para parisienses e turistas, que nela vão encontrar esplanadas, restaurantes, locais de festa e de entretenimento. Em Brisbane, na Austrália, está em andamento o Projeto Rio e Baía Saudáveis, que visa limpar, até 2026, as águas do rio Brisbane e da Moreton Bay, bem como as áreas de captação de água da cidade. O objetivo é dar, aos moradores, fácil acesso a cursos

de água para prática de esportes e permitir que o rio Brisbane seja ao mesmo tempo uma via de transporte, lazer e entretenimento.

### **PROJETOS CAROS E DE LONGO PRAZO**

No Brasil, Cecília Gorski exemplifica com o Projeto Beira-Rio, de requalificação ambiental e urbanística, desenvolvido e implantado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, no interior paulista. Esse projeto surgiu da constatação que o desenvolvimento da cidade está vinculado à relação com o rio. Implantado em etapas, os resultados já alcançados são a recuperação parcial da mata ciliar ao longo dos rios Piracicaba e Corumbataí, requalificação da Rua do Porto, com reforma das casas da orla e construção de um deque comum para todos os restaurantes do local, substituindo as antigas palafitas; abertura da orla a toda população independentemente de consumo nos restaurantes; implantação de coletor de esgoto, de trilha na faixa de inundação do rio e de comportas, ao longo do rio, para controle de enchentes e manutenção de qualidade das águas.

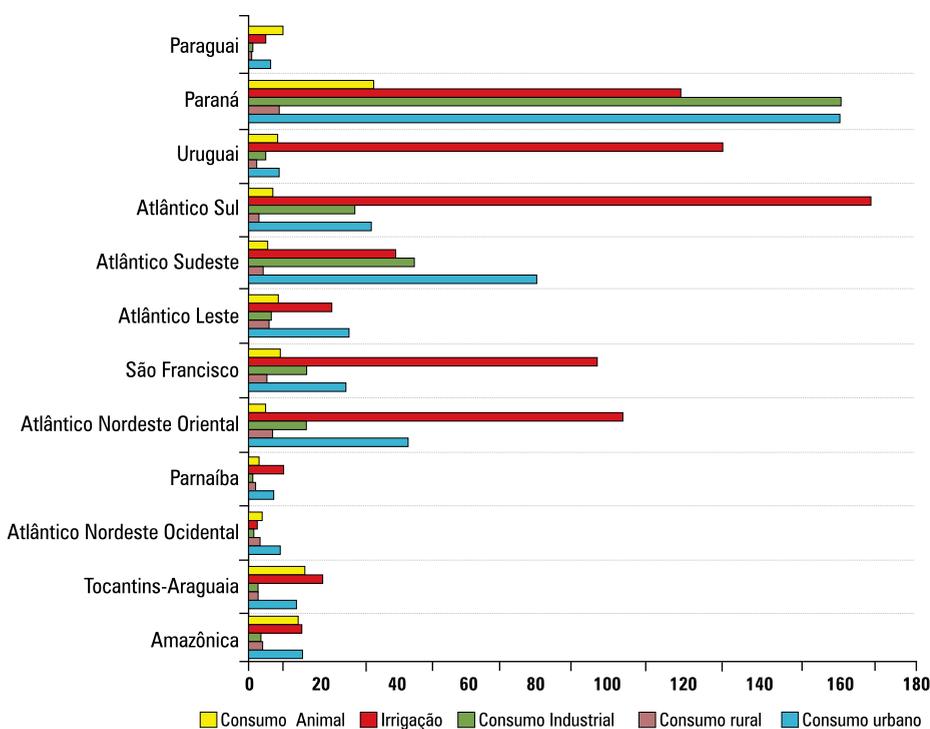
Projetos de recuperação de rios são caros e de longo prazo. Mas, conforme salienta Cecília, os entraves não se resumem aos custos, mas à ótica que rege o planejamento urbano de caráter eminentemente rodoviário. Para Cecília, o grande comprometimento dos rios Pinheiros e Tietê, na cidade de São Paulo, por exemplo, é mor-

fológico: “as várzeas desses rios lhes foram subtraídas e ocupadas pelos principais eixos viários e de logística da cidade de São Paulo”. Assim uma proposta de recuperação desses rios pressupõe repensar os eixos viários e a matriz de transporte metropolitano da megalópole que é São Paulo. E isso envolve vontade política e planos de longo prazo, acrescenta Cecília.

**ESGOTO NOS RIOS** Um grande número de rios brasileiros tem, hoje, o papel de escoadouro de esgoto e dejetos de todos os tipos. Dados da organização não governamental (ONG) Trata Brasil, com base nos indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), publicado pelo Ministério das Cidades (base 2010), apontam que apenas cerca de 36% do volume de esgoto gerado pelas 100 maiores cidades do país é tratado. Isto representa quase oito bilhões de litros de esgoto lançados todos os dias nas águas brasileiras sem nenhum tratamento, o que equivale a jogar 3.200 piscinas olímpicas de esgoto por dia na natureza, somente por essas 100 cidades.

O estudo da ONG Trata Brasil alcançou uma população de 77 milhões de pessoas, ou seja, 40% da população do Brasil em 2010, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 191 milhões de habitantes. Desse 77 milhões, quase 7 milhões de

CONSUMO DE ÁGUA NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS BRASILEIRAS.



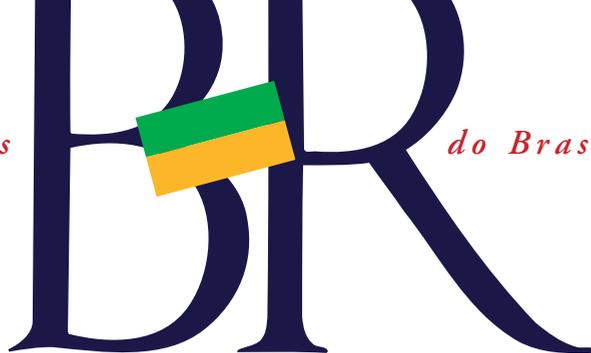
Fonte: GeoBrasil – recursos hídricos. ANA / MMA e PNUMA/ ONU, 2007. 264 p. (disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sgf/CEDOC/Catalogo/2007/GEOBrasilRecursosHidricos.pdf>).

habitantes das 100 maiores cidades do país ainda não tinham acesso à água tratada e 31 milhões não tinham acesso à coleta de esgotos.

Esses números evidenciam os imensos desafios que precisam ser enfrentados pelo Brasil visando o saneamento básico nas aglomerações urbanas e a reconciliação da população com seus rios. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de

água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Mas enquanto persistir a lógica do adensamento populacional, da ampliação de vias de transporte para circulação de automóveis, da desvalorização do transporte público e principalmente, enquanto as cidades derem as costas para seus rios, continuaremos tendo enchentes, deslizamentos, desmoronamentos, doenças e mortes causadas por águas revoltas.

Leonora Assad



ENTREVISTA ANNA CIPPARRONE

## Preservação do patrimônio passa pela educação

Ao idealizar e coordenar a criação do Sistema Museal da Província de Cosenza, Anna Cipparrone, historiadora da arte e especialista em gestão e marketing de turismo cultural perseguiu os seguintes objetivos: potencializar a ação didática dos museus e dos acervos disponíveis, difundir o turismo artístico-cultural na região e melhorar a estrutura física e de pessoal dessa região ao sul da Itália, na Calábria. Como diretora da Instituição do Museu de Arte e dei Mestieri (MAM) della Provincia di Cosenza, sua principal motivação foi alimentar o interesse dos cidadãos com relação aos bens culturais do lugar onde vivem.

### *O que é a rede virtual de museus de Cosenza?*

A Rede Museal da Província de Cosenza ([www.retemuseale.provincia.cs.it](http://www.retemuseale.provincia.cs.it)) é o primeiro passo de um projeto mais amplo e ambicioso do Sistema Museal Municipal e se configura como um portal na internet no qual todos os museus da região, além do patrimônio arqueológico, arquitetônico e artístico, são descritos minuciosamente e abertos a visitantes virtuais. Trata-se de um projeto inovador que nenhuma outra cidade da Calábria realizou até agora e que pretende ser um modelo para esta região do sul da Itália. O desejo é que outras localidades possam criar seu próprio sistema, formando uma rede mais ampla para difundir de maneira única e homogênea toda a excelência de seus atrativos culturais ao exterior. Mostrar regiões como Bronzi di Riace a Reggio Calabria, Mattia Preti e Taverna, entre outros,

com tesouros arqueológicos de diferentes origens e as cerca de 300 torres e castelos, memórias do domínio normando-sueco, do período da dinastia dos Bourbons e tantos outros marcos é fundamental para manter viva uma história tão rica. Um sistema assim construído pretende não perder nem esquecer os bens existentes nessas regiões e promover o patrimônio cultural do território de modo científico e sistemático.

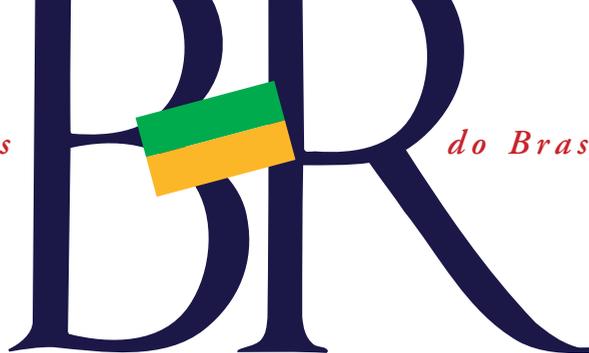
### *Quanto tempo levou para levantar todo o acervo e qual a interatividade que dispõe?*

O estudo do patrimônio cultural e, sobretudo, o censo dos museus da província de Cosenza – cerca de 100 pequenos e grandes museus – começou em 2008 e, depois de dois anos de visita a todos os locais do território cosentino, 155 cidades, a pesquisa bibliográfica e a compilação de todas as informa-

Fotos: divulgação



Cosenza: Piazza XV de Março, Palácio da Província, teatro Rondano e monumento a Bernardino Telesio



ções conduziram à publicação on line da rede museal, em fevereiro de 2011. A Calábria é o berço da civilização ocidental e abrigou a maior colônia grega. Dispõe, portanto, de enorme acervo arqueológico, de objetos da antiga civilização camponesa, obras de arte sacra (prataria, tecidos, pintura e esculturas), símbolos da produção alimentícia local (museu do cedro, do vinho, do óleo, do pão, do aniz/liquirizia, da pimenta, entre outros), museus naturais, museus históricos (desde aqueles dedicados à cavalaria dos Bourbons ou ao campo de concentração de Ferramont) e, enfim, museus étnicos. Estes, de fundamental importância para definir a variedade e a estratificação cultural do território cosentino, incluem vestimentas, documentos, usos e tradições das etnias albanesa e valdesa que existem em 23 cidades da região e que, embora sendo perfeitamente integradas, mantêm vivas e respeitam profundamente suas raízes.

É possível acessar essas coleções seja fisicamente, indo às cidades, ou navegando pela Rede Museal ([www.retemuseale.provincia.cs.it](http://www.retemuseale.provincia.cs.it))

**Quais os objetivos que moveram seu trabalho frente ao patrimônio cultural de sua região?**

Além da publicação on line que viabiliza uma difusão capilar do patrimônio na web, o objetivo é levar o



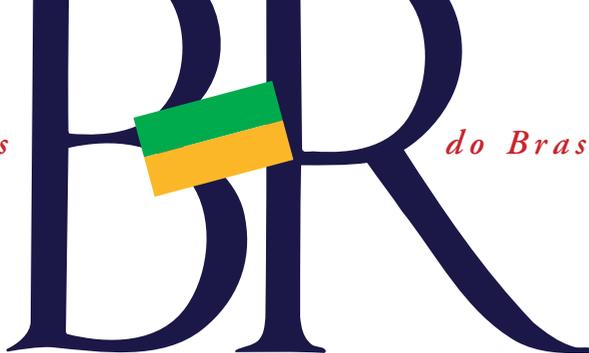
Salão do Conselho Provincial em Cosenza, pintado em 1881 pelo florentino Enrico Andreotti com ajuda de jovens artistas locais

conhecimento das especificidades históricas e artísticas de seu território, para que as pessoas se conscientizem de que na Calábria, assim como em toda a Itália, o conceito de bem cultural não pode prescindir da vivência de cada um. Hoje são registradas dispersões, perdas e depauperamentos dos bens culturais. A sociedade é responsável por esses anos de desatenção e também por falta de fundos destinados à cultura. Somente com a conscientização de que o bem cultural é parte integrante da nossa existência será possível deter esse declínio e transmitir ao exterior uma imagem mais forte e unitária da província, da região e da nação como um todo.

Graças ao conhecimento e ao estudo é possível favorecer a manutenção e o respeito ao patrimônio cultural e, com isso, contribuir para a tutela e para a conservação dos tes-

temunhos históricos de nosso rico e glorioso passado.

Nessa direção se move a fase didática do projeto, que envolve todas as escolas do território da província, com seminários em sala de aula sobre o conceito de bem cultural e de museu, sobre as características da fruição e sobre a importância do respeito e da manutenção do patrimônio. Num segundo momento, alunos e professores se registram em uma plataforma e-learning para baixar materiais e vídeo-aulas sobre museus da Rede Museal. Por fim, cada classe, que tenha aderido ao projeto, agenda um ou mais itinerários de visita aos museus do território da província com a finalidade de aprofundar uma temática escolhida *ad hoc* pelos professores com base nas atitudes dos jovens, de seus programas curriculares e desejos de conhecimento. Todas as viagens são cus-



teadas pela Província de Cosenza. Muitos desses estudantes raramente visitaram museus no passado, seja com a família ou com a escola, e os que visitaram, em geral, não se lembram sequer do que viram.

***Há intenção de realizar intercâmbios desse trabalho com outras regiões?***

No futuro, pretendemos efetuar intercâmbios com outros sistemas museais das províncias do norte da Itália (como Ravena, Modena, Veneza, entre outras) para favorecer, além do conhecimento do próprio território, também o conhecimento de outras realidades geográficas e culturais. A grande satisfação da fase didática desse projeto é que ela é pioneira e se espera, ao difundir conhecimentos aos jovens sobre seu próprio território, também atingir os pais nesse interesse.

***Quantos museus e locais foi possível identificar? Quem financiou o trabalho?***

Foi feito um censo de reconhecimento, quando percorremos pessoalmente todos os municípios de Cosenza e identificamos, inicialmente, cerca de 110 museus. Novas instituições têm sido adicionadas à rede virtual desde então. Os recursos econômicos vieram da administração municipal de Cosenza que tem se mostrado sensível à valorização do patrimônio cultural, apesar de se encontrar em um período de grandes cortes financeiros,

em especial na área cultural. O prefeito Mario Oliverio continua a destinar verbas, ainda que de forma parcimoniosa, ao conhecimento e à promoção do patrimônio cultural. Tem apoiado exposições na instituição que dirijo que, embora não tendo ainda adquirido uma coleção permanente, tem realizado mostras temporárias de peças valiosas relativas às singulares categorias artesanais, como tecidos, ouriveria, cerâmica, madeira, pedra, expondo o artesanato de excelência criado na região. Deste modo, em um único contexto expositivo, se juntam achados arqueológicos, obras de arte moderna e contemporânea, obras de arte sacra desde o século IX a.C. aos séculos XIX e XX, e obras artesanais de qualidade em uma dimensão atemporal com a finalidade da redescoberta do território e de toda sua manifestação artística.

Entre os trabalhos realizados recentemente dentro desse foco, poderia destacar a mostra “Artessile. Capolavori dell’arte tessile consentina” (Arte têxtil. Obras-primas da arte têxtil consentina) e a mostra “Cosenza preziosa. Maestri e opere del’arte orafa a Cosenza” (Cosenza preciosa. Mestres e obras da ourivesaria em Cosenza) – que o Museu de Arte e dei Mestieri della Provincia di Cosenza está disposto a reproduzir em outros contextos também fora da Itália.

Wanda Jorge

**DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIA**

**Centros e museus crescem mas investimento ainda é insuficiente**

Como personagens importantes no papel de complementação do ensino escolar, centros e museus de ciência (CMCs) têm se expandido no país, com o surgimento de editais e estímulos para sua estruturação, assim como ocorre nos EUA e na Europa. O volume e o ritmo do desembolso desses recursos, porém, ainda é considerado incipiente para cobrir a necessidade de um território grande e carente de educação formal e não formal como o Brasil. Educação, lazer e cultura fazem parte da essência de um CMC, “que não são apenas lugares onde se aprendem conceitos científicos, e se pode interagir com os objetos expostos”, esclarece Michel Sitnik, da Estação Ciência, CMC administrado pela Universidade de São Paulo (USP).

O que se percebe, continua Sitnik, é uma grande busca por agendamentos para visitação em espaços de exposi o de ciência: Entre 2004 e 2008, tivemos um aumento de quase 100% de procura, pois nossa área expositiva foi ampliada, bem como os horários de funcionamento que passaram a

incluir finais de semana em horário integral". Em sua opinião, para cobrir a procura é fundamental que os CMCs não se restrinjam a locais físicos, presos a estruturas de prédios - hoje, há uma tendência à itinerância e organização de exposições em feiras de profissões e praças de shoppings. Nessas ocasiões atingem-se jovens cuja família não tem o hábito de visitar centros de ciência

e que, dessa forma, passam a ter uma ideia, que estimula a visita a CMCs posteriormente. A Estação Ciência, por exemplo, montou versões itinerantes nos últimos meses em locais como Chapecó-SC, Vinhedo-SP, e até mesmo em uma penitenciária, em Paraleiros (distrito rural de São Paulo) para a conscientização ambiental dos detentos e seus familiares. "Atualmente, também estamos projetando uma estrutura temporária em Cubatão e um circuito temporário em Barueri, ambos no estado de São Paulo", conta Sitnik.

Ainda não se tem números exatos de quantos CMCs existem no país, mas a Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABMC) prepara para breve o lançamento de um guia atualizado. Dados iniciais mostram que, de 2005 a 2009, houve expansão de 80 para 190 novos CMCs no Brasil, um aumento



Experiência com fluidos no Catavento, na capital paulista

de quase 73%. Algo considerável, e que poderia refletir a noção governamental da importância desses espaços frente à sociedade. Porém, os investimentos ainda são insuficientes, considera Antonio Carlos Pavão, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e diretor do museu Espaço Ciência de Pernambuco (o maior museu a céu aberto do país): "os raros editais chegam à casa dos R\$10 milhões, quando precisaríamos de pelo menos dez vezes isso, o que evidencia falta de consciência dos governos do papel dos CMCs para a educação científica e popularização da ciência".

**EXPANSÃO REGIONALIZADA** Em contrapartida "houve aumento da criação de grandes CMCs municipais, como o Catavento (cidade de São Paulo), o Sabina

(Santo André-SP) e a Estação Ciência (João Pessoa-PB), que juntos somam investimentos de centenas de milhões de reais". Além disso, "em Pernambuco está sendo montada uma rede estadual, com 5 CMCs já em funcionamento, como em São José do Egito (Centro Vocacional Tecnológico), e Itaíba (Espaço de Exposição de Animais), e

7 previstos para iniciarem suas atividades". Isso provém de um esforço conjunto entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o governo do estado de Pernambuco e as prefeituras das cidades onde se alocam os CMCs. "Com o sucesso desses projetos, existe a perspectiva de ampliação da rede", ambiciona Pavão. O grande desafio a ser encarado antes de se conseguir verba para a montagem dos CMCs é planejar a preparação de sua estrutura, com espaços expositivos atraentes, inovadores e dinâmicos, monitores que cubram diferentes horários de visitação, além da divulgação desses recintos. E, principalmente, "garantir seu funcionamento, perpetuando sua manutenção", conclui Pavão.

Daniel Blasioli Dentillo

## ALDEIA GLOBAL

## Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura

Denunciar crimes ambientais, preservar e divulgar sua cultura, defender seus direitos, mostrar suas condições de vida. Lutas diárias de diversas comunidades indígenas que, agora, ganharam uma aliada poderosa: a internet.

Muitos povos indígenas têm usado a rede para atingir um público grande, dentro e fora do país. Os recursos on line são usados para romper o isolamento em que muitas comunidades vivem, e também para vencer a barreira da falta de espaço que esses povos têm nas mídias tradicionais. “A internet possibilita aos indígenas divulgar suas culturas e potencialidades de forma mais independente e autônoma, se fazendo conhecer e dialogando diretamente com a população nacional”, aponta Thiago Cavalcante, historiador e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (Etnolab) da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) e do grupo de pesquisas do Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menéndez (Ceiman) da Unesp de Araraquara (SP). A internet acabou se tornando uma ferramenta de comunicação funda-



Jovens Kaingang em projeto Web Indígena: preservação da língua

mental para aqueles que antes não tinham voz. “A internet tem um papel importante na transmissão dessas ideias e na demonstração de que os grupos indígenas são donos de conhecimentos absolutamente pertinentes para o mundo não indígena. As redes sociais também são importantes, pois nelas os índios se fazem muito presentes e conseguem estender suas relações”, explica Nicodème de Renesse, pesquisador da Redes Ameríndias e membro do Centro de Estudos Ameríndios, ambos da USP.

**INCLUSÃO DIGITAL** Para apoiar a conexão dessas comunidades com a rede mundial de computadores, o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) criou, em 2003, o projeto

Rede Povos da Floresta. Desde então foram implantados pontos de acesso à internet em comunidades do Acre, Amapá, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No início de 2007, a rede estabeleceu acordo com os Ministérios das Comunicações e do Meio Ambiente, beneficiando direta e indiretamente mais de 120 mil pessoas.

Em 2010, foi criado o Centro de Inclusão Digital Indígena (Cidi), uma instituição sem fins lucrativos que visa colaborar para a conectividade dos povos indígenas. O Cidi recebe doações de equipamentos de informática diversos, novos ou usados, faz sua manutenção e depois os entrega para as comunidades indígenas. Além disso, a instituição oferece cursos de informática básica e

de formação de monitores indígenas para atuarem nas futuras escolas de informática criadas nas aldeias.

Apesar desse apoio, o primeiro Centro de Inclusão Digital Indígena foi inaugurado apenas em março de 2012, na comunidade Tikuna, situada na zona norte de Manaus (AM). “De modo geral existem políticas públicas de inclusão digital desde 2003, mas ainda são muito marginais. Na prática, a manutenção das infraestruturas em aldeias é caríssima, os pontos existentes não duram muito tempo, e as comunidades não conseguem mantê-los. As únicas exceções são os pontos em escolas indígenas, mantidas pelos governos estaduais. Na realidade, os índios acessam essencialmente a internet quando vão à cidade”, diz Renesse.

**ALERTA CONTRA MADEIREIRAS** Uma das primeiras comunidades a se conectar à rede mundial de computadores foram os Ashaninka, que vivem na região do Alto-Juruá (AC), na divisa de Brasil e Peru. Para se defender dos madeireiros peruanos, que desmatavam as florestas, prejudicavam seus recursos e muitas vezes entravam em atritos com a comunidade, os Ashaninka resolveram inovar. Munidos de um painel solar para captar a energia e um computador, eles começaram a enviar e-mails para ONGs e para o governo, fazendo denúncias. As informações foram recebidas na Presidência

da República e repassadas à Polícia Federal e ao comando do Exército, que montaram uma ação para combater os invasores. Hoje, a tecnologia faz parte da vida da comunidade Ashaninka, que tem um blog e utiliza o twitter para se comunicar.

O portal *Índios Online* é um dos projetos mais conhecidos. Trata-se de uma rede de diálogo intercultural, formada pelos povos Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe e Tumbalá da Bahia, os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e os Pankararu de Pernambuco. O projeto foi desenvolvido pela ONG Thydewa, de Salvador (BA), com o apoio do Ministério da Cultura, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e com assessoria de um etnólogo alemão. O portal tem uma seção de notícias, uma apresentação das atividades desenvolvidas pelos povos, um fórum e uma sala de *chat*. Ao se conectarem, os índios dessas tribos realizam uma aliança de estudo e trabalho em benefício de suas comunidades.

Outro projeto reconhecido internacionalmente é o do povo Paiter Suruí, que vive em Cacoal (RO) que, há cinco anos, vem adotando a internet e as redes sociais como estratégia de divulgação de sua causa, ou seja, proteção de seu território, preservação da sua cultura e defesa do meio ambiente. Durante uma palestra nos Estados Unidos, em 2007, o cacique da tribo, Almir Suruí, pediu aos executivos do Google que aju-

dassem seu povo a monitorar a floresta. O Google acabou comprando a causa e doando laptops, aparelhos de telefone celular e de GPS, que agora são empregados para fiscalizar e ajudar a combater a exploração dos recursos naturais em suas terras. Mais de 30 índios foram treinados para monitorar o território usando os equipamentos. Eles aprenderam a filmar e a postar vídeos no Youtube e a usar as ferramentas de geolocalização na internet para fiscalizar o território. Agora, eles utilizam todo esse arsenal tecnológico para denunciar desmatamento, invasões e outros crimes ambientais.

O projeto *Web Indígena* é o primeiro site totalmente em língua indígena no Brasil. Ele foi criado pela comunidade Kaingang, situada da região metropolitana de Porto Alegre (RS), para trocar informações, postar notícias, se comunicar e preservar a língua materna. “Esse povo indígena está usando sua língua, o Kaingang, para trocar informação na internet (e não só os conteúdos, mas boa parte da interface está em língua Kaingang). Isso inevitavelmente terá impacto, a médio prazo, nas formas de uso da língua, no seu léxico, até na sua sintaxe”, explica Wilmar D’ Angelis, professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, criador e coordenador do projeto.

Chris Bueno

# MUN

NEGÓCIOS DA CHINA

## Nova face oriental ganha força na economia da Europa

Se para os europeus, a crise econômica desencadeada em 2008 agravou a situação de desemprego, para os muitos imigrantes chineses que chegam à Europa, esse parece ser um período de oportunidades. Setores tão tradicionais como as chocolateiras belgas, os negócios do couro e da moda italianos ou até os bares de tapas na Espanha estão trocando a nacionalidade de seus proprietários. Em países como a Espanha, um dos mais afetados pela crise, são frequentes os relatos de imigrantes chineses que estão prosperando. “A comunidade chinesa é muito ativa economicamente, os imigrantes tendem a atuar como proprietários de pequenos negócios ou como empreendedores”, explica o antropólogo Dan Rodríguez Garcia, diretor do Grupo de Pesquisa sobre Imigração, Miscigenação e Coesão Social da Universidade Autônoma de Barcelona.

A diferença, contudo, é que ao invés do padrão tradicionalmente conhecido há décadas – ou seja, proprietários de restaurantes ou de pequenas lojas de importados circunscritas aos bairros chineses –, esses imigrantes estão ascendendo na hierarquia so-

cial e diversificando suas atividades. Dados da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores da Espanha, mostram que, em 2012, os chineses estavam à frente de metade dos 3.177 novos negócios abertos por trabalhadores autônomos estrangeiros no país – num cenário em que houve queda de 1,5% do total de empreendedores, considerando espanhóis e estrangeiros. No universo de empreendedores estrangeiros, os chineses representam 18%.

As oportunidades de negócio associadas à capacidade financeira da comunidade chinesa explicam esse movimento, aparentemente na contramão da economia. “Apesar dos efeitos da crise, os chineses têm um desempenho melhor do que outros grupos de imigrantes, por vários motivos”, analisa Garcia.

“Eles têm uma ampla rede social que os ajuda a conseguir empregos e empréstimos dentro da comunidade chinesa em nível europeu, somado à sua ética e flexibilidade para trabalhar”, complementa.

**RAÍZES CULTURAIS** É fundamental ter em mente, no entanto, que o sucesso econômico desses imigrantes tem raízes numa cultura que se mantém graças à coesão da comunidade, onde quer que ela se encontre, e que tem na dedicação ao trabalho, prosperidade e sucesso por meio do próprio esforço – entenda-se, aqui,

trabalho autônomo – seus valores centrais, relacionados ao *xiao*.

“O *xiao* ou piedade do filho é a principal virtude da cultura chinesa. Significa honrar o nome dos pais e dos ancestrais por meio de uma conduta correta na sociedade e da dedicação ao trabalho, de modo que a pessoa consiga obter bens materiais suficientes para sustentar os pais”, conta o antropólogo da Universidade Autônoma de Barcelona. Tradicionalmente, o *xiao* se traduz na propriedade da terra; na contemporaneidade, se apresenta como a posse de um negócio próprio. Outra virtude fundamental que explica o sucesso dos chineses é o *guanxi*, o sistema de redes sociais e de relacionamento que facilita negócios, transações, apoio mútuo, cooperação e troca de favores. “A mentalidade dos chineses nos negócios é: eu coço suas costas, e você coça as minhas”, sintetiza Garcia. É essa visão de mundo que ajuda a compreender o avanço desses imigrantes inclusive em territórios tradicionais da economia espanhola, como os bares de tapas.

No município litorâneo de Benidorm, região de Alicante, por exemplo, o avanço dos chineses sobre o comércio local, inclusive bares de tapas, se intensificou de tal forma nos últimos anos que a Confederação Empresarial de Alicante ofereceu um curso de mandarim e de cultura chinesa para espanhóis, com a finalidade de prepará-los para se

# D



## Notícias do Mundo

relacionar com os chineses tanto na condição de parceiros de negócios quanto na de turistas. “Os chineses têm uma visão de negócio e vão onde as oportunidades estão”, sintetiza a antropóloga Ching Lin Pang, do Centro de Pesquisas sobre Interculturalismo, Migração e Minorias da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica.

**CHOQUE DE CULTURAS** Se, por um lado a presença chinesa, com sua marcante cultura, promove sucesso econômico para os imigrantes, por outro, é um fator que alimenta conflitos étnicos. Na cidade toscana de Prato, tradicional centro produtor de lãs e tecidos desde a Idade Média, vive a maior colônia chinesa da Itália: eles chegaram a representar 30% dos 118 mil habitantes da cidade em 2008. “Nos anos 1990, houve um grande fluxo de imigrantes, principalmente da região de Wenzhou. Muitos foram para a Itália. Esses imigrantes têm um perfil muito empreendedor, são conhecidos como os judeus da China”, conta a antropóloga. Por causa desse perfil, eles buscaram regiões da Europa onde havia menos regulação, como a Itália, Espanha e Grécia. O resultado dessa onda migratória é que, em duas décadas, o número de imigrantes chineses na União Eu-



Luis Carlos Silva

ropeia aumentou 146%. Em 1998, havia cerca de 940 mil chineses nessa região do mundo; em 2011, eles passaram a ser 2,3 milhões, caracterizando a “nova era da imigração chinesa”, nos termos dos pesquisadores Kevin Latham (Universidade de Londres) e Bin Wu (Universidade de Nottingham). Segundo a Europe China Research and Advice Network (Ecran), um projeto da União Europeia voltado para fomentar a aproximação entre as duas regiões, hoje os chineses representam 4,7% da população europeia, ante os 2,8% de três décadas atrás. Em seus estudos, Latham e Wu concluíram que os chineses se dirigiram à Europa movidos pelas perspectivas de uma vida mais próspera, frente às desigualdades sociais que marcam a

China contemporânea, e estimulados pelo aumento da demanda de trabalhadores de todos os níveis. Além disso, a intensificação do relacionamento comercial entre China e União Europeia no período recente, o aumento da renda da população chinesa (o que viabiliza viagens para o exterior) e a internacionalização da educação superior são fatores que favoreceram a imigração para a Europa. A forte presença dos orientais não passa incólume. Em Prato, segundo a jornalista italiana Silvia Pieraccini, autora do livro *L'assedio cinese* (O assédio chinês), os chineses se tornaram os proprietários de cerca de 5 mil empresas, predominantemente no setor de vestuário, controlando toda a cadeia produtiva – desde a importação dos tecidos, até a confecção e venda. Mais do que controlar o mercado, os chineses introduziram um novo modelo de negócios, muito mais dinâmico do que o adotado pelos italianos, que resulta em mercadorias a preços muito baixos para o consumidor final. O domínio chinês despertou reações inflamadas do empresariado e da comunidade local que, se sentindo expropriados da própria tradição, condenam o estilo chinês de fazer negócios, muitas vezes baseado na exploração da mão de obra (jornadas excessivamente longas, baixos

# MUN

salários etc) e os acusam de adotarem práticas ilegais. Paralelamente, o modo de vida dos imigrantes chineses – essencialmente com seus pares, em suas comunidades – acirra o distanciamento e os conflitos entre os dois mundos. O resultado são relações sociais tensas e aumento da xenofobia. De fato, aponta a professora Pang, os chineses tendem a viver em suas comunidades interagindo somente o necessário com os cidadãos dos países onde vivem. É por isso que o sucesso econômico não se reflete, necessariamente, na plena inclusão social. Ao contrário. Seus estudos realizados com comunidades chinesas na Bélgica demonstram que grande parte do impacto das tensões recai sobre os filhos dos imigrantes, a segunda geração, que nasceu e se socializou na sociedade estrangeira. Pang aponta que eles vivem uma situação de “bricolage” da própria identidade, construindo e desconstruindo barreiras étnicas, ora se aproximando da cultura da família, ora da do país onde vivem. “Esses jovens têm diferentes estratégias para lidar com a discriminação que enfrentam”, analisa ela. Seus estudos mostram, ainda, que apesar da forte presença no continente europeu, os chineses são “invisíveis” nas políticas para imigrantes em países como a Bélgica, Inglaterra e Holanda.

*Marta Avancini*

## **POLOS**

### Ártico, a nova fronteira sob a catástrofe

Existe uma bandeira russa no Polo Norte, fincada no leito do mar gelado a uma profundidade de 4200 metros. O Polo não é território russo, mas cinco anos atrás Moscou mandou instalar seu lembrete ali por garantia, em meio a uma disputa territorial sobre quase todo o Oceano Ártico que envolve os cinco países da região. Tudo por causa do recuo progressivo da calota polar, que assusta cientistas e ambientalistas – mas que governos e empresas veem como oportunidade. O derretimento do gelo vem expondo regiões ricas em petróleo, minérios e peixes, sem falar nas novas rotas comerciais e turísticas. Por isso, até o fim deste ano, os russos pretendem enviar para a Organização das Nações Unidas (ONU) um relatório para convencê-la a concordar que o país anexe 1,2 milhão de quilômetros quadrados de mar gelado para sua zona econômica exclusiva (ZEE). A ZEE é uma região além do mar territorial na qual o país tem direito de explorar recursos, mas não de impedir a passagem de navios e aviões estrangeiros (a do Brasil se

estende até 200 milhas da costa). Em 2013, será a vez do Canadá e, em 2014, da Dinamarca (a Groenlândia é território dinamarquês). Além desses, Noruega e Estados Unidos (via Alasca) também possuem litígios na região.

As reclamações seguem o recuo do gelo, que vem se acelerando mais que os cientistas previram. Em média, a calota do Ártico diminui 4,6% por década desde 1981, segundo dados do Centro Nacional de Dados sobre Neve e Gelo (NSDIC), da Universidade do Colorado, nos EUA. No site do NSDIC, é possível ver um mapa com a extensão do gelo, atualizado diariamente. Já a espessura média do gelo, que era de 3,64 metros em 1980, em 2008 foi de apenas 1,89 metro.

Em 16 de setembro de 2012, a calota atingiu a menor extensão já registrada: 3,41 milhões de quilômetros quadrados. A média da sua área mínima durante o verão, entre 1979 e 2000, foi de 6,7 milhões de km<sup>2</sup>. Segundo Jefferson Cardia Simões, líder do Programa Antártico Brasileiro e diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que estuda as duas regiões polares, não há registro na história de uma extensão tão pequena do gelo ártico, a não ser de milhares de anos atrás.



## Notícias do Mundo



Reprodução

Novas rotas de circunavegação estão sendo criadas no Ártico

**RIQUEZAS EM DISPUTA** Os recursos que o derretimento vai expor ainda não são conhecidos, mas estima-se que no Ártico estejam 13% de todo o potencial ainda não descoberto de reservas petrolíferas do mundo e 30% das de gás, segundo dados reunidos por Heather Conley, pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) dos EUA. Na região há vastas quantidades de níquel, ferro, plutônio e terras raras, segundo a cientista. A região poderia suprir

adentro. Um grande passo nessa direção foi dado em 2012, quando a Shell começou a perfurar poços no Mar de Beaufort, ao nordeste do Alasca - uma iniciativa fortemente criticada pelos ambientalistas do Greenpeace, que puseram no seu site um abaixo-assinado para impedir a empresa de prosseguir no seu intento. O Greenpeace também invadiu, em agosto de 2012, quase todas as plataformas de perfuração do campo petrolífero de Prirazlomnoye, no mar de Pechora, no Ártico russo.

25% de toda a demanda global por terras raras, fundamentais nas novas tecnologias digitais. As movimentações para explorar esses vastos recursos já começaram. Um relatório sobre as mudanças geopolíticas e econômicas no Ártico, publicado em 2012 pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) dos EUA, mostra como a diminuição da produção petrolífera próxima à região - especialmente as do Alasca e da Noruega - vem levando os países a avançar a exploração Ártico

A produção estava prevista para começar naquele ano, mas, no mês seguinte, foi anunciado o seu adiamento para o fim de 2013 "por razões de segurança".

**POR ENQUANTO, EM PAZ** A exemplo do caso Rússia-Noruega, os litígios têm sido encaminhados pacificamente, mas não há muito otimismo em alguns analistas. Heather Conley propôs três cenários. O mais favorável é a continuação da dinâmica atual de cooperação. No segundo, menos cooperativo, as regras seriam regidas cada vez mais por acordos bilaterais, em detrimento dos multilaterais, e haveria um aumento de exercícios militares. O pior cenário é o "ambiente contencioso", com anexações unilaterais de zonas econômicas exclusivas, militarização da região e possível conflito armado. Por enquanto, porém, os conflitos vêm sendo tratados adequadamente nos fóruns internacionais existentes. O relatório do CSIS cita, como o principal arcabouço legal, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (Unclos); e, como o principal órgão de caráter institucional, o Conselho do Ártico. Este último foi criado em 1996 e é formado pelos cinco países árticos e mais Islândia, Finlândia e Suécia.



Seus membros já produziram, em 2011, um acordo para a cooperação internacional imediata quando houver necessidade de resgate em caso de acidentes - um problema crescente na região, que não possui infraestrutura suficiente para tais ações nem mesmo em países desenvolvidos como o Canadá.

**NOVAS VIAS MARÍTIMAS** Um dos motivos do Ártico ser um assunto global é, naturalmente, o problema ambiental. O recuo da calota polar pode causar impacto em todo o planeta, pois influencia, por exemplo, as correntes termo-halinas, correntes marítimas que correm por baixo da superfície, percorrem todo o globo terrestre, trocam calor entre os polos e outras regiões e ajudam a distribuir nutrientes de regiões profundas para a superfície dos oceanos, processo importante para o equilíbrio da vida marinha. Mas os governos de várias nações parecem mais sensíveis para o acesso aos recursos energéticos e para as novas vias de navegação que apareceram. Nos últimos anos, rotas inteiras através do Ártico têm sido expostas por períodos anuais cada vez maiores. Recentemente, foram abertas duas dessas rotas alternativas às grandes vias comerciais atuais. Uma é a Rota do Noroeste, entre a Europa e a Costa Oeste dos EUA. Por essa via, a distância entre o porto de Roterdã,

na Holanda, e de San Francisco, nos EUA, fica 3700 km mais curta que a rota atual, que passa pelo Canal do Panamá. A outra, a Rota do Nordeste (ou Rota Setentrional), vai do Extremo Oriente à Europa Ocidental e encurtará em 8700 km o caminho entre Roterdã e Yokohama, no Japão (que hoje passa pelo sul, pelo Canal de Suez e por Singapura).

Em 2010, quatro navios conseguiram passar pela Rota do Nordeste. No ano seguinte, esse número saltou para 34 embarcações. Em 2012, foram 46, e a carga total transportada pelo Ártico ultrapassou mais de 1,2 milhão de toneladas. A maior parte foram de derivados de petróleo, como diesel, combustível para aviões, gás natural liquefeito (GNL) e condensado de gás natural. Em segundo lugar, foram minério de ferro e carvão. A China é um dos países mais ativos em seus planos para usar as novas vias. Segundo projeções feitas naquele país, entre 5 e 15% do tráfego naval chinês passará pelo Ártico até 2020. Por isso, o país tem pleiteado ser aceito como membro observador do Conselho do Ártico, assim como Índia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Singapura (diretamente afetada pela mudança da rota naval), a União Europeia, o Greenpeace e a Associação Internacional dos Produtores de Petróleo e Gás (OGP). Esses pedidos estarão na pauta de uma reunião do Conselho em maio de 2013.

Junto com a navegação vem o problema da comunicação. Satélites artificiais - incluindo os do GPS - não conseguem monitorar bem a região próxima aos polos, o que dificulta muito a comunicação dos navios entre si e com a costa - especialmente em caso de acidente. No entanto, a Rússia construiu um sistema alternativo ao GPS, o Glonass, que funciona satisfatoriamente bem mais próximo dos polos.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS** No meio de todo esse fogo cruzado entre os que vêm chegando, estão aqueles que já estão ali há milhares de anos. As 14 culturas tradicionais da região sofrem por causa do avanço da exploração comercial, que perturba seu modo de vida e o ambiente do qual dependem. Os novos campos petrolíferos russos no mar de Pechora atingem a população nativa dos Nenets, cuja sociedade já vinha sendo afetada pela exploração de gás em terra, na península de Yamal, iniciada em 2008. Os Inuits, um dos povos do norte do Canadá, Alasca e Groenlândia conhecidos como "esquimós", também sentem o impacto da maior presença da civilização técnica. "A globalização já pode ser percebida no extremo norte do Canadá", diz Jefferson Simões, "muitas aldeias Inuits têm internet, TV, rádio etc."

*Roberto Belisário*

# ARQUEOLOGIA

COORDENADOR

Flávio Rizzi Calippo

Pedro Paulo A. Funari

Ângelo Alves Corrêa

Diogo M. Costa

Gilson Rambelli

Paulo Fernando Bava de Camargo

Gilberto da Silva Francisco

Helena Pinto Lima

Bruno Moraes

Louise Prado Alfonso

Anne Rapp Py-Daniel

Aline Carvalho

Bruno Sanches Ranzani da Silva

Camila Delmondes Dias

Cristiane Delfina

Glória Tega-Calippo

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Maria Clara Ferreira Guimarães

Vera Regina Toledo Camargo

## APRESENTAÇÃO

# ESTABELECENDO DIÁLOGOS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Flávio Rizzi Calippo

**A** imagem da arqueologia, durante muito tempo, esteve associada, mesmo em algumas áreas do meio científico, à simples ideia de que o arqueólogo é aquele pesquisador que se desloca a lugares remotos para coletar os objetos deixados por culturas passadas. De certo modo, existe alguma verdade nesta compreensão. Entretanto, nas últimas décadas, tanto no Brasil como no mundo, a arqueologia vem se repensando e assumindo novas reflexões e discursos em relação ao passado e aos seus objetos de estudo. O propósito dos artigos apresentados neste Núcleo Temático é mostrar alguns exemplos dessa nova tendência da arqueologia, que amplia cada vez mais seus domínios para além do estudo dos objetos e de um passado distante, e busca, principalmente, dialogar com outras áreas do conhecimento para poder tecer, com base no estudo das sociedades do passado, reflexões e discussões a respeito dos problemas e das questões que vivemos no presente.

O propósito não é apresentar uma abordagem abrangente e completa de toda a arqueologia praticada no Brasil, mas, sim, mostrar ao público em geral e aos pesquisadores de outras áreas, que a arqueologia é uma ciência que cada vez mais se esforça para estabelecer uma visão própria a respeito dos problemas brasileiros e dos contextos onde os arqueólogos atuam, para dialogar com a sociedade, para socializar os conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico e para atuar ativamente na proteção, na gestão e uso público do patrimônio cultural e arqueológico.

Sob tal perspectiva, a arqueologia será abordada em nove artigos. No primeiro deles, Pedro Paulo Funari discute algumas das principais temáticas que vêm sendo propostas no âmbito da arqueologia brasileira e mundial. Em seguida a ele, Ângelo Corrêa e Diogo Costa, desenvolvem em seus respectivos artigos novos olhares arqueológicos a respeito da história das nações indígenas e sobre as relações estabelecidas entre essas sociedades, o colonizador europeu, os povos africanos e os imigrantes europeus, desde o período do contato até os dias atuais. Abordando discussões mais contemporâneas, Flávio Calippo, Gilson Rambelli e Paulo Bava de Camargo discutem problemáticas relativas à proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. Nessa mesma linha patrimonial, Gilberto Francisco ressalta a importância dos estudos clássicos para o entendimento de práticas atuais.

Nos quatro últimos artigos, desenvolvem-se textos que procuram estabelecer uma relação mais próxima da arqueologia com as comunidades e com o público. Helena Lima e Bruno Moraes falam a respeito das possibilidades e das problemáticas que se estabelecem quando a prática arqueológica é inclusiva e os agentes e os saberes locais são reconhecidos e incorporados à pesquisa. Louise Alfonso e Anne Py-Daniel ressaltam a importância das narrativas produzidas pelas populações locais para o trabalho dos arqueólogos e para o turismo cultural. Aline de Carvalho e Bruno da Silva discutem, utilizando a figura do Indiana Jones como interlocutor, caminhos para o estabelecimento de ações de socialização do conhecimento. Por fim, Camila Delmondes Dias, Cristiane Delfina, Glória Tega-Calippo, Maria Beatriz Rocha Ferreira e Vera Regina Toledo Camargo, a partir do olhar do jornalismo científico, estabelecem críticas e reflexões a respeito da divulgação do conhecimento produzido pela arqueologia.

Ainda que essa nova tendência de se pensar a arqueologia tenha recebido, em parte, influências teóricas desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros para a discussão de problemáticas específicas de outras regiões, tais perspectivas vêm se estabelecendo, no Brasil, de forma crítica, reflexiva e direcionada aos diferentes contextos culturais, históricos e arqueológicos que vêm se formando desde a pré-história. Se existe um motivo pelo qual a arqueologia vem despontando no cenário internacional é justamente pela preocupação e pelos esforços em se estabelecer compreensões que extrapolem o entendimento do comportamento humano como algo normativo e em consequência do desenvolvimento de reflexões arqueológicas que contribuam para a discussão de nossos problemas atuais.

*Flávio Rizzi Calippo é professor do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre e dos Programas de Pós-Graduação em Arqueologia e Antropologia, todos da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: calippofr@ufpi.edu.br*

## ARQUEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO: ORIGENS, PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS

Pedro Paulo A. Funari

**A** arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por grandes mudanças epistemológicas e, por consequência, em seus aspectos sociais. Disciplina surgida no auge do nacionalismo e do imperialismo, como parte da conquista militar e espiritual do mundo, a arqueologia esteve, por muito tempo, ligada às mais reacionárias e conservadoras posições sociais e políticas, a serviço, muitas vezes, da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas. A arqueologia, contudo, passou por modificações profundas devido, em grande parte, aos movimentos sociais e às transformações políticas desde, ao menos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na esteira do feminismo, das lutas sociais diversas pelos direitos civis, contra o colonialismo e pela diversidade étnica, religiosa e sexual, a disciplina não deixou de responder aos novos tempos.

Definida, na origem, como estudo das coisas antigas, a partir da etimologia, dedicada aos edifícios e objetos provenientes das antigas civilizações, como a grega e a romana, tornou-se, aos poucos, parte dos estudos das relações de poder a partir das coisas. Em comum, manteve a centralidade do estudo do mundo material, das coisas, daquilo que pode ser tocado, transformado e feito pelo ser humano, definido, por convenção como cultura material. Introduziram-se, ademais, os aspectos sociais e de poder, das desigualdades e conflitos, para propor uma disciplina menos distante das pessoas e mais útil tanto aos indivíduos, como às coletividades.

A fundação, em 1986, do Congresso Mundial de Arqueologia (World Archaeological Congress) foi, nesse aspecto, marcante, pois introduziu as questões sociais e políticas na organização mesma da disciplina, com a introdução de indígenas, leigos e arqueólogos de lugares periféricos no centro da organização. Nunca antes havia sido possível ver índios, geógrafos, arqueólogos jovens e catedráticos em mesas de discussão em condições de igualdade. A diversidade foi alçada à condição de valor, assim como a quebra das hierarquias. A disciplina passou a voltar-se, de forma cada vez mais intensa, para o envolvimento com a sociedade, pela difusão voltada não apenas para os pares, como para os estudiosos de outras disciplinas e, mais ainda, para as pessoas em geral e para comunidades específicas em particular, de indígenas a crianças, de idosos àqueles com necessidades especiais. Este artigo procura apresentar um panorama geral da disciplina, com destaque para o Brasil.

**A ARQUEOLOGIA, IMPERIALISTA E NACIONALISTA** Em linhas gerais, pode-se dizer que a história da arqueologia institucionalizada começa com o surgimento da figura do arqueólogo. Até o final do século XVIII, o estudioso da Antiguidade era o antiquário, que, a partir daí,

é substituído pelo arqueólogo. Com a nova figura do arqueólogo, as pesquisas se desenvolveram na medida em que escavações foram sendo realizadas. Todavia, de início, as realizações eram de caráter individual, até que se tornasse coletiva ao longo do século XIX. A mais célebre e importante instituição foi o Instituto de Correspondência Arqueológica, fundado em 1829 na cidade de Roma. Nesse mesmo espírito, a Grécia cria seu Departamento de Arqueologia em 1834 e a Sociedade Arqueológica de Atenas em 1837. A França também cria sua Sociedade de Arqueologia Grega em 1837, e, logo depois, a primeira instituição estrangeira na Grécia, a Escola Francesa de Atenas em 1846, sendo seguida por outras de várias nações, como o Instituto Alemão de Arqueologia em 1875, a Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas em 1882, a Escola Britânica em Atenas em 1885. O mesmo se deu na Itália com a fundação da Escola Francesa de Roma em 1873, da Escola Italiana de Arqueologia em 1875, do Instituto Alemão de Arqueologia em 1929. Ainda que estas instituições tenham promovido o surgimento de uma ciência arqueológica e a institucionalização da disciplina, elas significaram também um interesse dos Estados pelo patrimônio monumental de seu passado, levando-os à apropriação dos mesmos e influenciando, assim, os rumos da pesquisa arqueológica.

**A ARQUEOLOGIA NO BRASIL** A arqueologia brasileira é uma das pioneiras, apesar de isso parecer pouco provável. Dom Pedro I iniciou a arqueologia brasileira, trazendo para o país os primeiros artefatos arqueológicos, como múmias egípcias e outros materiais. Dom Pedro II casou-se com uma princesa napolitana e coletou material arqueológico de Pompeia, Etrúria e muitos outros lugares. O Museu Nacional do Rio de Janeiro era projetado para ser rival do Museu Britânico e do Louvre, deixando, assim, de lado a antiga metrópole, Lisboa. O imperador fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contemporâneo e similar à Academia Francesa. Nesse planejamento a arqueologia desempenhava um importante papel, projetada para estabelecer raízes entre ambos, Velho Mundo (arqueologia clássica e egípcia) e Novo Mundo (arqueologia pré-histórica). Por algumas décadas, a arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou ao declínio da arqueologia durante a República Velha (1889-1930). Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio: o ideal colonial deveria servir para a construção da nação. O período colonial foi escolhido como aquele definidor da sociedade brasileira, em particular durante o período da ditadura fascista do Estado Novo (1937-1945), mas a arqueologia como uma atividade acadêmica começou nessa época como uma reação contrária ao autoritarismo.

Paulo Duarte (n. 1899) foi uma figura chave nesse movimento. Duarte era um ativista político democrata durante os últimos anos da República Velha e contribuiu para a fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (1934), moldada em uma abordagem humanista de ensino. O Musée de l'Homme serviu de modelo para considerar os povos indígenas como seres humanos igualmente importantes. Como idealista, Duarte tinha um sonho: a criação do Museu do Homem Americano, inspirado

pelo exemplo parisiense. Ao retornar ao Brasil, de Paris, Duarte liderou um movimento pelos direitos indígenas e como consequência da arqueologia pré-histórica, durante o período liberal entre 1945 e 1964. Ele foi capaz de organizar a Comissão de Pré-História e depois o Instituto de Pré-História, que ele conseguiu atrelar à Universidade de São Paulo, um movimento muito importante para que a arqueologia pudesse, pela primeira vez, se tornar um ofício acadêmico no Brasil. Devido à sua amizade com Paul Rivet (n.1876), Duarte foi capaz de atrair, pela primeira vez, arqueólogos profissionais para o Brasil, Joseph e Annette Laming-Emperaire, discípulos de Rivet e pré-historiadores pioneiros que estudavam arte rupestre como evidência de cultura humana, em oposição à tradicional arte alta e baixa. Isso era parte do movimento humanista decorrente de Lévi-Strauss, Marcel Mauss e André Leroi-Gourhan, todos eles enfatizando, de maneiras diferentes, como todos os seres humanos são capazes de representar o mundo com símbolos. De novo, a pré-história não foi apenas um tema digno de investigação devido a razões intelectuais, mas como uma declaração da humanidade em si: somos todos portadores de cultura. Não é coincidência que a arte rupestre tenha desempenhado um papel especial, pois desenhar em cavernas e inscrever em pedra revela-se a maior característica humana, a da comunicação. Todos os seres humanos dominam a linguagem.

Logo após o golpe militar de 1964, um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) foi acertado em Washington D.C., em coordenação conjunta com as novas autoridades brasileiras e sob a liderança do Smithsonian Institution, sob o comando de Clifford Evan e Betty Meggers. O Pronapa estabeleceu um programa de levantamento ativo por todo o país, particularmente preocupado com áreas estratégicas, contribuindo para o esforço de controle do território no contexto da Guerra Fria. Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais. Os cinco primeiros anos (n. 1965) foram seguidos por um segundo período na bacia amazônica (Pronopaba). Durante esse longo governo ditatorial, uma rede de arqueólogos criada nessas circunstâncias nefastas moldou o campo, dificultando a liberdade e o humanismo.

A luta contra a ditadura se intensificou nos anos 1970 e em 1979 uma anistia foi concedida pelos militares, o que permitiu a muitos exilados voltarem, partidos políticos foram logo legalizados e as eleições diretas para cargos oficiais em 1982 possibilitaram uma ampla gama de atividades acadêmicas e políticas. O final do governo ditatorial, em março de 1985, marcou assim uma nova fase para o país e para a arqueologia.

**TENDÊNCIAS RECENTES** É difícil discutir em detalhe os tópicos e assuntos da pesquisa arqueológica, considerando-se o grande número de publicações e a enorme variedade de assuntos. Talvez a forma mais útil de discutir isso seria abordar os principais assuntos, tais como

as ocupações humanas, a mais antiga arte rupestre, outros assuntos pré-históricos, a arqueologia histórica, a arqueologia clássica, a arqueologia subaquática e a arqueologia pública.

A busca pela presença humana mais antiga no Novo Mundo ganhou força durante o auge da ditadura militar, quando duas propostas antigas foram criadas por duas mulheres de perspectivas muito diferentes: Conceição Beltrão (n.1933) e Niède Guidon (n.1933). Esta última foi bem sucedida no ambiente brasileiro. Nas profundezas do nordeste brasileiro, na mais pobre e atrasada área de sertão do país, Niède Guidon levou a Missão Francesa (1) para um charmoso paraíso natural, a Serra da Capivara, uma região serrana. A Missão Francesa foi para lá estudar arte rupestre, mas um dos primeiros resultados surpreendentes do trabalho de campo nos anos 1970 foi a datação muito antiga de carbono de fogueiras, talvez associadas a vestígios humanos. Essas descobertas iam contra a visão até então aceita de que os humanos chegaram às Américas nos últimos milhares de anos, considerando a chamada evidência Clóvis da América do Norte e datada de 10.000 anos [antes do presente, (AP)]. Isso significava que qualquer data anterior, em particular na América do Sul, poria em questionamento todo o modelo de ocupação das Américas. Hoje em dia, meras três décadas passadas, todos os livros escolares brasileiros se referem a esse sítio muito antigo, a Serra da Capivara. Não é apenas o tema arqueológico mais popular, mas o único bem conhecido por todas as crianças e muitos adultos.

A outra linha de pesquisa sobre ocupação humana segue uma abordagem biológica. Walter Alves Neves (n. 1958), um biólogo e especialista em esqueletos humanos, tem estudado já há muitos anos os mais primitivos vestígios humanos (mais ou menos 9.000 AP). De acordo com seus estudos,

os esqueletos provam que houve uma população de pessoas com características africanas, mais tarde substituída pela imigração asiática dos ancestrais dos índios americanos. Ele pôde introduzir o segundo aspecto mais popular da arqueologia brasileira, após a abordagem de Guidon: Luzia, a Lucy brasileira, representada como uma mulher africana.

A arte rupestre também é um assunto importante por duas razões diferentes: as pessoas apreciam pinturas de arte rupestre e é um assunto arqueológico muito elaborado. A influência mais sustentável veio do estruturalismo francês de Leroi-Gourhan e outros esquemas linguísticos interpretativos. Duas das principais escolas se desenvolveram desde os anos 1970, uma em Minas Gerais, dirigida por André Prous e a outra no Nordeste, liderada por Guidon e Anne-Marie Pessis (n. 1952), mas também em conjunto a outros acadêmicos, como Dénis e Águeda Vialou no Mato Grosso e Edithe Pereira na bacia amazônica. Guidon e Pessis fomentaram o estabelecimento das assim chamadas tradições de arte rupestre, tentando estabelecer estilos por áreas específicas. Prous misturou seu treinamento como historiador clássico e sua inclinação para a catalogação para promover a produção de uma documentação maciça. Vialou representa a melhor escola de linguística francesa.

**A BUSCA PELA  
PRESENÇA  
HUMANA MAIS  
ANTIGA NO NOVO  
MUNDO GANHOU  
FORÇA NO AUGE  
DA DITADURA  
MILITAR**

Outras questões pré-históricas também são relevantes. A colonização da Amazônia passou a ser tema de particular relevo e importância, por diversos motivos, dentre os quais a possibilidade de entender melhor o meio-ambiente antigo e atual. Desde os anos 1950 e 1960, Betty Meggers (n. 1921) e Donald Lathrap (n. 1927) discutiam muito sobre a floresta amazônica, tanto ela, quanto ele. Meggers morreu há pouco tempo e defendeu até a morte não apenas que a América Latina seria para sempre atrasada e subdesenvolvida, mas também que a floresta tropical era um paraíso falso, iludindo trabalhadores áduos a se tornarem índios preguiçosos. Primeiro Lathrap, depois Anna Roosevelt (n. 1946) iriam desafiar isso e propor a Amazônia como um enorme ambiente abrigador de ocupações. Roosevelt, a partir dos anos 1990, adicionou questões de gênero na equação e propôs um papel de relevância para a mulher no passado pré-histórico do Brasil. Outros, como Eduardo Goes Neves, têm focado no trabalho de campo e na possível identificação de padrões de ocupação e rotas de migração, enquanto Denise Schaan focou no simbolismo e Denise Cavalcante Gomes em uma análise refinada do acabamento de cerâmica e padrões de ocupação.

A arqueologia histórica desenvolveu-se tardiamente no Brasil. A disciplina começou, assim como nos EUA, com um culto às elites, mas logo os estudos arqueológicos foram dirigidos para as missões jesuítas no sul do Brasil, buscando descobrir como os índios guaranis e os padres missionários conviviam. A arqueologia nos quilombos iniciou-se no mesmo período, meio e final dos anos 1980, explorando essas preocupações nas áreas de mineração no século XVIII em Minas Gerais. Quando a democratização ganhou espaço, a arqueologia histórica passou a se preocupar com os mais icônicos patrimônios públicos, Palmares século XVII e Canudos final do século XIX. A arqueologia brasileira foi desafiando velhos discursos estabelecidos para um povo brasileiro pacífico, simplesmente satisfeito em aceitar a ordem social, inclusive a escravidão. Palmares é o quilombo mais duradouro, ativo por diversas décadas (1605-1694). Depois do restabelecimento do regime civil em março de 1985, o sítio foi logo tombado como patrimônio nacional. A arqueologia começou no início dos anos 1990 e seus resultados são inovadores por terem sustentado uma discussão social sobre a sociedade brasileira. Evidências arqueológicas de utensílios indígenas, assim como cerâmicas cotidianas, levaram à discussão sobre o pano de fundo social dos movimentos populares e sua significação para a sociedade brasileira, uma democracia multiétnica e com raízes africanas. Mais recentemente, questões de gênero também vêm sendo estudadas nesse deslocamento de questões relevantes para a sociedade. Canudos, a revolução popular mais famosa do fim do século XIX, era uma comunidade católica independente (1893-1897). A área foi mais tarde submersa por uma represa e, então, nos anos 1990, Paulo Zanettini foi capaz de conduzir lá um trabalho de campo, contribuindo para um melhor entendimento de ambos os lados, dos revoltosos e das forças repressoras. De novo, houve uma contribuição para a discussão sobre a sociedade brasileira, em particular alguns aspectos como religiosidade, sociedades alternativas, mas também violência e ditadura, graças à arqueologia.

Desde então, a arqueologia histórica tem explorado diversos outros temas, tanto o estudo da ditadura e da repressão, quanto da cerâmica, da arquitetura e ainda estudos em relação a gênero, etnia e outras questões relevantes à sociedade atual. A arqueologia subaquática desenvolveu-se, de novo, apenas recentemente graças à comunidade francófona. A arqueologia tem sido ativa em fomentar a interação entre arqueólogos e pessoas comuns, buscando produzir material acadêmico relevante para a sociedade como um todo e para grupos específicos. A arqueologia brasileira tem sido bastante ativa nessa área e agora está sendo reconhecida como um dos principais contribuidores para o avanço da disciplina na arqueologia pública mundial e isso está relacionado às condições sociais no Brasil, cujas características contraditórias revelam mais do que o observador estrangeiro possa perceber. Publicações como a revista *Arqueologia Pública* e muitos outros livros, teses de doutorado e artigos atestam o desenvolvimento da arqueologia pública no Brasil e suas contribuições para a disciplina além das fronteiras brasileiras.

**A PERSPECTIVA** Quais são as possíveis conclusões e perspectivas para o futuro? Tanto no mundo, como no Brasil, o panorama para a disciplina é brilhante. De uma atividade marginal, a arqueologia tem sido capaz de ser, ao mesmo tempo, uma atividade relevante para a academia e para a sociedade. Começou como uma ação aristocrática no século XIX e apenas no meio do XX começou sua relevante trajetória, tanto acadêmica, quanto social. Nos últimos vinte anos, mais ou menos, a arqueologia no Brasil se expandiu de forma exponencial e tem tudo para progredir de forma ainda mais dinâmica no futuro.

*Pedro Paulo A. Funari é professor titular do Departamento de História e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

#### NOTA BIBLIOGRÁFICA

1. Desde 1973, um programa de pesquisas arqueológicas vem sendo realizado em São Raimundo Nonato, no Piauí, formalizado como Missão Franco-Brasileira no Piauí em 1978.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Pearsall, D.M.; Funari, P. P. A. (Orgs.). *Encyclopaedia of archaeology* (Academic Press), 3 volumes. Oxford: Academic Press (Elsevier). Vol.3. 2382p. 2007.

## LONGUE DURÉE: HISTÓRIA INDÍGENA E ARQUEOLOGIA

Ângelo Alves Corrêa

A pesquisa arqueológica não se faz com base no passado, mas a partir da relação dialética entre passado/presente e sujeito/objeto, a interpretação do passado sempre ocorre em função do presente (1; 2). Atualmente, a arqueologia é entendida como um modo particular de investigar a relação das pessoas com os seus passados, fonte de crítica e desafio para o presente (3; 4). Frente à crise da modernidade, a globalização e a dissolução das identidades nacionais, o passado como herança contribui para a construção de identidades e do sentimento de pertencimento aos lugares em face da universalização de costumes em larga escala, desenvolvimento econômico e destruição do meio ambiente (2; 5; 6).

Desse modo, a arqueologia se volta constantemente para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos visando entender o comportamento humano no presente e, assim, enriquecer e ampliar o conhecimento sobre as pessoas e seu passado (7-12). Contudo, para a maior parte do continente americano temos um descompasso entre os estudos arqueológicos e a construção de uma história que contemple a ascendência dos grupos indígenas.

O distanciamento entre arqueologia americana e história inicia-se no século XIX (13), evidenciado no Brasil pelo uso apenas da etnografia no estudo da trajetória dos grupos indígenas. As sociedades consideradas “sem Estado” foram estigmatizadas como “primitivas”, condenadas a uma eterna infância” (14), e por considerá-las paradas no tempo seu estudo não competiria à história, como deixou claro Varnhagem, já que para “tais povos na infância não há história: há só etnografia” (15). A arqueologia brasileira pós Segunda Guerra Mundial herda esta concepção, reforçada pelo conceito francês de pré-história, aplicado ao contexto de populações ágrafas (16). Assim, os grupos indígenas foram excluídos como protagonistas na história nacional e, mesmo quando foram elevados a modelos românticos de nacionalismo, só se considerou grupos extintos e idílicos, nunca conectando historicamente esse “passado glorioso” aos índios vivos. Essa concepção de isolar a trajetória das comunidades indígenas a um patamar a-histórico reflete uma “rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional” (16, p.33), condenando tais povos a não terem uma história. Mesmo quando estudos arqueológicos se vincularam aos pressupostos da antropologia, se pensou em uma antropologia de “sociedades frias” de Lévi-Strauss (17). No Brasil, essa situação levou inexoravelmente a uma dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, como se não fosse possível realizar nenhuma conexão entre estes e os seus antepassados responsáveis pelo registro arqueológico existente para o período pré-colonial.

Apenas recentemente essa situação começou a mudar com o uso, pela antropologia e arqueologia, de métodos da história (1;13), bem como, com a introdução – mesmo que tímida – de referên-

cias pré-colombianas em livros de história. Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial (16), reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana.

Essa mudança ocorre principalmente com os novos conceitos introduzidos pelos pós-processualistas, que trouxeram a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu e a *gramática generativa* de Noam Chomsky para trabalhos arqueológicos, substituindo a preocupação apenas com os processos e comportamentos para também considerar contingência e agência (13). Deste modo, percebeu-se que a história oferecia métodos tão úteis à antropologia quanto à arqueologia. A busca por maior rigor teórico nos estudos sobre interação, mudança social e cultural introduziu o conceito de *longue durée* de Braudel (18). Aplicado pela primeira vez em arqueologia por Lamberg-Karlovsky (19), para distinguir processos graduais cumulativos e períodos de alternância de forças que transformam a ordem social e cultural, levando à alteração social (20). Logo em seguida uma coletânea de trabalhos foi editada por Hodder (1), onde vemos diversos trabalhos com aplicação do viés histórico da longa duração. Hodder deixa claro que a arqueologia é fundamental para a construção de uma história profunda, pois traz uma perspectiva diferenciada no que diz respeito a questões de interação entre a cultura material e o mundo simbólico. Explicita, dessa forma, o papel histórico da cultura material através de sua permanência nas sociedades, por meio de processos como a difusão, aculturação e produção dos chamados *skeuomorphs* (1, p.1).

Apesar do conceito de longa duração ter sua base em mudanças estruturais, lentas, quase imperceptíveis (13), admite-se que tais mudanças são originadas de eventos específicos (curta duração de Braudel), oriundos da conjunção de atos dos indivíduos (13; 1). Esses eventos e indivíduos estão inseridos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social (história de média duração). Tais mudanças, em curto prazo, criam e reproduzem a longa duração (1), sendo o entendimento da interdependência entre a longa duração e a curta duração fundamental para análise arqueológica. Ao refletirmos sobre a participação dos indivíduos e eventos nessa estrutura evitamos um trabalho “muito estrutural” (21), apesar de reconhecer-se a estrutura como dominante dos problemas da longa duração (18).

No Brasil, o conceito de longa duração vem sendo aplicado para dar maior rigor teórico às pesquisas que buscam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais. A partir das décadas de 1970 e 80 trabalhos como os de Beltrão (22), Brochado (23), Scatamacchia (24), Wüst (25) iniciam uma perspectiva que reaproxima a arqueologia brasileira e as populações indígenas, originando, nas duas décadas seguintes, trabalhos que ampliaram essa proposta e buscaram maior embasamento no referencial teórico da história. Assim, trabalhos como os de Heckenberger (21), Noelli (26-27), Noelli e Dias (28), Neves (29; 30), Heckenberger e Neves (31) e Eremites de Oliveira (32), utilizam o referencial da “arqueologia como história de longa duração” (1, p.1) das populações in-

dígenas, partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais.

Entendemos os trabalhos que utilizam os pressupostos da *longue durée* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como *história indígena* (14). Aparentemente este movimento se origina por esforço e mérito das comunidades indígenas que, nas décadas de 1970 e 80, se organizaram nacionalmente. Tal mobilização levou a sensíveis alterações no texto da Constituição de 1988, “que abandona as metas e o jargão assimilacionista e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores” (14, p.17). Contudo, reconhecemos que “uma história propriamente indígena ainda está por ser feita” (14, p.20), e a maior das dificuldades para sua realização consiste na adoção de um “ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte”.

Deste modo, almejando perseguir deliberadamente as conotações etnográficas dos vestígios arqueológicos devemos entender os resultados obtidos pela arqueologia pré-colonial americana como história de longa duração das populações indígenas atuais, como vislumbrado por Brochado (23, p.1) e desenvolvido por Neves (29;30), Noelli (26; 27), Noelli e Dias (28), Heckenberger (21; 33), Heckenberger e Neves (31), Hodder (1), Eremites de Oliveira (32), Bospalez (34), Scatamacchia (24) e Wüst (25). A arqueologia, nesta perspectiva, possibilita a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração (34), resultando em uma história cultural dos povos indígenas.

Arqueologia enquanto história indígena pressupõe aportes de outras áreas do conhecimento como a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etno-história de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança (223; 26; 33; 35; 36), ou seja, processos históricos de longa duração. Permite ainda que, através da etnologia e etno-história, se busque evitar o essencialismo da relação entre cultura material, língua e etnicidade, já que permitem perceber os grupos étnicos como muito mais fluidos e dinâmicos culturalmente (37, p.52).

Grande número de trabalhos no Brasil aplicaram dados oriundos da antropologia e etnologia para compor seus modelos de forma implícita ou explícita (e.g. 23; 25-26; 29; 39-41). As conclusões e descrições sobre os grupos indígenas presentes nos trabalhos antropológicos e etnológicos têm permitido maior relacionismo/dialética no estudo tanto da cultura material presente no registro arqueológico como para explicar a sua variabilidade/continuidade e dispersão/concentração. Permitindo entendê-los como oriundo de características socioculturais específicas, também oriundas de processos específicos. Como indicado por alguns trabalhos antropológicos (e.g. 42-44) parece ser uma via de mão dupla, visto que conclusões da arqueologia também têm contribuído com alguns desses trabalhos, onde

“a trajetória da arqueologia vem contribuindo para alargar os horizontes, deslocando o foco das considerações ideológicas, mas sem as perder de vista, para as relações sociais. Do mesmo modo, abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (45, p.244). A contextualização é, aliás, o motor da análise proposta: se existe um contexto conceitual, que remete ao universo mental do criador (à manipulação tecnológica de materiais; às escolhas de produção), existe igualmente um contexto físico, que se refere a uma nova ordem espacial e temporal em que o objeto se associa a outros objetos e a um mundo social. Centralizar a análise em objetos em movimento em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo” (45, p.268).

A etnoarqueologia, ao trabalhar com sociedades contemporâneas, busca dados etnográficos visando responder problemas de interesse arqueológico (11). Resulta do emprego, por parte dos arqueólogos, de informações etnográficas em suas interpretações. Mais do que evidenciar analogias, ela se constitui em um instrumento para verificar “possíveis variabilidades e mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo” (10, p.25; 11).

Nessa perspectiva, trabalhos com viés etnoarqueológico realizados (e.g. 10; 29; 46-48) têm permitido entender melhor os mecanismos de transmissão e manutenção dos etnoconhecimentos entre as gerações, como se processa a ocupação, exploração e transformação dos territórios e a continuidade e mudança nas tecnologias de produção dos artefatos (11).

Assim como temos a associação entre a etnografia e arqueologia, configurou-se, a partir da etnografia e história, a denominada etno-história (49). Conceituada como método por Trigger (50), a etno-história, essencialmente interdisciplinar, concatena dados históricos e etnográficos, produzindo sínteses que, em teoria, deveriam permitir entender uma cultura em seus próprios termos. Essa forma de pesquisa interdisciplinar muito contribuiu para o entendimento da dinâmica das populações indígenas americanas desde sua criação. Contudo, atualmente, sofre com a crise da pós-modernidade sendo apontada como perniciososa por fazer distinção entre a “história indígena” e a “história geral” (51). Com isso aponta-se para um novo direcionamento, denominado de antropologia histórica (ou antro-história), possibilitando novo fôlego, mas com a continuidade de certos aspectos metodológicos (49). Na verdade o que parece estar acontecendo é que as preocupações dos etno-historiadores agora se tornaram corriqueiras de estudos em antropologia e história, não viabilizando sua individualização.

Os estudos etno-históricos, voltados a recuperar informações sobre sociedades não mais existentes ou muito alteradas, se fazem preponderantemente por meio da consulta à documentação escrita e/ou oralidade – história oral, mitos, genealogias etc (50; 52-53). Se

**FAZER HISTÓRIA  
INDÍGENA DE  
LONGA DURAÇÃO  
ENVOLVE COLIGIR  
RESULTADOS DE  
UM GRANDE  
NÚMERO DE  
DISCIPLINAS**

realizados de forma criteriosa, preocupando-se com os vieses presentes em toda documentação, permitem acesso a importantes informações sobre tais sociedades, bem como compreender os processos transformadores que separam a situação atual das populações indígenas e os vestígios arqueológicos deixados por seus ascendentes.

Fazer história indígena de longa duração envolve coligar resultados de um grande número de disciplinas, visto que cada especialidade contribui com elementos fundamentais para um entendimento menos essencialista e mais relacional/dialético de nosso objeto. Torna-se basal que hipóteses arqueológicas devam ser enriquecidas com dados históricos, linguísticos e etnográficos. Portanto, deve-se dedicar especial atenção aos resultados obtidos nessas disciplinas visando uma melhor compreensão dos processos históricos que trouxeram as populações indígenas até a situação hodierna.

No entanto, tentar empregar a linguística ou a etnografia para melhorar nossa compreensão do passado, ou a arqueologia e a história para entender o presente, pode não ser a melhor solução, como ressaltado por Heckenberger:

“Trata-se, ainda mais, de tentar revelar e relacionar padrões relevantes, visíveis em níveis analíticos diferentes (ou seja, relativos a escalas espaço-temporais variáveis), buscando entender história e cultura num sentido holístico; em outras palavras, trata-se de criar um diálogo conceitual entre modos diversos de pensar a história” (21, p.25).

A concatenação dos resultados das pesquisas dessas disciplinas deve ser realizada a partir de um intercâmbio aberto (21, p.25), visando reconstruções históricas compreensíveis tanto do ponto de vista de uma historiografia tradicional ou das mentalidades. Assim,

“padrões culturais relevantes são reconstruídos em vários momentos ao longo de um *continuum* histórico-cultural (‘fatias de tempo’), isto é, compreendendo o ‘sistema’ (ou partes significativas deste) em diferentes pontos do tempo e do espaço, e ligando-os concretamente para revelar traços comuns, que refletem não apenas a existência de uma continuidade entre aspectos desarticulados da cultura, mas fundamentalmente os princípios estruturais ou a ordem cultural subjacente – uma unidade de sentido organizada em torno de esquemas culturais típicos (conforme Ortner, 1990:60). De qualquer maneira, este tipo de estudo é topológico, e depende de nossa habilidade em identificar elementos que reflitam diretamente a continuidade cultural (estabilidade estrutural) ou a mudança (transformação estrutural)” (21, p.25).

Entendemos que este *continuum* histórico, entre o passado recuado e a realidade atual dos grupos indígenas, possa ser melhor alcançado ao se considerar os resultados das pesquisas arqueológicas, linguísticas, etnológicas e históricas. Consorciar os resultados dessas disciplinas é o desafio perseguido nas pesquisas que almejam uma construção histórica de longa duração para as populações indígenas.

Ângelo Alves Corrêa é mestre em arqueologia, doutorando em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).

#### Referências bibliográficas

- Hodder, I. *Archaeology as long-term history*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009 [1987].
- Hodder, I. “Interpretive archaeology and its role”. In: *Theory and practice in archaeology*. London: Routledge. 1992.
- Hodder, I. “Archeological reflexivity and the ‘local’ voice”. In: *Anthropological quarterly*, v. 76, nº.1, pp. 55-69. 2003.
- Price, T.D. & Feinman, G.M. “The archaeology of the future”. In: *Archaeology at the millenium*. Feinman, Gary M. & Price, T. Douglas (Ed). New York: Springer, pp. 475-495. 2007.
- Condori, C.M. *History and prehistory in Bolivia: what about the indians? Conflict in the archaeology of living traditions*. London, Routledge. 1994.
- Jackson, G.; Smith, C. “Living and learning on aboriginal lands: decolonizing archaeology”. In: Smith, C.; Wobst, M. (Eds.) *Indigenous archaeologies*. London, Routledge: 328-351. 2005.
- David, N. & Kramer, C. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 1-32. 2001.
- Zedeño, M.I. “Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from pueblo an southwest”. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4(1):63-103. 1997.
- Neves, E.G. “Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian”. In: Silverman, H.; Isbell, W. (Eds.). *Handbook of South American archaeology*. New York: Springer. p. 359-379. 2008.
- Silva, F.A. “As tecnologias e seus significados. Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica”. Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo. 2000b.
- Silva, F.A. “Arqueologia e etnoarqueologia na aldeia Lalima e na terra indígena Kayabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 205-219. 2009.
- Green, L.F.; Green, D.R. & Neves, E.G. “Indigenous knowledge and archaeological science”. *Journal of Social Archaeology*, 3(3):366-398. 2003.
- Langebaek, C.H. “Historia y arqueología. Encuentros y desencuentros”. *Historia Crítica*, Colombia, nº 27, p.111-124. 2005.
- Carneiro da Cunha, M. “Introdução a uma história indígena”. In: Carneiro da Cunha, M. (Ed.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1992. p.11.
- Varnhagen, F.A. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 1978 [1854]. p.30.
- Barreto, C. “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia brasileira”. *Rev. USP*, São Paulo, Vol.44, nº 1, pp.32-51. 1999/2000.
- Lévi-Strauss, C. *The savage mind*. Weidenfeld and Nicolson, London. 1962.
- Braudel, F. “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E.S.C.*, Vol.4, pp.725-753. 1958.

19. Lamberg-Karlovsky, C. The longue durée of the ancient Near East. J-L.Huot; M. Yon; Y. Calvet (Eds.) *De l'Índus aux Balkans, recueil Jean Deshayes*. Paris, Editions Recherche sur les civilisations: 55-72. 1985.
20. Trigger, B.G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo. Odysseus Editora. 2004. p.323.
21. Heckenberger, M. "Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue durée*, 1000-2000 d.C". In: Franchetto, B.; Heckenberger, M.B. (Eds.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 21-62. 2001.
22. Beltrão, M.C.M.C. & Faria, E.G. "Acampamento Tupi-Guarani para coleta de moluscos". Separata da *Rev. do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. XIX. São Paulo. 1970/1971.
23. Brochado, J.J.J.P. "An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America". Tese de doutorado, University of Illinois, Urbana, 574pp. 1984.
24. Scamacchia, M.M. "A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas". Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo. 1990.
25. Wüst, I. "Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso". São Paulo: Tese de doutorado (antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. 1990.
26. Noelli, F.S. "Sem Tekohá não há Teko. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e suas aplicações a uma área de domínio do delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul". Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.
27. Noelli, F.S. "La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani". *Rev. de Índias*, vol LXIV, nº 230, pags. 17-34. 2004.
28. Noelli, F.S. & Dias, A. "Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani". *Rev. do CEPA*, 19 (22): 7-32. 1995.
29. Neves, E.G. "Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the northwest Amazon". Tese de doutorado. Indiana University, Estados Unidos. 1998a.
30. Neves, E.G. "Arqueologia história indígena e o registro etnográfico". *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3*: 319-330. 1999.
31. Heckenberger, M. & Neves, E. "Amazonian archaeology". In. *Rev. Anthropol.* Vol. 38, 251-266. 2009.
32. Eremites de Oliveira, J. "Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal". *Rev. de Arqueologia*, 16: 71-86. São Paulo: SAB. 2003.
33. Heckenberger, M. *The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000*. New York: Routledge. 2005.
34. Bsepalez, E. "Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional". Dissertação de mestrado. MAE/USP. São Paulo. 2009.
35. Heckenberger, M.; Neves, E. & Petersen, J. "De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central". *Rev. de Antropologia*, 41(1): 69-98. 1998.
36. Noelli, F.S. "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi". *Rev. de Antropologia* 39 (2):7-53. 1996.
37. Jones, S. *The archeology of ethnicity*. London: Routledge. 1997.
38. Hill, J.D. & Santos-Granero, F. (Ed). *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press. 2002.
39. Lathrap, D. *The upper Amazon*. London: Thames & Hudson. 1970a.
40. Meggers, B. J. *Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise*. Aldine, Chicago, 1971.
41. Wüst, I. & Carvalho, H.B. "Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: A análise espacial do Sítio Guará 1(GO-NI-100), Goiás". *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 47-81. 1996.
42. Fausto, C. "Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu". *Rev. de Estudos e Pesquisas, Funai*, Brasília, v.2, nº 2, p. 9-51. 2007.
43. Fausto, C. & Heckenberger, M. (ed). "Time and memory in indigenous Amazonia". *Anthropological Perspectives*. University Press of Florida; 1st edition. 2007.
44. Viveiros de Castro, E.B. "Amazônia pré-Cabral". *Ciência Hoje*, v. 34, p. 11-12. 2003.
45. Rede, M. "História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.4 p.265-82. 1996.
46. Silva, F.A.; Bsepalez, E.; Stuchi, F. F.; Pouget, F. C. "Arqueologia, etnoarqueologia e história indígena. Um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kaibi e a aldeia Lalima". *Relatório Científico Fapesp*, São Paulo, SP. 120 p. 2008.
47. Politis, G.G. "Amazonian foragers: the last survivors or the first to succeed?". In: C. McEwan; E. G. Neves; C. Barreto. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, pp.26-49. 2001.
48. Stuchi, F.F. "A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA). História indígena e etnoarqueologia". Relatório de qualificação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2008.
49. Chaves, K.K. "Ethnohistory: from inception to postmodernism and beyond". *Historian*. Vol. 70, (3). 2008.
50. Trigger, B.G. "Ethnohistory: problems and prospects," *Ethnohistory* 29. 1982.
51. Merrell, J.H. "Some thoughts on colonial historians and american indians". *The William and Mary Quarterly* 46: 115. 1989.
52. Trigger, B.G. "Ethnohistory: the unfinished edifice". *Ethnohistory*, vol. 33, nº 3, Duke University Press pp.253-267. 1986.
53. Santamaría, D.J. "La historia, la etnohistoria y una sugerencia de los antropólogos". *Desarrollo Económico*, vol. 25, nº 99. Instituto de Desarrollo Económico y Social. pp. 465-472. 1985.

## ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA

Diogo M. Costa

**C**omo todas as demais subdisciplinas da arqueologia, a arqueologia histórica também recebeu fortes influências das transformações teóricas que esta ciência antropológica e histórica sofreu ao longo de seus anos de formação. Para tanto, estabeleceremos uma rápida síntese das principais correntes teóricas na arqueologia e sua relação para com a arqueologia histórica, conforme alguns autores (1-6).

Começando com o pensamento histórico-culturalista, para o qual a cronologia e a espacialidade eram as principais inquietações desde o século XIX quanto ao estudo da cultura material. Depois, passando pela incessante procura pelas regularidades do comportamento humano, ou seja, suas leis tão em voga pelos praticantes do processualismo ou nova arqueologia desde a década de 1960. E por fim, com o advento do pós-processualismo na década de 1980, onde as temáticas vão se tornar tão múltiplas quanto as suas arqueologias na procura do contexto, da interpretação, ou mesmo na postura crítica do cientista.

O histórico-culturalismo alemão e depois inglês, como linha teórica na arqueologia em geral vai procurar responder, desde o final do século XIX, aos problemas de ordenação da cultura material, principalmente nos seus aspectos evolucionistas e difusionistas. Centrado em trabalhos referências como de Gordon Childe e Gustaf Kossina, as principais perguntas impostas pelos histórico-culturalistas no estudo dos vestígios arqueológicos vão se concentrar em quando e onde o fato ocorreu. Na arqueologia histórica esta linha de pensamento está representada nos trabalhos descritivos de análise material de Ivor Húme (7), nas sínteses temporais ou regionais do início do século XX, e na arqueologia da restauração com a sua subordinação quase “arqueográfica” à arquitetura e à história.

O processualismo inglês e a nova arqueologia norte-americana, vão surgir na década de 1960, e ter como base a procura por leis gerais ou regularidades no comportamento humano, e em sua adaptação ao meio, em qualquer época ou lugar. Nasce, principalmente, nos trabalhos de David Clarke (8) e Lewis Binford (9) com a preocupação de uma arqueologia científica e a mais positivista possível, que quer saber como a materialidade se comporta sistemicamente de cultura em cultura, não sendo muito diferente de seus predecessores histórico-culturalistas. Na arqueologia histórica seus impactos vão ser sentidos em conceitos e definições como a cidade-sítio ou o padrão deposicional, na aplicação de fórmulas para datação de cachimbos ou da louça como a de Stanley South (10), ou na utilização de escalas de valor como a de George Miller (11) para o estabelecimento de certos padrões de consumo.

O pós-processualismo, por sua vez, surge na década de 1980 na Inglaterra e vai encontrar no estudo do pensamento, e não só da cultura material, sua principal motivação para a investigação arqueológica. Alicerçado nos trabalhos de Ian Hodder (12), Michael Schanks e Christopher Tilley (13) o pós-processualismo vai ser uma corrente de diversos segmentos contrários ao processualismo, servindo-se de pensadores sociais como Karl Marx, Antoni Giddens, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e de instrumentais teóricos como a hermenêutica ou a fenomenologia. Para tanto, a principal pergunta feita pelos pós-processualistas é por que, ou, mais especificamente, para quem ou para que, a cultura material age sobre as pessoas. Na arqueologia histórica os trabalhos envolvendo categorias mentais como os de James Deetz (14) sobre o nascente pensamento georgiano, ou as abordagens sobre outras categorias intangíveis como ideologia, gênero, identidade e poder vão ser os expoentes dessa corrente.

**ALGUNS PRECEITOS TEÓRICOS PRÓPRIOS** A teoria na arqueologia histórica também passou por diversas modificações, a começar pelas próprias transformações que esta subdisciplina sofreu ao longo do tempo, e sobre as quais já discorremos anteriormente (15). Primeiramente, com a procura por definições ou mesmo conceitos de sua prática no mundo da ciência. Por que estudar o passado material de sociedades às quais se tem acesso às fontes documentais escritas, orais e iconográficas? Este sempre foi o questionamento que gerou diversos rótulos nos anos de formação da arqueologia histórica, desde uma ciência auxiliar, até uma prima pobre, ou mesmo uma serva para a história e a arqueologia. A arqueologia histórica, por sua vez, procurou na definição de seu objeto de estudo a formulação de seus conceitos teóricos e metodológicos, porém essa construção não foi feita de forma isolada ou abrupta, mas historicamente constituída.

A arqueologia histórica como praticada no Brasil surgiu nos Estados Unidos e Canadá por volta de 1850, primeiramente preocupada com a busca de pessoas e lugares famosos para a história nacional e oficial. Esta arqueologia vai ser praticada quase que exclusivamente por pré-historiadores, arquitetos e historiadores. Porém, por volta de 1960, a arqueologia histórica vai sofrer uma das suas primeiras transformações, com as revoluções epistemológicas que tomam conta de todas as ciências sociais do período, e não só da arqueologia em particular. A luta pelos direitos civis e das minorias atinge a arqueologia histórica mudando seu foco para o passado dos “povos sem história”, ou seja, dos escravos africanos, dos trabalhadores imigrantes ou das mulheres e crianças. Minorias até então marginalizadas ou esquecidas tomam o palco central das pesquisas, que agora também são conduzidas por profissionais formados em outras áreas como a antropologia.

Entretanto, uma discussão teórica originária do século XIX ainda estava em voga na arqueologia histórica de 1960, a de que se a arqueologia histórica era mais uma forma de história contada como estudo material ou de antropologia das sociedades antigas. Os partidários da arqueologia histórica como forma de história material acreditavam que sua função era de apenas completar os documentos já existentes, sendo quase como uma ilustração dos eventos. De outro lado, os partidários da arqueologia histórica como forma de

antropologia antiga acreditavam no caráter desta como ciência social, porém apenas como uma técnica a mais de coleta de dados. Essa dicotomia só vai se encerrar em meados do século XX, quando especialistas da área propõem que a arqueologia histórica seja algo no meio, entre ambas as perspectivas, porém com objeto, teoria e métodos próprios.

Todavia, na década de 1980, outras mudanças vão ocorrer na arqueologia histórica, principalmente nos seus objetos de pesquisa quando o foco volta-se para o entendimento do mundo moderno e do surgimento do capitalismo. Tendência esta que surge desde os trabalhos de James Deetz, mas que vai ter nos seus expoentes, como Charles Orser (16) e Matthew Johnson (17), suas principais referências. A arqueologia do mundo moderno ou do capitalismo vai ter como interesse de estudo a formação do nosso cotidiano contemporâneo e, para tanto, vai incitar também um atitude mais crítica do arqueólogo mais para com o presente do que somente com o passado. Este elemento atual na arqueologia histórica, por sua vez, vai ser responsável não só pelo surgimento de diversas temáticas e linhas de estudo, mas também por influenciar outras áreas na própria arqueologia como um todo.

Porém, diferentemente da arqueologia histórica norte-americana, a arqueologia histórica ou o que podemos chamar de estudo material do passado recente, é uma arte também praticada há muito pelo mundo. Na Europa, o estudo material de sociedades do período histórico vai abarcar uma continuidade temporal desde o período clássico e medieval até o pós-industrial. Enquanto na Ásia e norte da África, vai possuir uma divisão mais temática como a egiptologia, assíriologia, ou bíblica, ou até mais regional como a arqueologia indiana, chinesa ou japonesa. Por outro lado, na América, na Oceania e África subsaariana, a arqueologia histórica vai estar mais relacionada com a expansão europeia a partir do século XV, mas com exceção do estudo de civilizações pré-colombianas como os Incas, Maias e Astecas.

**A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL** Os primeiros trabalhos em sítios históricos no Brasil remontam às décadas de 1930 até 1950, quando foram realizadas algumas investigações, mas sem caráter sistemático ou com corpus teórico e metodológico definido. Como primeiros exemplos dessas investigações temos, na década de 1930, os trabalhos de Hermann Kruse nas Casas Fortes na Bahia, e de Loureiro Fernandes nos túmulos de quilombolas no Paraná. Em 1940, Virginia Watson também realizou algumas investigações nas ruínas de uma vila espanhola no Paraná chamada de Ciudad Real do Gaurá. Já em 1950, Loureiro Fernandes estudou o Colégio dos Jesuítas no Paraná, assim como as Missões de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Borja foram pesquisadas no Rio Grande do Sul pelo padre Luis G. Jaeger em 1959. Essas pesquisas vão ser marcadas por interesses particulares e específicos e sem uma produção acadêmica, o que as limita à um caráter quase amadorístico e ensaísta, do que propriamente científico (18).

**A ARQUEOLOGIA DO MUNDO MODERNO VAI TER COMO INTERESSE DE ESTUDO A FORMAÇÃO DO NOSSO COTIDIANO**

Na década de 1960 com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) houve o estudo de alguns sítios históricos, porém em sua maioria por pré-historiadores, e sob a perspectiva somente da arqueologia de contato ou colonial. Apesar de usar uma abordagem mais antropológica, esses estudos corresponderam muito mais a uma continuação da pesquisa pré-histórica sobre os povos indígenas na época do contato, do que a uma arqueologia histórica sobre a formação da sociedade brasileira do presente. Na década de 1970 esses estudos também vão adotar o ponto de vista do Estado, importando-se, principalmente, com os monumentos de “pedra e cal” e assumindo uma posição subalterna frente aos interesses restauradores ou conservacionistas de arquitetos e historiadores. A arqueologia histórica desses períodos é fortemente voltada para os trabalhos em igrejas no Sul e Sudeste e fortes no Nordeste, preocupando-se somente com o espaço edificado e com sua técnica construtiva. Outro elemento presente nessas investigações do período é também a manutenção da história oficial ou nacionalista, que vê nos trabalhos arqueológicos históricos somente a afirmação, sem incluir a complementação ou confrontação, do saber histórico (18; 19).

A década de 1980 também traz mudanças para a arqueologia histórica brasileira com a incorporação de novas temáticas e atualização de preceitos teóricos e metodológicos. A emergência do capitalismo, assim como o estudo das minorias, subalternos e excluídos toma a cena. Dessa forma, espaços que antes não eram investigados – como senzalas e quilombos, ou espaços de conflito –, começam a se tornar foco das atenções. De outro lado, a arqueologia histórica amplia seus horizontes, agora apontando sobre o urbano e investigando, além do tempo, também o comportamento. A década de 1990, por sua vez, vai trazer outras mudanças para a arqueologia histórica brasileira, como sua consolidação na academia com dissertações e teses defendidas sobre o tema, e a realidade da arqueologia de contrato e suas diversas pesquisas em relatórios técnicos. Teoricamente, a arqueologia histórica também se solidifica com trabalhos, seguindo tanto linhas processualistas como pós-processualistas, principalmente sobre ideologia e simbolismo. E, metodologicamente, com a inclusão na análise, além da cerâmica, de outras categorias materiais, como a louça, o vidro e o metal (19).

Desde as primeiras décadas do século XXI, a arqueologia histórica no Brasil estuda temas tão diversos quanto as próprias arqueologias criadas mas, no caso deste artigo, a proposta é que tornem-se parte de um fazer único. Portanto, é interesse aqui introduzir tantas abordagens temáticas quanto possíveis sobre seus objetos de investigação, tratando-se a arqueologia histórica de um campo dinâmico e transdisciplinar de estudo. Para tanto, podemos listar hoje desde uma arqueologia da arquitetura (20; 21), arqueologia colonial e pós (22; 23), arqueologia da escravidão e da diáspora (24; 25), arqueologia do capitalismo (26; 27), arqueologia do conflito (28; 29), arqueologia industrial (30; 31), arqueologia urbana (32; 33), até uma arqueologia ambiental histórica (34-36), entre muitas outras.

Diogo Menezes Costa é arqueólogo historiador, e professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). Email: dmcosta@ufpa.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Dark K.R. *Theoretical archaeology*, New York, Cornell University Press, 1995.
2. Evans C. and Murray T.. *Histories of archaeology: a reader in the history of archaeology*, Oxford, University Press, 2008.
3. Stiebing Jr. W.H.. *Uncovering the past*, Oxford; New York, Oxford University Press, 1993.
4. Johnson M.. *Teoría arqueológica, una introducción*, Barcelona, Ariel Historia, 2000.
5. Renfrew C. and Bahn P.. *Arqueología: teorías, métodos y prácticas*, Madrid, Akal, 1998.
6. Trigger B.G.. *História do pensamento arqueológico*, São Paulo, Odysseus Editora, 2004.
7. Hume I.N.. *A guide to artifacts of Colonial America*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2001.
8. Clarke D.. *Analytical archaeology*, New York, Columbia University Press, 1978.
9. Binford L.R.. *In pursuit of the past*, Berkeley, Los Angeles, University California Press, 1983.
10. South S.. *Method and theory in historical archaeology*, New York, Percheron Press, 2002.
11. Miller G.. "A revised set of CC index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880". In: Brauner D. (ed.): *Approaches to material culture research for historical archaeologists*. Society for Historical Archaeology. 2000.
12. Hodder I. and Hutson S.. *Reading the past*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
13. Schanks M. and Tilley C.. *Social theory and archaeology*, University of New Mexico, 1987.
14. Deetz J.. *In small things forgotten: an archaeology of early american life*, New York, Anchor Books, 1996.
15. Costa D.M.. "Arqueologias históricas: um panorama temporal e espacial". *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 2010; 4.
16. Orser C.E.. *A historical archaeology of the modern world*, Orser CE (ed.), New York e London, Kluwer/Plenum, 1996.
17. Johnson M.. *An archaeology of capitalism*, Oxford, Blackwell, 1996.
18. Lima T.A.. "Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)". *Anais do Museu Paulista* 1993; 1.
19. Symanski L.C.P.. "Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos". In: Morales W.F. and Moi F.P. (ed)^(eds): *Cenários regionais de uma arqueologia plural*, Annablume/Acervo, 2009.
20. Zarankin A.. *Paredes que domesticam; Arqueologia da arquitetura escolar capitalista, O caso de Buenos Aires*, Campinas, Centro da Arte e Arqueologia - IFCH-Unicamp, 2002.
21. Funari P.P.A. and Zarankin A.. "Social archaeology of housing from a Latin American perspective: A case study". *Journal of Social Archaeology*. 2003; 2.
22. Kern A.A.. "O impacto das práticas missionárias nas missões jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial". (ed)^(eds): *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH São Paulo*, 2011.
23. Bezerra M.. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 2011; 6.
24. Souza M.A.T.. "Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás". *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 2007; 1.
25. Symanski L.C.P.. "O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos da Chapada dos Guimarães (MT)". *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 2007; 1.
26. Lima T.A.. "El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Río de Janeiro del siglo XIX". In: Zarankin A. and Acuto F. (ed)^(eds) Buenos Aires, Del Tridente, 1999.
27. Funari P.P.A.. "Historical archaeology from a world perspective". In: Funari P.P.A.; Hall M. and Jones S. (ed)^(eds): *Historical archaeology, back from the edge*. Londres, Routledge, 1999.
28. Zarankin A. and Niro C.. "A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983)". *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, 2010; 6.
29. Funari P.P. and Oliveira N.V.. "Arqueologia da repressão e a resistência na América Latina". In: Funari P.P. and Zarankin A. (ed)^(eds): *A arqueologia do conflito no Brasil*. Córdoba, Brujas, 2006.
30. Costa D.M.. "Arqueologia da mineração nas lavras do abade: entre propostas e práticas". *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 2012; 6.
31. Thiesen B.V.. "Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência". *Patrimônio - Revista Eletrônica do Iphan*. 2006; 4.
32. Tocchetto F.B. and Thiesen B.. "A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 2007; 37.
33. Symanski L.C.P.. "Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões". *Habitus*. V.1, N. 1, 2003.
34. Costa D.M.. "Arqueologia eco-histórica das lavras do abade". *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira)*. Vol.24, pp.43-148. 2011.
35. Costa D.M.. "Eco(arqueo)logia histórica nas lavras do abade: patrimônio cultural e natural". *Amazônica*. 2013 (no prelo).
36. Costa D.M.. "Archaeo-environmental study of the almas river: mining pollution and the Cerrado biome in the end of the nineteenth century in midwestern, Brazil". *Journal of Archaeological Science*, Vol.38, pp. 3497-3504. 2011.

## POR UMA ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA QUE VAI ALÉM DOS NAUFRÁGIOS: O CASO DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

Flávio Rizzi Calippo  
 Gilson Rambelli  
 Paulo Fernando Bava de Camargo

**A** arqueologia subaquática, segundo Rambelli (1), nada mais é do que uma versão “molhada” e obediente da arqueologia, na qual o arqueólogo tem de adaptar métodos e técnicas para poder estudar os vestígios materiais que, normalmente, se encontram submersos nos mares, rios, lagos e demais corpos d’água. Ao longo das últimas décadas esse ramo da arqueologia passou por intensas transformações, as quais fizeram com que os pesquisadores desenvolvessem novas abordagens teóricas e expandissem o conjunto de dados por ela abordados.

Acompanhando as tendências internacionais, além dos estudos dos naufrágios, os arqueólogos subaquáticos brasileiros vêm se preocupando também com todos os contextos que, de uma forma ou de outra, conectam-se ao estudo das embarcações afundadas. Nesse sentido, passam, a partir da última década, a ser foco dos estudos as áreas portuárias, os estaleiros, as rotas de navegação, as técnicas construtivas, as práticas e simbolismos das gentes do mar, as áreas de produção/manufatura de mercadorias.

Do ponto de vista teórico, os naufrágios deixaram de ser vistos apenas como um conjunto de destroços para serem entendidos como um espaço de onde podem ser recuperados conhecimentos a respeito dos indivíduos, dos grupos sociais e das nações responsáveis pela construção e uso das embarcações afundadas. Nesse contexto, passaram a ser abordadas não só as embarcações de importância histórica, mas, também, os barcos, as canoas e os vestígios deixados pelas comunidades pescadoras, incluindo as suas artes de pesca.

O foco dos estudos se expande para além dos ambientes aquáticos e passa a abranger todo o conjunto de relações sociais, econômicas e simbólicas associadas aos processos que se encerram com a submersão das embarcações ou de qualquer outro objeto, tais como sítios pré-históricos afogados pela elevação do nível do mar. Surgem, nessa reconfiguração do olhar do arqueólogo subaquático, outros que não necessariamente ficam restritos aos ambientes subaquáticos. Estamos falando de arqueologias náutica, costeira, fluvial, marítima, ribeirinha e assim por diante. Com o propósito de apresentar um caso prático dessas novas possibilidades de se analisar o patrimônio cultural subaquático, apresentamos, a seguir, caso do Projeto Arqueologia Subaquática do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

**O ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO** O arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) é um pequeno conjunto de rochedos que se localiza a 1.100 quilômetros de Natal (RN), a um terço da distância entre a costa brasileira e a africana, aproximadamente. Esse conjunto de ilhas é, na verdade, o topo de uma cadeia de montanhas submarinas que divide o oceano Atlântico ao meio (Cordilheira Meso-oceânica) e que agrega a sua volta uma enorme quantidade de recursos naturais vivos e não vivos.

Interessado na exploração desses recursos e na inclusão de uma porção dessa cordilheira como parte da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, o Brasil estabeleceu, através da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), nos rochedos de São Pedro e São Paulo, uma estação científica destinada a manter permanentemente uma equipe de civis (condição obrigatória para o reconhecimento dessa área como território nacional), formada por pesquisadores que se revezam a cada quinze dias.

O arquipélago, no entanto, sempre foi uma área visitada. Além dos inúmeros relatos de navios e expedições que por lá passaram desde o início do século XVI, há pelo menos cem anos existe uma presença constante de embarcações que exploram a abundante quantidade de recursos pesqueiros que ali existem. Uma presença que, embora tenha sido utilizada como argumento para se pleitear o reconhecimento do arquipélago como território nacional, não é valorizada. Pelo contrário, aos pescadores, que contribuem significativamente para a manutenção do próprio Programa Pró-Arquipélago, é imputada a culpa pelos impactos e poluição que se formam ao redor das ilhas.

Tendo esse cenário como pano de fundo, o Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática da Universidade Estadual de Campinas (Ceans/Unicamp), em parceria com o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Oceanário de Pernambuco (ONG), desenvolveu, entre 2004 e 2006, sob a coordenação de Gilson Rambelli, um projeto de pesquisa intitulado Projeto Arqueologia Subaquática do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, o qual tinha como principal objetivo o levantamento de todos os vestígios arqueológicos no arquipélago e nas regiões subaquáticas adjacentes a ele.

**A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E HISTÓRICA DO ARQUIPÉLAGO** A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em vigor desde 1994 e ratificada por 148 países, inclusive pelo Brasil, estabelece que, no mar territorial, todos os bens econômicos existentes no seio da massa líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Estabelece ainda que, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas náuticas de largura, chamada de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), esses bens podem ser explorados com a mesma exclusividade. Porém, especificamente ao Regime de Ilhas, o artigo 121 da Convenção, em seu parágrafo 3º, afirma que: “os rochedos que por si próprios não se prestam à habitação humana ou à vida econômica não devem ter Zona Econômica Exclusiva nem Plataforma Continental (2). Assim, o desenvolvimento do Programa Arquipélago, a partir da garantia da presença humana permanente, além da geração contínua de informações científicas, contribui, de forma decisiva, para o efetivo

estabelecimento da Zona Econômica Exclusiva brasileira no entorno do ASPSP, como reza a CNUDM (3).

Nesse contexto, as informações geradas pelas pesquisas em desenvolvimento no ASPSP constituem importante ativo de negociação em outros fóruns internacionais. Depreende-se, portanto, que o arquipélago de São Pedro e São Paulo, além de constituir ecossistema único para o desenvolvimento de pesquisas científicas, possui grande importância ecológica, econômica, social e política para o Brasil.

A partir de 2004, com o desenvolvimento do Projeto Arqueologia Subaquática do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a composição dessa gama de ativos de negociação passou também a contar com o apoio das questões relativas ao patrimônio cultural subaquático, amparado pela Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (respaldada, na íntegra, pela CNUDM). Além de realizar pesquisas arqueológicas subaquáticas, esse projeto procurou também trazer ao Programa Arquipélago discussões referentes à proteção e à gestão de tal patrimônio. Neste sentido tentou-se, reiteradamente, explicitar as complicações que o Brasil teria com relação à possibilidade do enfraquecimento de seus ativos de negociação em decorrência de sua posição de permitir e legitimar a comercialização de seu patrimônio cultural submerso, graças a uma legislação retrógrada e inconstitucional, a qual segue na “contramão” das normativas da ONU.

Além da questão política sobre a preservação e gestão do patrimônio cultural submerso, o Projeto Arqueologia Subaquática do ASPSP se preocupava tanto com a interpretação dos vestígios materiais deixados pelas diversas embarcações que lá chegaram, assim como com as discussões a respeito da presença dos grupos sociais que mais recentemente vinham ocupando o arquipélago. Nesse sentido, deu-se especial atenção ao papel social e político de pesquisadores e pescadores no estabelecimento de uma presença de vida humana permanente.

Sob tal perspectiva, devemos ressaltar ainda a importância histórica do arquipélago de São Pedro e São Paulo, cuja data do descobrimento é incerta: os registros históricos portugueses dizem que os rochedos foram descobertos por acaso, em 1511, pelo navegador português Manuel de Castro Alcoforado, capitão da caravela São Pedro, a qual se desgarrou da esquadra, comandada por D. Garcia de Noronha e se chocou com os rochedos. Tendo sido salva por outra caravela da mesma esquadra, chamada São Paulo, decorreria o nome do arquipélago (4). Já os registros históricos espanhóis, indicam que o primeiro registro de avistamento foi feito em 1513, pelo navegador espanhol Juan da Nova de Castello.

O primeiro registro em uma carta náutica só ocorre em 1538, na carta náutica mundial de Mercator, apesar dos registros náuticos portugueses atribuírem a autoria de tal fato ao navegador português Diego Ribeiro, em 1529. Especificamente quanto a esse fato, existe outra versão: os penedos teriam aparecido, pela primeira vez, na carta de Jorge Reinell, feita em 1519, com o nome abreviado em “San Po”, posteriormente, interpretado como São Paulo.

Mesmo sendo conhecido desde o século XVI, um desembarque nos rochedos só foi concretizar-se no século XVIII, com o navegador francês Beuvet du Losier, em 1738 e, mais tarde, em 1799, com o navegador americano Amasa Delano, tripulante do S. Y. Perseve-

rance. A primeira carta náutica do local foi elaborada em 1813, pelo capitão-tenente George Crichton, oficial do H.M.S. Rhin (5). Os interesses dos naturalistas parecem ter se iniciado no século XIX, com o desembarque de Charles Darwin, em 1831, durante a sua viagem científica ao redor da Terra a bordo do R.V. Beagle (Inglaterra).

Em 1930, o navio Belmonte, da Marinha do Brasil, instalou o primeiro farol de auxílio à navegação, apontando, talvez, o início de uma preocupação estratégica brasileira com relação aos rochedos. No entanto, somente em 1996 é que o governo brasileiro, através da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (Cirm), criou, com o principal propósito de instalação de uma estação científica na ilha Belmonte, o grupo de trabalho permanente para ocupação e pesquisa no ASPSP. Com a inauguração da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), em 1998, iniciam-se os trabalhos de pesquisa científica promovidos pelo Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PRO-Arquipélago). A instalação e ocupação da Estação Científica do ASPSP “proporcionaram ao Brasil a consolidação da habitação permanente na região e a soberania na exploração dos recursos situados na área de 200 milhas da ZEE” (4).

### O PROJETO ARQUEOLOGIA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

Diante da localização de evidências arqueológicas submersas que representam testemunhos únicos da atividade humana náutica, em uma área de importância estratégica nacional, o Ceans, na época parte do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp), entendeu a necessidade de viabilizar um projeto de pesquisa para estudar sistematicamente esses vestígios. O projeto foi avaliado e autorizado pelo comitê científico do programa Pró-Arquipélago de ASPSP, com a ressalva de necessidade de cumprimento da Norma de Autoridade Marítima Nacional (Norman 10).

Tendo em vista a necessidade de se rediscutir essa legislação (pois a referida norma é legitimada pela Lei Federal 10.166/00, que altera a Lei Federal 7542/86, que foi criada para atender uma demanda de exploração comercial dos bens culturais submersos, o que contradiz os princípios fundamentais da arqueologia e, em específico, da arqueologia subaquática, pois, o patrimônio cultural subaquático representa uma herança comum e não pode ser explorado em benefício de iniciativas privadas), o Ceans e seus parceiros, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estabeleceu uma série de contatos com a Marinha do Brasil (Secirm e DPC), visando justificar as atividades científicas pretendidas no ASPSP, as quais, de modo algum, estariam ligadas a interesses comerciais sobre os vestígios arqueológicos. Esse processo durou quase dois anos, inviabilizando quase todas as etapas de campo planejadas. Somente em fevereiro de 2006, às vésperas da última possibilidade de realizar uma expedição, é que a autorização foi concedida.

O Projeto Arqueologia Subaquática do Arquipélago de São Pedro e São Paulo deve ser entendido também como uma ação que propiciou à Marinha a oportunidade de se posicionar e criar procedimentos que efetivamente amparassem a prática da arqueologia subaquática científica. Isso porque, até então, eram feitas, mesmo para a realização de pesquisas arqueológicas subaquáticas acadêmicas, as mesmas exigências feitas às companhias de petróleo ou às empresas de salvatagem.

Exigências que evoluem uma logística – tal como, por exemplo, navio com câmara hiperbárica a bordo – totalmente incompatível com o risco e com a magnitude das operações subaquáticas intrínsecas às pesquisas arqueológicas em ambientes submersos.

Após a batalha inicial pela realização do projeto, ele se inicia a partir da compreensão de que a arqueologia – molhada ou não – é uma ciência social que encontra sua sustentação na teoria social e de que as interpretações arqueológicas sobre o passado não estão desvinculadas das influências dos contextos social, político e cultural contemporâneos ao próprio arqueólogo (6).

Tal perspectiva sugere uma posição mais ativa do pesquisador, pois ele assume o papel de mediador entre os restos de um passado, que não existe mais, e o seu presente. Logo, a sua interpretação do passado, enquanto produção do conhecimento, não só é subjetiva, carregada de intencionalidade, como também varia – como toda interpretação – de pesquisador para pesquisador, de tempos em tempos, em um fluxo contínuo de transformações e mudanças (6).

A aceitação dessa concepção de realidade subjetiva, e não mais da realidade objetiva (“verdade”), deve-se à constatação de que não existe a “verdade” no passado, pois ela está localizada no presente, como resultado de uma construção cultural de um determinado momento, politicamente orientado (6). Assim, a arqueologia pode – e deve – “ouvir”, através da análise e interpretação da cultura material, as vozes caladas – ou pouco pronunciadas – das pessoas comuns em seus cotidianos, dos oprimidos, enfim dos excluídos do processo elitista de construção da história oficial. Tal privilégio de acesso às ações e aos conflitos sociais passados, representados, consciente e/ou inconscientemente, pelos mais diferentes indivíduos de uma sociedade, através da cultura material, lhe garante o título da mais democrática das ciências sociais (7).

Assumindo essa abordagem social como referência, o primeiro passo no sentido de iniciar as pesquisas foi a adoção de uma postura que reconhecesse e valorizasse os saberes e as práticas tradicionais das comunidades pescadoras. Desse modo, logo de início, toda e qualquer atividade de mergulho foi planejada em colaboração com o mestre da embarcação que dava apoio à expedição. Decisão tomada não só em consequência do amplo conhecimento empírico dos pescadores a respeito da circulação hidrodinâmica (da superfície e em profundidade) ao redor do arquipélago, mas, principalmente, em respeito e em reconhecimento aos conhecimentos empíricos da vivência desses homens do mar (maritimidade). Para esse projeto tais saberes foram de fundamental importância para a eficiência e segurança das operações de mergulho. A capacidade de estimar com precisão a velocidade e a direção das correntes em profundidade, adquiridas através de anos de lançamento, perda e retirada de armadilhas de pesca, permitiram que escolhêssemos, dia a dia, os pontos de mergulho mais seguros e produtivos. Além disso, através da predisposição em colaborar, da prática de mar e do conhecimento dos pescadores a respeito da alteração dos fenômenos ambientais (mudança de sentido e direção dos ventos/ondas, intensificação das

correntes etc) o conhecimento deles permitiu-nos realizar um planejamento mais preciso das imersões, mesmo em um período onde intensas tempestades atingiram o local.

Como definido no Plano de Atividades de Mergulho, que consta no Termo de Responsabilidade para o Desenvolvimento de Atividades de Mergulho Autônomo no ASPSP, as operações subaquáticas objetivaram, primordialmente, localizar, registrar e mapear, através de fotos, desenhos e croquis, os vestígios arqueológicos que se encontravam submersos em apenas alguns pontos específicos.

**RESULTADOS** Devido às questões atmosféricas, foi possível realizar apenas 14 mergulhos, que equivalem a 29 horas/mergulhador de trabalho subaquático. No entanto, apesar das restritas horas de fundo, o Projeto Arqueologia Subaquática do ASPSP conseguiu um resultado preliminar considerável ao obter uma visão inicial dos conjuntos de evidências arqueológicas que ocorrem na enseada e ao sul da ilha São Paulo. Levantamento este que teria sido impossível sem o conhecimento tradicional dos membros da tripulação do barco Transmar II e do mestre Bento.

De uma maneira geral, foram identificadas duas áreas principais de ocorrências de vestígios. Na área 1, localizada internamente às ilhas, foram encontrados vestígios que parecem apontar para dois conjuntos de evidências arqueológicas: um, formado por vestígios materiais relativos a poitas (pesos para ancoragem de boias) e estruturas de experimentos abandonados por pesquisadores, bem como resíduos da construção e ocupação da Estação Científica (sapatas circulares de concreto para sustentação da base científica, fragmentos de canos, cabos etc); e outro, composto por elementos cronologicamente mais antigos (como uma âncora e fragmentos de garrafa em grés). Vestígios que reforçam a ideia de que todo o abandono e/ou descarte de materiais e equipamentos é fruto da ação dos próprios pesquisadores e marinheiros que trabalham no arquipélago. Não foram identificados quaisquer vestígios que possam ser atribuídos aos pescadores, tornando claro que a crítica que a eles é feita como sendo os principais poluidores é, no mínimo, infundada, se não, preconceituosa.

Já na área 2, localizada à sudeste das ilhotas, os vestígios parecem indicar um contexto mais diretamente relacionado ao universo náutico: foram localizados quatro canhões de pequeno porte; uma série de objetos metálicos; duas âncoras; fragmentos de chapas de metal, utilizadas para recobrir externamente cascos de madeira e datadas como posteriores ao início do século XVIII. Além desses, foram identificados: um tipo de “ilhós” ou “papoilas”; e fragmentos de um cabrestante. Essa segunda área de ocorrência foi denominada sítio São Pedro e São Paulo I, por representar um sítio arqueológico com um contexto cronologicamente bem definido pelos vestígios materiais, onde as evidências apontam para a ocorrência de uma ou mais embarcações construídas entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

**A ARQUEOLOGIA  
PODE – E DEVE –  
“OUVIR”, ATRAVÉS  
DA ANÁLISE E  
INTERPRETAÇÃO  
DA CULTURA  
MATERIAL, AS  
VOZES CALADAS**

As âncoras são do tipo almirantado com cepo metálico móvel e fazem parte de uma tecnologia associada já a meados do século XIX. O cabrestante encontrado é uma peça metálica, mas de acionamento originalmente manual. Essas duas características do instrumento utilizado para largar ou recolher os ferros, indicam, possivelmente, uma peça de um período de hibridismo, quando a grande difusão do metal na construção naval ainda convivia com um baixo índice de mecanização dos equipamentos de bordo. Entre as âncoras e o cepo, foi encontrado um “ilhós” ou “papoilas, peça por onde correm os cabos e correntes das âncoras. Esse fato nos leva a supor que estamos lidando com um único equipamento de ancoragem de uma embarcação de modestas proporções, tendo em vista as reduzidas dimensões desse conjunto.

Foram encontradas quatro peças de artilharia, de ferro, de antecarga, de reduzidas dimensões, variando entre 1,5 m e 1,6 m. Embora a artilharia esteja bastante deteriorada, suas formas e dimensões indicam armas feitas já dentro da lógica da simplificação dos padrões decorativos, abandonando as molduras e chanfrados característicos até fins do século XVIII. Detalhe que confirma essa periodização é que uma das peças parece possuir um anel do vergueiro – alça da culatra onde era passada uma corda a fim de segurar o coice e minimizar o recuo da peça – partido. Esse conjunto, num primeiro exame avaliado como bastante homogêneo em termos tipológicos, seria comum em pequenas embarcações de guerra ou em navios mercantes até a primeira metade do século XIX. Assim, é plausível aventar a hipótese de que o conjunto de ancoragem seja contemporâneo ao conjunto de armas.

Além das evidências materiais, corroboram para essa periodização as informações textuais sobre o arquipélago, que indicam um aumento do número de embarcações ancorando em suas proximidades no século XIX, decorrentes, em primeiro lugar, do maior tráfego de embarcações no Atlântico Sul, a partir de fins do século XVIII (8) e da intensificação do número de expedições exploratórias e científicas empreendidas pelos países europeus e pelos Estados Unidos no decorrer do século XIX.

Dessa forma, apesar da pequena quantidade de evidências levantadas, fica claro que estamos lidando com um contexto arqueológico bem definido na área 2, situado entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Assim, é possível estabelecer a hipótese de que se trata de um sítio arqueológico formado a partir do naufrágio de uma ou mais embarcações oitocentistas, talvez pequenos navios de guerra ou barcos mercantes artilhados, estes destinados a inúmeros fins: comércio de produtos, corso, contrabando ou ao tráfico de escravos.

*Flávio Rizzi Calippo é professor do curso de arqueologia e conservação de arte rupestre e dos Programas de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq) e Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: calippo@ufpi.edur.br*

*Gilson Rambelli é professor adjunto do Núcleo de Arqueologia e dos Programas de Pós-Graduação em Arqueologia (Proarq) e Antropologia (NPPA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: rambelli@arqueologiasubaquatica.org.br*

*Paulo Fernando Bava de Camargo é pesquisador colaborador (pós-doutoramento) do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: pfbavac@arqueologiasubaquatica.org.br*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Rambelli, G. “A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape”. Dissertação de mestrado em arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 1998.
2. Carvalho, R. G. “A outra Amazônia”. In: *A Amazônia azul*. Ministério da Educação, pp.17-24. 2005.
3. Porto, M. A. C.. “Arquipélago de São Pedro e São Paulo”. In: *A Amazônia azul*. Ministério da Educação, pp.74-80. 2005.
4. Silveira, S.R.; Farias, S.G.S.; Silva, M.V.; Silva, L.C.; Almeida, A.V.; Amaral, F.D. “Aspectos históricos da biologia marinha do arquipélago de São Pedro e São Paulo”. Monografia de conclusão do curso de biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). 2003.
5. Campos, T. F. C.; Neto, J. V.; Srivastava, N. K.; Petta, R. A.; Hartmann, L. A.; Moraes, J. F. S.; Mendes, L.; Silveira, S. R. M. “Soerguimento tectônico de rochas infracrustais no Oceano Atlântico”. In: *Arquipélago de São Pedro e São Paulo*, pp.253-265. 2005.
6. Acuto, F. A. & Zarankin, A. “Introducción: aun sedientos”. In: Zarankin, A.; Acuto, F. A. (Org.). *Sed non satiata: teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridiente, pp.7-15. 1999.
7. Funari, P. P. A.. “Brazilian archaeology and world archaeology: some remarks”. In: *World Archaeology Bulletin*, nº 3, pp.60-68. 1989.
8. Bastos, A. C. T. *Revolução e o imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ Universal Laemmert. 1866.

## O VASO GREGO HOJE

Gilberto da Silva Francisco

**O**s estudos sobre a cerâmica grega, concentrados nos vasos figurados produzidos em Atenas entre os séculos VI e IV a.C., têm bastante influência em campos variados. Esses objetos são frequentemente apresentados em publicações de história, história da arte e arqueologia, e acabaram por compor algo do imaginário sobre a Grécia arcaica e clássica, a qual geralmente é situada como ponto original de elementos importantes que teriam sido mantidos e (ou) desenvolvidos no Ocidente. Dessa forma, desde o século XVIII, eles foram tratados como objetos de arte e fontes bastante aptas para a compreensão de estruturas do passado chamado de clássico. Entretanto, eles são mais que isso; e, compreender a situação do vaso grego atualmente leva-nos a entender não apenas um passado distante, mas também como mobilizamos determinadas informações orientadas por seleções e como atribuímos significados e valores a esses objetos. Ou seja, o vaso grego explica algo sobre nós mesmos.

**VASO GREGO?** Ao falar da situação atual dos vasos gregos em coleções e museus, deve-se considerar os vários processos de dispersão que esses objetos sofreram ao longo do tempo e a sua própria caracterização. O vaso grego não existe! De fato, havia a produção de vasos de cerâmica por artesãos de cidades variadas que respondiam a determinados elementos de articulação aos quais chamamos de “Grécia”, “mundo grego” ou “pan-helenismo”. Se a Grécia, na Antiguidade, nunca existiu como nação, o vaso grego, surge como discurso no contexto em que a própria ideia de uma Grécia-nação se desenvolveu – nos séculos XVIII e XIX. Ou seja, o vaso grego é uma criação moderna.

Na Antiguidade, pode-se pensar na produção de vasos em centros variados, dos quais o mais forte parece ter sido Atenas (ou a Ática), entre os séculos VI e IV a.C. Esses vasos foram encontrados em vários pontos do Mediterrâneo e imediações (da região da Babilônia a Portugal, da região do Mar Negro até Luxor, no Egito), e muito da sua inserção atual em coleções de museus públicos responde a esse cenário bastante amplo de locais de achado. Entretanto, a situação é mais complicada. Esses objetos foram consistentemente inseridos no mercado de antiguidades e sua projeção tornou-se bem mais ampla.

**O VASO GREGO EM MUSEUS E COLEÇÕES** Esses objetos compõem coleções de países de todos os continentes. Atualmente, a legislação grega de proteção às antiguidades (sobretudo, as leis 5.351, de 1932, e 3.028, de 2002) impede a saída de qualquer objeto arqueológico do solo grego. Entretanto, a ação de alguns potências europeias e dos EUA, que ocupam vários sítios arqueológicos gregos desde o final do século XIX e o constante achado desses objetos em vários países do Mediterrâneo, coerente com as práticas comer-

ciais antigas que permitiram uma dispersão grande desses vasos, proporcionaram a articulação de uma ampla circulação moderna desses objetos e sua aquisição por instituições e particulares no mundo todo. Claramente, sua concentração quantitativa é situada em museus europeus e nos EUA, mas eles também compõem coleções de países afastados desse eixo Europa-EUA, como o Japão, a Austrália e mesmo países da América Latina: há, por exemplo, vasos gregos, e outros objetos relacionados à Antiguidade clássica, em Cuba, Uruguai, Argentina e no Brasil.

A situação da coleção de antiguidades no Museu Nacional de Belas Artes de Havana, Cuba, indica um pouco da situação de aquisição e manutenção desses vasos em espaços tão distantes da sua região de produção antiga e da produção do discurso sobre sua contribuição para a narrativa do Ocidente. Essa coleção, atualmente sob a responsabilidade do Museu Nacional de Belas Artes de Havana, foi organizada por um nobre cubano, o Conde de Lagunillas, que teve sua coleção requisitada no contexto da revolução cubana, passando, a partir de então, para a custódia do governo revolucionário. Dessa forma, não se tratava de uma política pública de aquisição de antiguidades, como acontecia em alguns países europeus e nos EUA, mas da aquisição estatal a partir de uma iniciativa privada. Entretanto, a coleção foi protegida. Ao ser acusado de ter vendido parte dos vasos que a compunham, Fidel Castro teria dito, conforme publicação do jornal *Vanguardia* de 31 de maio de 2006, em um discurso: “apenas os acostumados a vender a sua alma acreditam que uma revolução, cujo maior princípio é a justiça, pode vender a alma da cultura da pátria”.

No Brasil, com a vinda da família real portuguesa na primeira metade do século XIX, vários elementos relacionados à antiguidade clássica começavam a se instalar. É importante lembrar, nesse sentido, da Missão Francesa que foi composta por alguns arquitetos, como Grandjean de Montigny, responsáveis por projetos de edifícios com clara influência da arquitetura clássica. É nesse contexto que a coleção de antiguidades da família real chega ao Brasil, composta por vários objetos relacionados à Grécia continental e colonial, Egito, Etrúria, entre outros locais, que compõem atualmente o acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Entretanto, essa coleção que inseria o Brasil na lógica do colecionismo de antiguidades não é a única. Há outras, mais variadas, também compostas por vasos gregos, como algumas coleções particulares e outras públicas, como a do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e do Museu de Arte de São Paulo (Masp).

Essas coleções vêm sendo exploradas do ponto de vista científico. Basta lembrar da publicação do catálogo crítico da exposição “Cerâmicas antigas da Quinta da Boa Vista”, no Museu de Belas Artes (1); e do projeto “*Corpus Vasorum Antiquorum*”, que visa a publicação de vasos gregos de algumas coleções particulares, do Masp e do MAE/USP, totalizando cerca de 200 objetos, projeto dirigido pela arqueóloga Haiganuch Sarian (MAE/USP), que publicou uma série de estudos sobre objetos do acervo do MAE, principalmente a cerâmica grega e de tradição grega, agrupados na sua tese de livre docência (2).

Além disso, é importante lembrar que a situação desses objetos compoemdo a coleção de museus expressivos no quadro artístico-cul-

tural brasileiro, proporcionou a sua caracterização como patrimônio nacional a partir de processos de tombamento. Por exemplo, a coleção do Masp é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a coleção do MAE foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Não se trata, evidentemente, do vaso grego isoladamente caracterizado como patrimônio nacional brasileiro, mas é a sua inserção nessas coleções que o situa em um grupo que, por sua delimitação a partir de elementos de interesse artístico e cultural variados, foi considerado digno de tombamento. Tem-se, assim, o vaso grego situado em um processo de dispersão que o encaminhou para o Brasil, onde lhe foi atribuído certos valores, inclusive o patrimonial.

**O VASO GREGO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS** A circulação acima indicada deve ser também pensada no contexto da atual proteção das antiguidades. Como visto, na Grécia, há uma legislação bastante restritiva. Já na Itália, o país com o maior número de vasos gregos encontrados fora da Grécia, a legislação é mais flexível, mas mesmo assim há uma série de ações legais contra países que, segundo algumas acusações recentes, adquiriram antiguidades ilegalmente. Por exemplo, há uma série de representações em tribunais internacionais tratando do pedido de devolução de objetos arqueológicos que foram deslocados durante o século XIX e início do século XX para alguns países europeus como a França, Inglaterra, Alemanha e também os Estados Unidos. A campanha mais sistematicamente apresentada é a da devolução dos mármore do Partenon, que se tornou uma causa importante nacionalmente articulada na Grécia atualmente.

Entretanto, mesmo fora da monumentalidade arquitetural, esse tipo de interesse é manifestado. Por exemplo, em 18 de janeiro de 2008, o jornal *O Estado de S. Paulo* dava a seguinte notícia: “MET devolve vaso roubado de 2.500 anos ao governo da Itália”. Tratava-se, efetivamente, do desfecho de um processo internacional iniciado pelo ministro da cultura italiano em 2005, visando reaver objetos retirados da Itália ilegalmente e recebidos pelo curador do Metropolitan Museum (MET) de Nova Iorque. A notícia continua:

A cratera de Eufrônio – um grande vaso pintado com cenas de poemas homéricos – é tido como um dos mais belos exemplos do tipo. O vaso era usado para a diluição de vinho com água. “É considerado, universalmente, o melhor trabalho do artista”, disse o ministro italiano da Cultura, Francesco Rutelli.

No centro da discussão estão importantes instituições como o Ministério da Cultura italiano contra o Metropolitan Museum em Nova Iorque, em uma campanha da Itália contra o tráfico ilegal de antiguidades. Entretanto, mais que isso, é possível notar, pela caracterização que o ministro italiano apresenta, que há uma clara re-significação do objeto: o artesão virou um artista e o vaso sua obra de arte aproximada de uma importante referência cultural para o Ocidente – a poesia homérica. Assim, no seio do debate legalista que promoveu a devolução desse objeto, aparece uma argumentação fo-

cada nesses aspectos culturais que responde à formulação moderna do objeto (o vaso-objeto de arte).

**O VASO GREGO E O MERCADO DE ANTIGUIDADES** Em uma narrativa sobre a contemporaneidade, no filme *O meu melhor amigo* (*Mon meilleur ami*, 2006), dirigido por Patrice Leconte, o valor para se aferir o preço de uma amizade em uma aposta é o de um vaso grego avaliado em €20.000. A amizade, o vaso grego e os vinte mil euros revelam um tipo de valor alto atribuído a esse objeto como mediador nas relações de um meio elitista, destoando, em certa medida, do valor atribuído a esse tipo de objeto na antiguidade, contexto em que, pode-se dizer, não passaria de um objeto banal – não era tão caro e se caracterizava como um tipo de artesanato de interesse menor, considerando-se a criação escultural e arquitetônica. Entretanto, a re-significação atual o situa no plano de objeto/documento e objeto de arte.

O valor do vaso no filme citado é bastante coerente, mas há valores bem maiores. Por exemplo, a casa de leilões Christie’s anunciou o maior rendimento até então em seus leilões de antiguidades, a partir das vendas dos dias 12 e 13 de junho de 2000: algo em torno de US\$15 milhões, dos quais, apenas dois objetos foram responsáveis por quase US\$3 milhões. Trata-se de dois vasos áticos de figuras vermelhas: uma taça assinada por Douris (por US\$1.776.000) e a famosa cratera de Toronto (por US\$1.051.000), valores próximos do estimado, que era a partir de US\$1 milhão. Essa seção (9448 – 12 de junho de 2000) arrecadou US\$ 7.053.906, a partir da venda de 151 peças, sendo duas delas os vasos acima citados: lotes 81 e 111. E, no topo da lista de vasos gregos adquiridos em leilões, localiza-se uma hídria de Caere, vendida por US\$ 3.302.250.

Vale notar que esses valores, se comparados aos das obras de arte contemporânea, são bastante modestos. Por exemplo, o leilão intitulado “Impressionist and Modern Art”, em 3 de novembro de 2004, na Christie’s, registrou, para grande parte das obras, valores acima de um milhão de dólares, sendo a venda mais expressiva desse dia fixada em US\$ 20.167.000 – trata-se do lote 24, a tela *Londres, le parlement, effet de soleil dans le brouillard*, de Claude Monet. Essa seção (1429) arrecadou US\$ 28.222.150, a partir da venda de 58 obras. Valores dessa grandeza, no que tange aos objetos no comércio de antiguidades, são episódicos; como a venda de uma escultura helenística de Ártemis e um cervo, estimada entre cinco e sete milhões de dólares, mas vendida por US\$ 28.600.000, superando todas as expectativas da Sotheby’s (leilão em 7 de junho de 2007, lote 41).

O mercado parece distinguir o que é objeto de arte e o que é antiguidade, atribuindo a esta um valor menor. Entretanto, esse valor revela um interesse consistente que orienta a própria inserção sociocultural desses vasos atualmente. Não são as mesas, despensas e tumbas mais variadas que eles preenchem, mas as coleções particulares e de museus que são potencialmente espaços de diálogo com o público e também instituições de guarda de bens valiosos. Inserido nessa lógica, o vaso grego é também um bem de expressão financeira bastante relevante.

**O MERCADO  
PARECE  
DISTINGUIR  
OBJETO DE ARTE  
DE ANTIGUIDADE,  
ATRIBUINDO A  
ESTA VALOR  
MENOR**

**CONCLUSÃO** O potencial científico do vaso grego como fonte de informação de aspectos variados da experiência antiga não é algo que está em jogo. Nem mesmo a sua re-significação que permitiu certa transição do campo do artesanato para o objeto de arte, que parece ser legítima, já que esses objetos são ativos na modernidade. É justamente sua inserção dinâmica que permite imputar ao vaso grego significados novos não necessariamente incompatíveis com os significados antigos. O que não é possível pensar é em uma linha que nos liga diretamente à sua experiência passada e que o que somos e como os inserimos na nossa experiência seja algo idêntico ao passado. O vaso grego hoje é objeto de coleção, objeto de arte, fonte de informação, alcança valores relativamente altos e é, inclusive, inserido no campo do patrimônio. É mais que o vaso dos gregos. Mas, para pensar nos gregos, a partir do vaso, é necessário despi-lo do que lhe foi atribuído por nós e, assim, exercitar a alteridade.

*Gilberto da Silva Francisco é doutor em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP)*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Cerâmicas antigas da Quinta da Boa Vista*. Rio de Janeiro: Museu de Belas Artes. 1995.
2. Sarian, H. "Arqueologia da imagem. Expressões do mito e da religião na antiguidade clássica". Tese de livre docência em arqueologia clássica - MAE/USP. 2005.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Chappell, D. & Manacorda, S. (Eds.) *Crime in the art and antiquities world: illegal trafficking in cultural property*. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer. 2011.
- Francisco, G. da S. "Panatenaicas. Tradição, permanência e derivação". Tese de doutorado apresentada no MAE/USP. 2012.
- Merryman, J. H.; Elsen, A. E. & Urice, S. K. *Law, ethics and visual arts*. 5ª ed., Alphen aan der Rijn: Kluwer Law International. 2007.
- Nistri, G. "The experience of the Italian cultural heritage protection unit". In: Chappell, D. & Manacorda, S. (Eds.) *Crime in the art and antiquities world: illegal trafficking in cultural property*. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, pp.183-92. 2011.
- Nørskov, V. *Greek vases in new contexts. The collecting and trading of Greek vases - an aspect of the modern reception of Antiquity*. Aarhus: Aarhus University Press. 2002.
- Núñez Gutiérrez, M. L. (Org.). *La Habana. Salas del Museo Nacional de Cuba, Palacio de Bellas Artes*. La Habana: Editora Letras Cubanas. 1990.
- Olmos Romera, R. *Catálogo de los vasos griegos del Museo Nacional de Bellas Artes de La Habana*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales. 1993.
- Valavanis, P. & Delevorrias, A. *Great moments in greek archaeology*. Athens: Kapon. 2007.

## ARQUEOLOGIA E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Helena Pinto Lima  
Bruno Moraes

**T**ende-se a pensar que a arqueologia é uma ciência restrita ao estudo do passado. Em seus primórdios, até o início do século XX, ela foi um campo do saber voltado ao estudo dos objetos, principalmente em seus aspectos físicos e até mesmo estéticos, ligados às sociedades pretéritas. Ao longo das transformações das ciências humanas, de um modo geral, levadas a cabo ao longo do século passado, a arqueologia então passou a focar seus estudos na *materalidade da cultura* – em seus mais diversos aspectos – com vistas a entender relações sociais e culturais a partir de uma perspectiva diacrônica. Desta forma, encarada enquanto estudo de processos de continuidade e transformação cultural, a disciplina incorpora o estudo da contemporaneidade como parte integrante de seu objeto.

Diferentes correntes atuais da arqueologia têm pensado em sociedades contemporâneas para entender não somente aspectos ligados às sociedades do passado, mas também para pensar sobre interações sociais do presente. Vista deste modo, a arqueologia é não apenas uma forma de entender o passado, mas também uma prática social experienciada no presente, que carrega consigo um diálogo entre a subjetividade do arqueólogo e o próprio objeto, entendido como um modo de produção material da cultura (1; 2).

Na Amazônia, a arqueologia tradicionalmente tem sido encarada enquanto história indígena (3; 4; 5). Hoje, mais do que isso, ela pode – e deve – ser considerada como uma disciplina válida para o entendimento dos processos culturais relativos às populações atuais: indígenas, grupos sociais urbanos, comunidades rurais ou as sociedades ribeirinhas – estas últimas alvo do presente artigo. Sua potencialidade se dá também na forma de embasamento de teorias e práticas, inclusive aquelas que concernem à construção de políticas públicas, com a clara intenção de se pensar no futuro.

As sociedades ribeirinhas atuais constituem um objeto de estudo privilegiado para a atuação da arqueologia, ao integrarem ao seu *modus vivendi* elementos do passado e do presente, em uma interlocução fascinante com a paisagem, a começar pelos locais onde habitam, que recorrentemente estão sobre assentamentos de grupos pretéritos – os sítios arqueológicos. Suas (re)significações sobre o lugar onde vivem e seus componentes espaciais e materiais são peças-chave para uma compreensão mais holística das interações entre os comunitários e os vestígios, em um processo de formação e transformação contínua do sítio arqueológico.

Entender como se processa a interação entre esses elementos promove a compreensão da maneira como o presente está relacionado ao passado, seja através de rupturas ou de continuidades. Na Amazônia, os locais onde se encontram os sítios arqueológicos, em geral compostos por terras pretas e com a presença de cerâmicas, são locais recorrente-

mente habitados por comunidades no presente. Tal escolha não é dada ao acaso, mas pontuada por uma série de elementos de escolhas culturais em diferentes ordens, que se assemelham ou se repetem no decorrer do tempo. Desta forma, é possível dizer que os vestígios arqueológicos fazem parte, de diferentes maneiras, do cotidiano do ribeirão. Seja em sua relação com as terras pretas – solo antropogênico muito fértil, de coloração escura – seja pelos inúmeros fragmentos e vasilhas cerâmicas que afloram no entorno de suas casas e comunidades.

Este artigo visa, portanto, apresentar alguns aspectos e reflexões oriundas das pesquisas arqueológicas empreendidas desde os anos de 2009 e 2012 na região do médio Amazonas, particularmente nos municípios de Itacoatiara e Silves (AM), sob a égide do projeto “Arqueologia regional e história local no baixo rio Urubu”, vinculado ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

### ARQUEOLOGIA DO BAIXO RIO URUBU: UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Dentre as ações desenvolvidas pelo projeto, foram realizadas prospecções arqueológicas, além do mapeamento, delimitação e escavações em alguns sítios. Os trabalhos levaram à formulação de uma hipótese preliminar sobre a cronologia de ocupação da área, bem como a interpretações sobre a organização social no passado (6). Junto às comunidades, foram desenvolvidas ações envolvendo socialização da pesquisa e educação patrimonial, etnografias e análises de percepção, especialmente naquelas situadas nas proximidades dos sítios pesquisados.

Os trabalhos primaram pelo desenvolvimento dos programas de arqueologia pública concomitantes às pesquisas de campo (em especial as escavações) de modo a proporcionar uma articulação entre os saberes locais e as hipóteses propostas pela ciência arqueológica, colocando o patrimônio arqueológico em discussão para os moradores desses locais e dando voz aos saberes tradicionais, comumente apagados no decorrer da construção do discurso científico.

Este é o aspecto a ser abordado neste artigo: ao passo em que trata do entendimento dos processos de ocupação pré-colonial na região, sua cronologia, questões relativas aos usos do espaço e territorialidade, o foco investigativo procurou se voltar também a essas populações ribeirinhas e em como elas revestem os vestígios com vieses interpretativos próprios. Através de métodos de observação etnográfica, a pesquisa tem buscado compreender os complexos processos de apropriação e ressignificação dos vestígios por essa população.

Dentro desse contexto, destacam-se os trabalhos realizados em um sítio arqueológico em comunidade específico, o Pontão, cadastrado sob a sigla AM-SL-06. O material arqueológico, mormente as vasilhas e fragmentos de vasilhas cerâmicas e a terra preta, apresentam-se numa grande área de dispersão que cobre quase toda a área da comunidade, que se localiza no entorno imediato da ilha de Silves. A comunidade Nossa Senhora do Bom Parto, localmente conhecida como Pontão, é composta por 22 famílias, com, em geral, 4 a 6 membros adultos. Grande parte dos comunitários nasceu na própria comunidade (60%) e outra parte é proveniente de outras localidades, tais como São João do Pontão, Manaus, Itapi-

ranga (sede e comunidades) e Uruará. Existe, de fato, uma grande movimentação de pessoas intercomunidades, seja por casamentos, festas religiosas e, principalmente, jogos de futebol. Aliás, os jogos de futebol representam um importante momento de socialização entre as comunidades (7).

Em certa medida, aspectos da vida social e econômica das comunidades da região perfilam aspectos comuns. As comunidades amazônicas têm por base de sua organização social as famílias que as compõem. Estas unidades familiares, de um modo geral, têm suas atividades econômicas baseadas na combinação de algumas atividades principais: pesca, agricultura, criação de gado, trabalho assalariado/aposentadoria, e produção artesanal. A economia local é baseada em estratégias que combinam o uso de diferentes recursos (além do trabalho assalariado), o que possibilita uma grande flexibilidade, apesar da pouca acumulação de capital em si. Além disso, cada atividade possui um padrão distinto ao longo do ano, e envolve diferentes membros da família, preenchendo funções diferenciadas na economia familiar (8).

Esses repertórios de atividades econômicas são combinados em padrões distintos pelas unidades familiares, criando um padrão heterogêneo *dentro e entre* as comunidades (9). Como já mencionado, essa variabilidade tem origem não somente na diferenciação econômica e ecológica das comunidades, mas também em seus aspectos sociais e na própria história de formação das mesmas. Tais aspectos nos oferecem oportunidades consideráveis para pensar questões relativas ao patrimônio cultural, preservação arqueológica e, principalmente, à intersecção entre o conhecimento científico e o tradicional.

Desde o início, através das visitas de diagnóstico e planejamento, a comunidade Pontão foi identificada como local prioritário para as ações do projeto. Isto se deu em função da própria desconfiança percebida a partir dos primeiros contatos entre os pesquisadores e comunitários. Tal fato resulta de reflexos negativos de pesquisas anteriores, realizadas nas décadas de 1970 e 1980, em que a relação estabelecida entre os moradores, os pesquisadores e os objetos de lá retirados não havia ficado clara para os primeiros. A partir dos primeiros contatos da equipe do projeto com os moradores, Pontão passou a ser regularmente visitado, estabelecendo-se certa relação com esses novos pesquisadores (nós).

Por fim, acertou-se que a comunidade (e sítio arqueológico) Pontão seriam alvo de uma grande campanha arqueológica, o que se deu durante os meses de julho e agosto de 2010. Os trabalhos de campo tiveram como objetivo a coleta e análises de dados arqueológicos através do mapeamento, delimitação e escavação do sítio arqueológico, além de oferecer a estudantes, pesquisadores de outras áreas e leigos em geral a oportunidade de conhecer e vivenciar o cotidiano do trabalho do arqueólogo em campo, em uma comunidade ribeirinha da Amazônia. Este sítio-escola se configurou como uma disciplina regular do curso superior de tecnologia em arqueologia, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Além dos alunos do curso, pesquisadores e estudantes de diferentes partes do Brasil participaram.

Os chamados sítios-escola representam uma oportunidade de aliar o ensino à pesquisa durante o trabalho de campo arqueológico. Nesse momento, os estudantes foram orientados e executaram todos

os procedimentos de levantamento, delimitação, escavação, coleta e registro de dados do sítio arqueológico. Concomitantemente, foram ministradas também aulas expositivas, em campo, durante e após as atividades relacionadas à escavação. Além dos exercícios próprios de uma escavação arqueológica, o foco das atividades práticas e teóricas centrou-se na experiência social da prática arqueológica, que culminou em uma imersão na comunidade estudada. Com esse tipo de prática, procurou-se levar os alunos (de arqueologia) a questionarem seu papel enquanto agentes da produção de conhecimento, e os desdobramentos e consequências que a práxis arqueológica – e científica – implicam. O objetivo, neste caso, foi levar o aluno a desenvolver seu senso crítico ao perceber a relação assimétrica entre o pesquisador e o objeto de estudo, suscitando problemáticas que vão além dos vestígios arqueológicos propriamente ditos.

Neste sentido, a investigação se focou nos processos de formação do registro arqueológico, pensando em como as relações sociais estabelecidas entre os moradores no presente definem usos diferenciados do espaço e construção da paisagem ribeirinha contemporânea, ao mesmo tempo em que reconfigura o próprio registro arqueológico. As análises espaciais se deram por meio da confecção de croquis das estruturas atuais da comunidade, sobrepostos ao mapeamento de suas feições arqueológicas. Além disso, foram feitas uma série de exercícios etnográficos e uma genealogia dos moradores da comunidade. Campo notável de construção do conhecimento antropológico, a etnografia se coloca enquanto arena privilegiada para o estudo da interação entre as comunidades contemporâneas que hoje ocupam grande parte dos sítios arqueológicos amazônicos, e as populações que no passado o fizeram.

Para que se alcançassem os objetivos propostos para os trabalhos de campo, fez-se importante a composição de uma equipe interdisciplinar, com profissionais de áreas distintas como as geotecnologias, antropologia, e linguística, além dos próprios moradores locais, que muitas vezes trazem vieses importantes não aventados pela visão estrita da ciência. As reflexões aqui apresentadas são, por certo, fruto de diálogos intensos estabelecidos ao longo dessa vivência no campo. Dentre os dados etnográficos recolhidos, inclui-se a distribuição espacial das estruturas edificadas das comunidades, genealogia e relações de parentesco, relatos sobre a história oral local e as percepções/interpretações sobre os vestígios arqueológicos – e os próprios arqueólogos.

Como maneira de mensurar essas interpretações e relações estabelecidas entre os diferentes atores – pesquisadores/arqueólogos, estudantes de arqueologia, professores e alunos locais, moradores da comunidade, foi feita uma pesquisa por uma bolsista vinculada ao projeto acerca das diferentes percepções sobre o tema. Essa pesquisa se deu um ano após os trabalhos de campo (no decorrer de 2011), e teve como objetivo contrastar as visões dos diferentes agentes envolvidos em todo o processo (7).

No caso estudado, observou-se que todos os moradores do Pontão disseram conviver cotidianamente com os “caquinhos” nas proximidades de suas casas e que, quando encontram, os compar-

tilhavam com parentes para que fossem pintados como intuito de produzir enfeites de casa, sendo estes, por vezes, levados até os núcleos urbanos. Sobre a terra preta de índio, a maioria das pessoas menciona sua alta fertilidade, que possibilita o cultivo de uma grande variedade de gêneros. Uma parte menor associou a terra preta com cacos de cerâmica, identificando como local no qual os índios viviam e cultivavam as suas plantações.

As interpretações dadas pelas comunidades que convivem com os vestígios arqueológicos são efetuadas a partir de situações vividas, experiências e informações adquiridas. As evidências arqueológicas são únicas, mas a variedade de interpretações, significações e percepções são variadas, dependendo do olhar atribuído. O registro arqueológico possui relevância tanto para o conhecimento e entendimento do passado quanto do presente.

Mais do que apenas um estudo exploratório que se propõe a elucidar uma cronologia dessas ocupações pretéritas, essa proposta investigativa se coloca enquanto uma tentativa de interlocução entre duas realidades territoriais distintas, ao promover uma reflexão entre discursos que, frequentemente, são percebidos como dissociados e até mesmo concorrentes: o da ciência arqueológica, por

meio da construção do conhecimento por meio de *surveys* e escavações, e o tradicional, que representa a forma como os habitantes locais percebem seu território e o que o compõe. Não obstante, essa percepção altera os modos de usos do espaço e, portanto, constrói o registro arqueológico.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** Desta forma, por meio de abordagens arqueológicas mais abrangentes que permitem um diálogo multivocal que inter-relaciona diferentes esferas de conhecimento, entre elas a tradicional e a científica, prima-se por colocar

as próprias sociedades caboclas da Amazônia enquanto atores que contribuem para a construção do conhecimento arqueológico.

Igualmente importante é constatar que a condução de pesquisas arqueológicas em comunidades rurais deve estabelecer formas de se medir seus impactos sociais, econômicos e políticos (10). Entende-se que a participação na vida social das comunidades alvo das pesquisas arqueológicas seja uma importante maneira de socialização do conhecimento produzido no âmbito da academia e, mais do que isso, uma possibilidade de dar voz à percepção dos comunitários no que diz respeito ao seu ambiente e ao patrimônio arqueológico. Sua participação ativa nos processos de formação do registro arqueológico local significa também um importante papel ativo no processo de construção sobre a história e o passado do lugar. Desta maneira, pretende-se dar conta das diferentes vozes e discursos sobre o passado arqueológico da região.

*Helena Pinto Lima é professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e pesquisadora associada ao Museu Amazônico da mesma universidade. Email: lenalima@hotmail.com*

*Bruno Moraes é arqueólogo ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia/Ufam. Email: bmoraesarqueo@gmail.com*

**SOCIEDADES  
CABOCLAS DA  
AMAZÔNIA  
ENQUANTO  
ATORES DA  
CONSTRUÇÃO DO  
CONHECIMENTO  
ARQUEOLÓGICO**

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Shanks, M. & Mackenzie, I. "Archaeology: theories, themes and experience". In: *Archaeological theory: progress or posture?* Mackenzie, I. (ed.) Aldershot-Brookfield, Avebury. 1994.
2. Tilley, C. "Archaeology as socio-political action in the present". In: *Critical traditions in contemporary archaeology*. Pinsk, V. & Wylie, A. (eds.). University of New Mexico Press, Albuquerque. 1995.
3. Neves, E. G. "Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil". In: *A temática indígena na escola*. Silva, A. (Org.) Brasília: Ministério da Educação e Cultura. 1995.
4. Neves, E.G.; Barreto, C.; McEwan, C. "Introduction". In: McEwan, C.; Barreto, C.; Neves, E. (Eds.). *Unknown Amazon: culture in nature in ancient Brazil*. London: British Museum. 2001.
5. Heckenberger, M.J.; J.B. Petersen; E.G. Neves. "Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil". In: *Latin American Antiquity*. 10(4), 353-376. 1999.
6. Lima, H.P.; Moraes, B. "Redes e sistemas de interação regional no Médio Amazonas". Comunicação apresentada em conferência na Society for the Anthropology of Lowland South America (Salsa). Belém (PA). 2011.
7. Cunha, G.F. "Análise da percepção comunitária do lago de Silves sobre o patrimônio arqueológico local". Relatório final de bolsa de apoio técnico. Não publicado. Manaus: Fapeam. 2010.
8. Castro, F. "Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas". In: Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (Eds.) *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. pp.186-176.
9. Ibidem, p.181, grifo nosso.
10. Howel, A. "Arqueologia pública". Comunicação no II Encontro de Arqueologia Amazônica. Manaus (AM). 2010.

## UMA VIAGEM PELO RIO TAPAJÓS: NARRATIVAS DO PRESENTE SOBRE O PASSADO NA REGIÃO DE SANTARÉM

Louise Prado Alfonso  
Anne Rapp Py-Daniel

**U**m visitante que chega ao município de Santarém no estado do Pará evidencia, desde o primeiro contato, que elementos arqueológicos são reapropriados pela comunidade local, das mais diversas formas. O caso mais conhecido e emblemático é o do muiraquitã que – tanto o termo quanto o símbolo, associados a um “sapo de cor verde” –, faz parte do cotidiano da comunidade santarena, embora este objeto tenha sido produzido no passado e seja atualmente material de estudo dos arqueólogos. Quem frequenta a cidade encontra essas representações no artesanato, no nome de estabelecimentos comerciais (como lanchonetes, lojas, supermercado, universidade etc) e na decoração da orla e de diferentes praças e residências. Embora o uso do muiraquitã não seja uma característica restrita à Santarém, nesse local ela é onipresente. Além do muiraquitã, há vários outros objetos do passado que estão presentes no dia a dia da população, por exemplo os vasos de cariátides e de gargalo, amplamente reproduzidos no artesanato e ampliados em forma de monumentos, como os encontrados na Praça São Sebastião (1).

Associado a esse fenômeno é comum encontrar em toda a Amazônia – e Santarém é um ótimo exemplo –, indivíduos e/ou famílias que “guardam” material arqueológico em suas próprias residências, expondo e valorizando essas coleções. As narrativas em torno desses bens variam de acordo com os colecionadores. Alguns veem nesses vestígios uma representação de seus antepassados, enquanto outros, mesmo não reconhecendo uma ligação direta de ancestralidade, identificam esses bens como patrimônio (2).

A relação da população com os termos e objetos do passado vem favorecendo uma maior interação entre os turistas, que visitam o município, e os elementos da arqueologia amazônica. Cada vez mais, Santarém vem se configurando como um interessante destino turístico na Amazônia. Pode-se notar, nos últimos anos, um aumento significativo de propagandas que divulgam a cidade. Vale destacar que grandes companhias aéreas do país apresentam a região em suas revistas de bordo, em artigos inteiros ou apenas menções. Inclusive a companhia TAM Linhas Aéreas começou a financiar projetos de “turismo comunitário” nas proximidades de Santarém. Embora os principais atrativos turísticos divulgados estejam relacionados ao patrimônio natural (praias, floresta nacional, reserva extrativista etc), os atrativos culturais vêm se fortalecendo. Os bens arqueológicos também ganham destaque, mais especificamente no Centro Cultural municipal, no artesanato e na decoração da cidade.

Esse envolvimento do turista com as temáticas arqueológicas tem sido avaliado pelos pesquisadores de duas maneiras contraditórias. Uma abordagem mais otimista valoriza o fato de, cada vez mais, um maior número de pessoas se familiarizar à riqueza do patrimônio cultural e histórico da região, permitindo assim a socialização do conhecimento arqueológico, a divulgação do trabalho do arqueólogo e do processo de ocupação regional. Assim, nota-se que alguns projetos desenvolvidos em Santarém têm se preocupado em elaborar material de divulgação de suas ações, como cartilhas e exposições, tendo como público alvo não apenas a comunidade, mas também os turistas.

Todavia, essa interação do turismo com a arqueologia não tem somente lados positivos, um dos principais problemas é o crescimento considerável do comércio ilegal de material arqueológico, iniciado com a ação de grandes colecionadores especializados dentro e fora do país, e que vem se fortalecendo através dos visitantes, em especial os turistas estrangeiros, que compram fragmentos arqueológicos como “lembranças” da região (2). Dentre os compradores podemos encontrar dois perfis: aqueles que desconhecem a legislação patrimonial, que proíbe a compra e venda de bens da União, como o patrimônio arqueológico; e aqueles que, apesar de conhecerem a legislação, optam por ignorá-la, pensando simplesmente no “prazer de possuir um belo objeto arqueológico”.

Vale ressaltar que o papel dos turistas estrangeiros é complexo e necessita atenção, pois os vestígios arqueológicos amazônicos, apesar de pouco conhecidos no Brasil, são relativamente bem conhecidos no exterior, o que pode ser constatado através dos numerosos catálogos de peças e exposições: Catálogo do Museu Barbier-Mueller (Espanha e Suíça), Catálogo da Exposição “Brésil Indien” (França), Catálogo da Exposição “Unknown Amazon” (Inglaterra) etc. Além disso, temos que considerar que em outros países a aquisição de material arqueológico não é ilegal e que caberia ao Brasil informar os que visitam o território nacional sobre a legislação relacionada à proteção dos bens culturais, bem como sensibilizar os brasileiros quanto às diversas facetas do patrimônio e quanto ao papel de cada indivíduo na proteção dos bens patrimoniais do país.

Ao se falar de turismo na região amazônica deve ser considerado que essa região sofreu intensas intervenções do governo federal desde o início da ditadura militar, quando os órgãos oficiais de turismo se estruturaram e as políticas nacionais de turismo passam a dialogar de forma mais intensa com as demais políticas do governo federal, como as de povoamento da região Norte do país (3; 4). Essas políticas de povoamento, que tentaram apagar a memória e a história dos habitantes da região, também incentivaram a criação de uma imagem a ser vendida como produto turístico. A imagem turística que foi construída para a Amazônia está pautada, desde as primeiras políticas, na valorização do patrimônio natural, como é o caso dos mais diversos folders e materiais de divulgação que enfatizam, para o público internacional, as imagens de vitórias-régias, do encontro das águas, de animais selvagens etc. Também nesses materiais, por

décadas, a população apareceu como parte dessa fauna e flora, carregada de exotismo e alheia à “civilização”.

Apenas na década de 1990 elementos da cultura nos estados da região Norte do país passaram a ser indicados como patrimônios de importância regional e nacional (3). Nesse momento os bens valorizados foram os bens edificados relacionados ao passado das elites. Ao pegar uma capital como Manaus como exemplo percebe-se que muita ênfase foi dada aos períodos históricos, após o contato com o europeu e, principalmente, à Belle Époque (apogeu do comércio da borracha) quando foi construído o Teatro Amazonas, a Igreja São Sebastião, o Palácio do Rio Negro etc. Isso se reflete até os dias atuais. Voltando à cidade de Santarém, percebe-se que os principais atrativos turísticos culturais indicados pelo site da prefeitura são o Solar do Barão de Santarém, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, além de monumentos, praças, entre outros. Contudo, em ambos os casos, praticamente nada foi mencionado sobre as populações indígenas que ali moravam antes do contato com colonizadores ou que ainda vivem por toda a região amazônica.

#### **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO COMPOSTO POR MOSAICOS** Todo esse

processo de divulgação e de políticas públicas federais influenciou diretamente na maneira como o turismo se apresenta hoje. Assim, o turismo foi desenvolvido de forma a valorizar, sobretudo, os bens naturais, o “exótico” e o “selvagem”, o que refletiu na construção de grandes hotéis de selva em algumas regiões, enquanto outras vêm recebendo dezenas de grandes navios de cruzeiro, que levam milhares de turistas a cidades que não possuem um planejamento estratégico para recebê-los. Esse turismo voltado para grandes públicos, também denominado de turismo convencional, desenvolvido de forma

não planejada, tem causado grandes problemas para as localidades envolvidas. Embora a arqueologia tenha sido pouco considerada pelas políticas de turismo como relevante para a mencionada região, por toda a Amazônia existem referências de sítios arqueológicos que vêm recebendo visitação espontânea desordenada, de pessoas provenientes de diversas partes do Brasil e do exterior (5). E as coleções e narrativas sobre os bens do passado, que têm atraído olhares de pesquisadores e colecionadores de diversas partes do mundo desde o século XIX, passam também a ser valorizadas por turistas (6).

Todos os elementos apresentados demonstram a existência de um mosaico de narrativas e usos do passado da região de Santarém: narrativas individuais, pouco conhecidas e valorizadas; narrativas coletivas construídas a partir de uma reapropriação dos elementos do passado; narrativas oficiais divulgadas por diversos níveis do poder público; narrativas dos arqueólogos que raramente chegam até a população; e as narrativas dos próprios turistas e visitantes que interpretam de diferentes maneiras o patrimônio arqueológico, porém estas são ignoradas. Assim, identifica-se a ausência de espaços, de oportunidades de diálogos e de reflexões entre esses diferentes grupos e suas mais diversas compreensões sobre o patrimônio arqueológico e os povos que o produziram.

**SÍTIOS  
ARQUEOLÓGICOS  
VÊM RECEBENDO  
VISITAÇÃO  
ESPONTÂNEA  
DESORDENADA**

Um elemento estratégico para a comunicação entre os bens e a sociedade seria as instituições culturais, porém, por diferentes razões e dificuldades, elas não têm conseguido cumprir com esse papel. Essas instituições da região de Santarém procuram apresentar o acervo, mas não um processo reflexivo que favoreça debates e novas interpretações desses bens patrimoniais. As exposições temporárias, organizadas principalmente por arqueólogos, apresentam narrativas acadêmicas, mas não objetivam a multivocalidade que o patrimônio arqueológico pode suscitar.

Dentro deste contexto, o turismo pode se apresentar como uma ferramenta, e não um fim em si, incentivando a compreensão dessa relação e favorecendo o debate com os mais diversos grupos, sensibilizando quanto ao uso qualificado e a gestão do patrimônio arqueológico. Essas discussões, possibilitadas pelo turismo, podem levar a ações preservacionistas e inclusivas (7).

O turismo convencional, não é o caminho. Por todo o mundo, formas alternativas vêm sendo incentivadas como meios de alteração de quadros negativos como os apresentados acima. Na região em apreço, poucos são os exemplos que apresentam novas perspectivas para a atividade turística. O turismo sustentável e participativo, que é uma das “novas faces”, atua de forma mais responsável e inclusiva, favorecendo o diálogo multicultural e incentivando o empoderamento das comunidades locais. Nesse processo, os anseios dos mais diversos grupos são identificados e considerados no desenvolvimento da atividade, dentre eles os atores locais e os turistas. O planejamento estratégico é o principal elemento para constituição de um turismo mais sustentável e ético (7).

Esse debate do turismo sustentável participativo se aproxima de debates atuais sobre a contribuição ética dos arqueólogos que, ao trabalharem com o passado, não podem ignorar as vozes, no presente, dos diversos grupos interessados nos bens culturais (8).

Tentativas de aproximação entre as duas áreas vêm acontecendo, na região amazônica, como foi o caso do II Fórum de Arqueologia e Turismo na Amazônia, porém essas ações ainda são incipientes. As instituições de ensino superior da região ainda não conseguiram estabelecer um diálogo entre as disciplinas e, contudo, deveriam ser o espaço privilegiado dessas reflexões, incentivando ambas as áreas a pensar sobre seu papel relacionado à gestão e à valorização dos bens patrimoniais. Para que, em seguida, esse diálogo possa ser fomentado junto à comunidade, através de ações extensionistas multidisciplinares, onde um maior número de atores possa ser envolvido. Assim, elementos da cultura material, como o muiraquitã, podem trazer as “vozes” do passado para essa discussão. Assim, os bens arqueológicos estariam proporcionando uma reflexão das comunidades do presente sobre o seu contexto atual.

*Louise Prado Alfonso é turismóloga e doutora em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora de projetos em educação patrimonial e turismo da Zanettini Arqueologia. Email: louiseturismo@yahoo.com.br*

*Anne Rapp Py-Daniel, é arqueóloga, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Email: annerpd@gmail.com*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bandeira, K. “O patrimônio arqueológico e o impacto das ações patrimoniais (original)”. Novo título: “O patrimônio arqueológico e o Centro Cultural João Fona”. Relatório de Pibex apresentado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). 2012.
2. Trouffard, J. “O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará?” In: *Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada. Pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará*. Organizado por D. Schaan. Belém: GKNoronha. pp.57-72. 2012.
3. Alfonso, L. “Embratur: formadora de imagens da nação brasileira”. Dissertação de mestrado em antropologia social, apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). 2006.
4. Torres, M. “Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará”. Tese de doutorado em arqueologia, apresentada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). 2012.
5. Figueiredo, S. & Pereira, E. “Turismo e arqueologia na Amazônia - Brasil: aspectos de preservação e planejamento”. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM - 27 a 28 de agosto de 2007.
6. Pereira E. & Figueiredo, S. “Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas”. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Vol.II, nº 3, Pelotas, RS: Editora UFPEL. Jan/Jul. 2005.
7. Alfonso, L. “Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social”. Tese de doutorado em arqueologia, apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). 2012.
8. Funari, P. “Historical archaeology and global justice”. *Historical Archaeology*, Vol.43, nº 4, pp.120-121. 2009.

## ARQUEOLOGIA E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: INDIANA JONES, MOSTRE-NOS O QUE SABES

Aline Carvalho  
Bruno Sanches Ranzani da Silva

**H**á algumas décadas o professor e escritor catalão Jorge Wagensberg almeja entender os processos de **construção do conhecimento científico**. Todavia, ao contrário do que alguns poderiam imaginar, o foco do autor não está ajustado apenas ao cotidiano dos investigadores acadêmicos; consagrados por seus cargos e prêmios. No viés oposto ao desta cena, Wagensberg volta-se também às crianças e adolescentes e aos seus possíveis prazeres advindos do complexo ato de aprender e ensinar. Para compreender o processo de produção do conhecimento científico, o professor rompe as barreiras dos laboratórios e das universidades, chegando ao que poderíamos chamar de vida cotidiana dos não acadêmicos.

Um dos resultados dessas reflexões, estimuladas pela experiência do autor como diretor do museu de ciência CosmoCaixa, em Barcelona, foi a publicação, em língua espanhola, do livro *El gozo intelectual* (2007) (1). Mesclando observações sobre sua rotina, fórmulas matemáticas, conceitos da biologia, entre outros elementos, Wagensberg afirma: “Os três fundamentos [do processo de vivência e produção da ciência] são ‘estímulo’, ‘conversa’ e ‘compreensão’ ou ‘intuição’” (2).

Para ele, que, de certa forma, revaloriza o aprendizado através das vivências e dos sentidos – proposta já articulada por Paulo Freire (3) –, o conhecimento e a reflexão, compostos pelas inseparáveis prática e teoria, possuem um imenso peso ao “fabricar” a crítica (4). É claro que as instituições acadêmicas e de ensino, de uma forma geral, possuem um papel crucial na produção dessa crítica do mundo. Mas, é importante notar que, para o autor, ela não se inicia ou se finaliza aí.

A formação da crítica, e mesmo da ciência, para Wagensberg, se dá a partir de um longo e divertido processo de “estímulo”, “conversa” e “compreensão” ou “intuição” que são anteriores às experiências universitárias. Em outras palavras, o cientista não é formado apenas pela academia, e mesmo quem não passa pela experiência acadêmica também produz crítica e pode produzir ciência.

Essa proposta geral nos redireciona a desafios que não são novos; como, por exemplo, a necessidade de romper com a valorização da “torre de marfim” e com uma educação puramente formalista descrita pelo filósofo Jean J. Rousseau (5). A recontextualização desses desafios podem nos levar a questões como: por que, como e para o que fazemos ciência? E, o melhor, com quem andamos fazendo ciência? Até mesmo se a ciência deve ser a principal lente pela qual vemos o mundo.

A leitura do processo de produção do conhecimento científico feita por Wagensberg é bastante interessante para a arqueologia; ci-

ência que trabalha com a cultura material, ou seja, tudo aquilo que é produzido ou modificado pela sociedade, seja no passado ou no presente (6). Para fazer a articulação entre a proposta de Wagensberg e as possibilidades abertas pela arqueologia, partimos da premissa de que a arqueologia produzida na contemporaneidade é mais plural! Apesar de ter sua origem vinculada às ações imperialistas do século XIX, hoje, a arqueologia pode questionar os discursos homogeneizadores e vincular-se aos anseios daqueles que estavam às margens das narrativas oficiais: indígenas, mulheres, caiçaras, pobres, entre muitos outros grupos identitários até então silenciados.

Acreditamos, portanto, que a arqueologia produzida de forma plural pode produzir críticas ao mundo que está ao nosso redor e que, com isso, pode abrir possibilidades para construir caminhos alternativos para as vivências humanas no presente e no futuro (7). E, com essa premissa, voltamos à proposta de Wagensberg: é preciso dialogar, estimular a reflexão sobre o mundo que nos cerca, gerando novas compreensões ou mesmo intuições sobre aquilo que pode ser diferente. Os diálogos não devem, todavia, se restringir ao universo acadêmico. O conhecimento arqueológico precisa ser construído de forma colaborativa, democrática e complexa; ele precisa, assim, entre outras coisas, circular!

**ARQUEOLOGIA CIRCULANDO** Desde o final dos anos 1970, um novo vocábulo surge na arqueologia. Inicialmente usado para referir-se a políticas públicas para a preservação do patrimônio arqueológico (8; 9; 10), o termo “arqueologia pública” passou, com o tempo, a designar práticas mais diversas. De maneira breve, consideramos aqui a arqueologia pública como uma abertura à prática autocrítica da arqueologia, levando em conta seu impacto sobre a sociedade na qual se insere e seu potencial político de transformação dos discursos vigentes. Defendemos, portanto, que arqueólogos e arqueólogas não são os únicos que pensam sobre o passado e, muitas vezes, suas (e nossas!) perspectivas entram em conflito com outras narrativas sobre o passado e o presente.

Nas palavras de Nick Merriman (11), para que a ciência possa compreender o público é preciso antes entender como o público compreende ciência. Podemos advogar à arqueologia pública o papel de reflexão sobre o que tem sido produzido do arqueológico fora do meio disciplinar. “O significado da arqueologia na cultura popular é um tópico que nasceu daquele mesmo processo de abertura da disciplina arqueológica, manifestando uma tendência rumo a uma verdadeira arqueologia pública” (12).

Nosso propósito, nas páginas que se seguem, é pensar nas possibilidades pedagógicas da televisão e cinema, através de uma experiência em sala de aula; ou seja, estamos focando um instrumento (de muitos) que pode ser usado para o debate aberto sobre o fazer arqueológico. A aproximação do público leigo à arqueologia, através dessas imagens pode ser muito mais efetiva, justamente por ser mais afetiva (13). A questão talvez não esteja em destruir a imagem da arqueologia veiculada pela mídia, muitas vezes fantasiosa, mas usá-la de modo crítico.

A experiência com os filmes que abordam a temática da arqueologia foram vivenciadas por Bruno Sanches Ranzani da Silva, coautor

deste artigo, que, entre os anos de 2011 e 2012, teve a oportunidade de ingressar como docente no ensino superior, e, com isso, colocar em prática algumas ideias sobre arqueologia pública, especialmente no que tange à didática.

**SEXO, EVOLUÇÃO E DIDÁTICA** A dinâmica adotada foi a de apresentação de filmes e documentários, seguida de análise crítica da obra e reflexão sobre o conteúdo das imagens. Esse exercício proporcionou uma apresentação mais dialogal acerca dos conteúdos previstos para as aulas.

Abordaremos as dinâmicas relativas a duas séries de vídeos mais usados nos cursos: *The incredible human journey* (A incrível jornada humana) (14) série de 5 episódios, com cerca de 50 minutos cada, da BBC de 2009, que parte do ser humano moderno e procura os caminhos de dispersão da humanidade pelo mundo enquanto esclarece detalhes sobre a evolução humana; *Indiana Jones*, um clássico de Steven Spielberg e George Lucas com 4 filmes, começando em 1981 e terminando em 2008. O seriado foi usado nas disciplinas de pré-história geral (para turmas de bacharelado e licenciatura em história), cujo conteúdo cobre do surgimento do primeiro ancestral humano ao aparecimento das sociedades de Estado. O filme *Indiana Jones* foi usado nas disciplinas de patrimônio arqueológico (turma de turismo) e arqueologia I (turma de bacharelado em história) nas aulas de introdução à arqueologia.

Para começar com o cinema, *Indiana Jones*. A experiência com esse personagem nas aulas foi no princípio dos cursos citados, para trazer à tona uma questão crucial: o que é arqueologia? O filme do impressionantemente ágil e atlético professor de arqueologia mostra uma série de desfalques da prática arqueológica, ao mesmo tempo em que apresenta práticas comuns e nos lembra que muitos desses desfalques não são apenas invenções de uma mente imaginativa. Citaremos apenas três cenas que sumarizam fantasias e cotidianos da prática arqueológica:

1) A cena do filme *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (15), em que Jones, em campo, foge de uma bola de pedra gigante depois de ter entrado em um santuário indígena em alguma parte remota da América do Sul, roubado um ídolo de ouro, sido enganado por um nativo hispânico (que pagara com a vida por essa traição). Suas roupas têm traços do que comumente usamos em campo. Chapéu contra o sol, camisa e calça de uma cor qualquer (de preferência alguma cor próxima a da terra a nos cobrir). Não usamos chicote em campo. Estamos, pelo menos hoje, mais preocupados em entender o cotidiano das populações pretéritas que embalar relíquias raras e enviá-las para museus. A prática colecionista, no entanto, foi um dos movimentos de interesse pelo passado que culminou com a arqueologia (16). Além de colecionista, o nacionalismo implicado em nossa disciplina soe o poder adquirido pelos Estados coloniais a cada relíquia tomada dos povos dominados. A repatriação desses espólios é parte do movimento que inaugura a arqueologia pública, e Indiana Jones nada mais faz que nos lembrar mais essa falácia disciplinar que não foi inventada pelos romances. Com exceção de parte da indumentária, o intrépido aventureiro reproduz uma imagem da arqueologia que lutamos para desfazer – a do aventureiro colonialista.

2) A cena em que Jones (15), agora em uma aula na universidade, menciona uma tumba neolítica. Suas roupas não são estranhas ao meio universitário (muito menos de sua época), o tema da aula tampouco escapa ao nosso cotidiano. A citação do professor Jones sobre a diferença entre ladrões de tumba e arqueólogos é emblemática da prática colonial que perfez a história da disciplina – ele diz que o folclore é um dos maiores perigos para a ciência. A retirada de peças e escavações, pelo contrário, não são destrutivas, pois são realizações científicas por profissionais que não creem no folclore. Pois esse outro disparate humanista fez parte (e ainda faz) das ciências desde o iluminismo – nada além da razão cartesiana é digno de respeito. O ensino da arqueologia, como o ensino de qualquer outra disciplina, é um dos meios de seu fortalecimento, divulgação de sua prática e profissionalização. Indy merecia um puxão de orelha por acusar o folclore de “perigoso para a ciência”.

3) A última cena, retirada também do filme *Indiana Jones e o templo da perdição* (17) mostra o intrépido galã usando seu chicote para algo mais que cruzar penhascos e nocautear peões no tabuleiro das batalhas. Como parte de seu extenso acervo de aventuras e recompensas está a prova última de sua masculinidade: laçar a bela donzela. Essa cena, definitivamente, é a maior “trollagem” possível da arqueologia. Durante muito tempo, sim, a arqueologia foi uma prática masculina, assim como muitas outras em nossa sociedade machista. No entanto, há tempos que as mulheres conquistaram seu espaço na arqueologia brasileira e internacional, entre coordenadoras de projetos, cátedras universitárias, diretoras de instâncias máximas na gestão do patrimônio arqueológico e donas de empresas de consultoria. Essa cena descreve, pelo menos a nosso ver (e espero estarmos afinados com nossos colegas), o fiasco do machismo em nossa disciplina.

O documentário *A incrível jornada humana* (14), com seus cinco episódios, possui um apelo diferente. Sua proposta não é apenas vender entretenimento, mas sim divulgar a ciência de um modo acessível. Uma médica e antropóloga, loira, jovem, magra, sorridente e simpática com todos que encontra em suas viagens, de bosquimanos à arqueólogos chineses, apresenta essa jornada incrível através da aventura da pesquisa e da excitação da descoberta (ela sempre conclui suas entrevistas com o apontamento: “você deve ter ficado muito empolgado com essa descoberta, não?”). Nessa “incrível jornada” diversos personagens e situações pelas quais passa a Dra. Roberts mesclam dados conhecidos pela comunidade científica internacional com inusitadas e estereotipadas imagens da arqueologia.

O primeiro episódio apresenta uma visão do arqueólogo próxima a do filho de Indiana Jones no último filme *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal* (18): másculo, tatuado, motoqueiro, jovem (aparenta a mesma idade da apresentadora), um norte-americano desbravando os desertos árabes em busca de vestígios da migração do *Homo sapiens* para fora da África. Sua imagem se parece muito com a do filho de Indiana Jones que surge nesse filme. Essa imagem nos parece nada mais que a atualização do aventureiro Jones (que foi a atualização de seu pai, Henry Jones, no filme anterior) (19).

As imagens apoloéticas continuam com outros personagens do documentário. O conhecido litólogo Bruce Bradley porta barba e

cabelos compridos, sem muitos cuidados, lentes grossas e uma sabedoria experimental sobre ferramentas de pedra de 250 mil anos atrás.

Outros dois senhores intrépidos são Michel LorBlanchet e Klaus Schmidt. O primeiro, também um senhor de barba e cabelos brancos, expressando sua francofilia através da boina, e seu peculiar trabalho com a boca pintada de carvão a cuspir em sua mão na parede. O segundo, um arqueólogo alemão que se protege do árido sol turco com um clássico turbante branco, óculos escuros, comportamento jovial apesar do claro queixo descolorido pelo tempo.

Essas imagens podem facilmente ser associadas ao personagem de Sir Henry Jones, pai de Indy, que aparece no terceiro filme da série, *Indiana Jones e a última cruzada* (19). Interpretado por ninguém menos que Sean Connery, um dos mais famosos incorporadores do agente secreto James Bond. Henry Jones poderia ser aludido à caricatura proposta por Alfred Kidder de “arqueólogo do queixo peludo”, o barbudo mestre, sabedor dos segredos de línguas e escrituras perdidas; enquanto seu filho, Indiana Jones, nos remete às aventuras da juventude, ao charme galanteador, ao “peito cabeludo” do másculo explorador, novamente usando a caricatura de Kidder, e a vivência com o trabalho que, um dia, lhes garantirá o professorado e as sábias barbas brancas.

Fica a questão: Qual seria o problema com arqueólogos barbudos e inusitados, ou com arqueólogos jovens, aventureiros e curiosos? E com bioantropólogos jovens e simpáticas? Essas não são características vivas nas pessoas? Não são reais nos e nas profissionais? Será que Indiana Jones, falácias colonialistas a parte, estaria tão contrário a nossa real imagem? Em seu artigo “um show de moda arqueológico”, Cornelius Holtorf apresenta as estéticas e “modelitos” mais comuns entre arqueólogos e arqueólogas (20). Seu argumento é de que parte de nossa imagem pública não vem de fantasias leigas, mas de uma indumentária de consumo interno.

Além do visual dos e das profissionais, merecem alguns comentários as compreensões sobre as disciplinas envolvidas no estudo da pré-história e evolução humana. Muitas das explicações que foram colocadas como “centrais” (ou únicas) para resolução de problemas enfrentados pelos humanos ancestrais foram complementadas. Outro cuidado conceitual foi da associação entre “evolução” e “melhoria”, que não é mais usada há muito tempo na biologia evolutiva. O documentário da *Jornada* apresenta dados etnográficos, arqueológicos, bioantropológicos e paleoclimáticos para tecer seus argumentos, focado na divulgação das técnicas científicas e no uso dos diversos tipos de informação. Inclusive, faz uma breve crítica ao uso político dessas informações ao argumentar contra a existência proposta pela ciência chinesa, sob controle do Estado, de uma ascendência única e distinta para os chineses atuais. Sua licença poética veio na solidez de suas conclusões sobre o passado que, como sabemos, são antes hipóteses bem sustentadas que verdades absolutas. No entanto, o uso de vestígios arqueológicos, fósseis humanos, reconstituições experimentais, dados etnográficos, geográficos e climáticos passam a feliz mensagem de um ambiente de pesquisa rico, interdisciplinar, amante da diversidade, questionador, prático, complexo, divertido, emocionante e, acima de tudo, merecedor de atenção e financiamento.

**IN MEDIUM PROFERRE** Para finalizar, recorremos aos argumentos de Umberto Eco (21), que considera que o pecado não reside na mídia de massa em si, mas na permissividade de um “livre cambismo” cultural. Em seu livro *Apocalípticos e integrados* (2001), Eco direciona seu olhar crítico a ambos.

“O erro dos apologistas é afirmar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo um ideal homeostático do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações

(...)

O erro dos apocalípticos-aristocráticos é pensar que a cultura de massa seja radicalmente má, justamente por ser um fato industrial, e que hoje possa ministrar uma cultura subtraída ao conhecimento industrial” (22).

Eco faz o certo apontamento de que o erro está, e aqui concordamos com ele, em imaginar que possamos, atualmente, simplesmente ignorar e culpar a cultura de massas.

A falha está em formular o problema nesses termos: “é bom ou mau que exista a cultura de massas?”. Quando, na verdade, o problema é: “do momento em que a presente situação de uma sociedade industrial torna ‘ineliminável’ aquele tipo de relação comunicativa, conhecida como conjunto dos meios de massa, qual a ação cultural possível a fim de permitir que esses meios de massa possam veicular valores culturais” (23). O documentário em questão toma as imagens arqueológicas presentes na cultura *pop* para divulgar o potencial da pré-história e da evolução humana através de seu lado mais intrépido, divertido e não menos real. Que profissional da arqueologia nunca se emocionou com uma descoberta, ou viu-se interessado em arqueologia pela porta que abre para a compreensão do passado, do presente, do outro e de nós mesmos?

Assim, concordamos com Paulo Zanettini (24) sobre o veredicto do Dr. Indiana Jones: culpado de reproduzir uma imagem da arqueologia como uma aventura colonial, e por em risco nossa luta por algo democrático e socialmente responsável. No entanto, aproximando-nos à proposta de diálogos de Wagensberg, reforçamos a necessidade de não nos esquecermos de Jones. Ele nos é caro não morto, mas sim criticado e desconstruído em seus supostos crimes fantasiosos. Acreditamos que à medida que nossa disciplina for se apresentando como socialmente responsável e historicamente diversa, suas representações acompanhem a nova proposta: da série “E.R.” para “House M.D.” (licenças poéticas a parte).

Se, de fato, o arqueólogo ou arqueóloga querem participar da construção de sua imagem e mesmo de suas possibilidades de ação, não adianta negar ou condenar uma prática inevitavelmente existente e corrente. O arqueólogo deve sair de sua “torre de marfim”. A alienação não altera a equação: “o silêncio não é protesto, é cumplicidade; o mesmo ocorrendo com a recusa do compromisso” (23). Já está na boca do povo há muito tempo: “Quem cala, consente”.

*Aline Carvalho é doutora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, da Universidade Estadual de Campinas (Nepam/Unicamp), pesquisadora e coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública e professora participante do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (Nepam) e da Faculdade de Educação, e professora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras (IFCH/Unicamp).*

*Bruno Sanches Ranzani da Silva é mestre em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutorando em história cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi professor temporário no Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPe).*

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O livro foi traduzido para o português. *O gozo intelectual*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
2. Wagensberg, J. *O gozo intelectual*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.14.
3. Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
4. Wagensberg, J. *Op. Cit.* 2009. p.15.
5. Rousseau, J. J. *Emílio ou da educação*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
6. Funari, P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15.
7. Gumbrecht, H. U. "Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora?". In: Nicolazzi, F.; Mollo, H. M.; Araujo, V. L. (orgs). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2011.
8. Davis, H. "The crisis in American archaeology - an increase in destruction and decreased funding for salvage has created an archaeological crisis", *Science*, Vol. 175, pp. 267-272. 1972.
9. Schadla-Hall, T. "Editorial: Public archaeology." *European Journal of Archaeology*, pp. 147-158. 1999.
10. Merriman, N. "Introduction. Diversity and dissonance in public archaeology." In: *Public Archaeology*, edição: Nick Merriman. London/New York: Routledge, 2004a.
11. *Ibidem*, p.8.
12. Holtorf, C. *Archaeology is a brand!* Oxford: Archeopress, 2007a. p.2.
13. Holtorf, C. *Op. Cit.*
14. BBC. *A incrível jornada humana*. 2009, UK, BBC.
15. Spielberg, S. *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida*. 1981, EUA, Lucasfilm.
16. Trigger, B. *História do pensamento arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odisseus, 2004.
17. Spielberg, S. *Indiana Jones e o templo da perdição*. 1984. EUA, Lucasfilm.
18. Spielberg, S. *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal*. 2008. EUA. Lucasfilm.
19. Spielberg, S. *Indiana Jones e a última cruzada*. 1989. EUA. Lucasfilm.
20. Holtorf, C. "An archaeological fashion show." In: Clack, T. e Brittain, M. *Archaeology and the media*. Walnut Creek: Left Coast. 2007b.
21. Eco, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
22. *Ibidem*, p.49.
23. *Ibidem*, p.51.
24. Zanettini, P. E. "Indiana Jones deve morrer." *Jornal da Tarde*, pp.4-5. Maio 1991.
25. Eco, U. *Op. Cit.*, p.52.

## DIVULGANDO A ARQUEOLOGIA: COMUNICANDO O CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE

Camila Delmondes Dias  
Cristiane Delfina  
Glória Tega-Calippo  
Maria Beatriz Rocha Ferreira  
Maria Clara Ferreira Guimarães  
Vera Regina Toledo Camargo

**E**ntendemos que a parceria entre a divulgação científica e a ciência arqueológica tem por objetivo estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência; bem como incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos, para a sociedade, e também, não menos importante, fornecer a eles subsídios que facilitem suas relações com os meios de comunicação de massa. Para que uma informação se torne acessível e compreensível é necessário utilizar as ferramentas e ações da divulgação científica.

A divulgação científica pressupõe ações de (re)codificação, isto é, utilizamos recursos para que a linguagem especializada e codificada do cientista possa ser difundida não somente entre os cientistas (denominamos de comunicação primária, quando uma linguagem está carregada de códigos e termos técnicos), mas é necessário que adquira outro formato, mais acessível, para chegar até o público. Através de um planejamento é importante que a divulgação da ciência possa ser difundida não apenas na mídia impressa (jornais, revistas e livros), mas também nos canais audiovisuais e nas mídias interativas e sociais, e esse processo é o que chamamos de comunicação secundária, ou seja, quando mediada pela mídia.

Para que a ciência arqueológica obtenha a sua compreensão e que possa difundir a informação de seus conteúdos, é importante criar condições e proporcionar materiais e suportes de modo que a sociedade, como um todo, possa entender e ter acesso ao conhecimento e que compreenda o seu valor e importância.

**LINGUAGEM AUDIOVISUAL** A arqueologia é um tema bem explorado pela linguagem audiovisual. São recorrentes os programas sobre o assunto em canais como Discovery Channel, National Geographic, documentários e filmes de ficção.

Nos processos práticos de trabalho em campo, as ferramentas e peças encontradas e os temas das pesquisas são dinâmicos, ilustrativos e podem ser bem retratados em vídeo.

A pura materialidade da arqueologia tem oferecido continuamente elementos visuais para serem filmados. E evidentemente a arqueologia é – mesmo que isto não seja reconhecido por todo o mundo – uma disciplina fortemente visual, como tem dito bem Stephanie Moser (1998), pioneira na análise da dimensão propriamente visual da arqueologia. (1)

Talvez por isso existam inúmeros programas de TV, filmes de ficção e documentários voltados para o tema. Um recente e grande exemplo de abordagem da arqueologia pela linguagem audiovisual documentária é o filme *A caverna dos sonhos esquecidos* (2). Segundo o material promocional do filme, trata-se de “um lugar extraordinário e desconhecido revelado, pela primeira vez, pelo diretor alemão Werner Herzog, que capta a beleza dos desenhos e o admirável interior da caverna, onde apenas poucos cientistas têm permissão para entrar”.

A Caverna de Chauvet ou Chauvet-Pont-d’Arc está localizada perto de Vallon-Pont-d’Arc, no sul da França, é um dos mais importantes sítios pré-históricos do mundo. A caverna está fechada por grossas portas de ferro para manter a atmosfera e o delicado ambiente de cristais de calcita, ossadas de animais e pinturas datadas em mais de 30 mil anos, encontrados em 1994, por um trio de espeleólogos. O importante dessa descoberta é que a caverna continha os restos fossilizados de muitos animais – incluindo alguns já extintos – e suas paredes guardam centenas de pinturas rupestres intocadas que retratam 13 espécies de diferentes animais, incluindo cavalos, bois, leões, ursos e rinocerontes. Nas irregularidades das paredes, os contornos dos desenhos e os músculos dos animais interagem com as saliências dos cristais e dão a impressionante ideia de movimento.

Como Herzog mesmo narra, sua equipe pode ter sido a única a registrar a riqueza ali protegida. Ele utiliza esse privilégio para levar ao público – inclusive com a filmagem e exibição do filme em 3D – o máximo de detalhes e sensações que ele, sua equipe e os cientistas ali presenciaram.

Todos os sentidos são tratados no filme: a visão, com as imagens brincalhonas, que parecem se mover às luzes das lanternas (e que, antes das portas codificadas, deveriam interagir com os raios de sol); o som, quando o pesquisador pede, impositivamente, que fiquem em silêncio para ouvirem as batidas de seus corações; o tato, totalmente proibido; e até mesmo os cheiros da caverna são abordados, com o depoimento de Maurice Maurin, perfumista, ex-presidente da sociedade francesa de perfumistas: “De que outra forma nós teríamos acesso a esse patrimônio, tão distante não só geograficamente, mas – sob a necessidade de ser preservado – de quase todas as pessoas?”, indaga ele.

Herzog faz o seu recorte do que presenciou e, generosamente, nos leva também a seu mundo de aparatos técnicos, diálogos e impressões, que em conjunto com depoimentos importantes dos pesquisadores, gráficos e demonstrações, constroem um rico conteúdo científico e, por sua maestria narrativa, atrai também aos não cientistas.

Entreter, explicar, informar. Qual é a função de uma produção audiovisual que tem como objeto principal uma disciplina ou assunto científico? Será que essas funções não podem se complementar?

O fascínio de todos os públicos pela arqueologia significa que os arqueólogos, cada vez mais, têm de se relacionar com os diferentes meios, com certeza mais do que outras disciplinas e, por isso, tem sido uma questão crucial como se comunicar com as audiências por meio dos diferentes meios e como os próprios meios veem a arqueologia (3).

Vemos também outras relações entre o audiovisual e a arqueologia. Diferente de um ser o objeto do outro, um pode estar a serviço do outro. É cada dia mais comum o registro de trabalhos de análise e

escavações em vídeo. Em 2012, por exemplo, ocorreu, durante a VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul, o simpósio “Território audiovisual – imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa”, proposto por Fernanda Elisa Costa P. Resende e Téder Muniz Moras. A pesquisadora Fernanda trabalhou os acervos audiovisuais que permitem a renovação e a reelaboração de trabalhos, a cada consulta. Eles comportam mudanças e complementações nas formas de olhar e de recriação de outras experiências, em diferentes tempos e lugares, acerca de novas problemáticas que possam ser construídas. Nesse sentido, documentar atividades de campo ou laboratório, arqueológicas e antropológicas, é tão fundamental quanto a própria escavação ou a cobertura de um evento sociocultural.”

O suporte audiovisual permite leituras não só das peças e processos captados, mas do espaço, das interações, do trabalho executado. É possível registrar um momento e o estado das coisas que não estarão jamais na mesma posição após a intervenção dos arqueólogos, a escavação. Ainda, o uso dos recursos audiovisuais não são apenas suportes para documentação, registro de dados e/ou divulgação de informações. Essas são peças que falam de seu tempo, seus olhares, seus recortes e temas de discussão e estudos. “Ainda que um filme não possa ser entendido como o testemunho direto da história, ele pode ser entendido como o testemunho de uma maneira de vê-la ou escrevê-la, em um determinado momento” (4)

Ao falar das representações da história por meio de textos e filmes, Rosenstone (5) levanta as opiniões divergentes de autores acerca desses dois suportes ao tratarem da história e enfatiza a preocupação que se deve ter com as peculiaridades de cada um, pois o vídeo, apesar de irromper em informações visuais e sonoras, não nos deixa tempo para reflexão e questionamento, como o texto permite.

**MÍDIA IMPRESSA** Na mídia impressa (revistas, jornais, entre outros) o tema arqueologia também ganha destaque. No entanto, as matérias acabam constantemente tratando das mesmas pesquisas e, sobretudo, daquelas realizadas fora do Brasil. Isso pode ser medido por um estudo realizado (6) com o objetivo de analisar o processo de comunicação por meio do qual o conhecimento arqueológico é divulgado em reportagens e notícias publicadas na *Folha de S. Paulo*.

A primeira parte do estudo analisou quantitativamente 935 matérias sobre arqueologia publicadas no jornal, entre 2000 e 2010. As matérias foram comparadas com portarias de pesquisas arqueológicas emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2003 a 2009, realizado por Zanettini e Wichers (7; 8).

Primeiramente, para definir um texto como “uma matéria de arqueologia”, partiu-se do conceito formulado por Funari, segundo o qual, “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (9).

Os textos foram primeiramente classificados por local de realização da pesquisa (Brasil ou mundo). Separadas as matérias que se referiam ao Brasil, essas foram classificadas como passíveis de comparação com as portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas pelo Iphan, ou seja, se realmente se tratavam de pesquisas arqueológicas, as quais foram divididas em pesquisas de arqueolo-

gia preventiva (setor da arqueologia que está diretamente envolvido com o licenciamento ambiental de empreendimentos que podem vir a gerar impactos sobre o patrimônio arqueológico. Neste setor, empresas de arqueologia, arqueólogos independentes e instituições públicas atuam no sentido de avaliar, mitigar e compensar a sociedade em geral por esses impactos, diferentemente das pesquisas de cunho acadêmico) e pesquisas acadêmicas.

A primeira afirmação que se pode fazer é que, exceto no ano 2000, o número de matérias que tratam de assuntos relacionados à arqueologia no mundo sempre foi superior àquelas relativas ao Brasil, assim como sugerem Amorim e Massarani a respeito da “predominância de pesquisas provenientes do exterior nos jornais (...), particularmente de países do dito primeiro mundo” (10), mesmo depois de 2003 quando, supomos, o número de publicações já deveria começar a refletir o crescimento no número das pesquisas, já que a Portaria 230 do Iphan foi instituída em dezembro de 2002 (Portaria que passou a exigir que o licenciamento ambiental contemplasse também a pesquisa arqueológica).

Assim, o número de matérias publicadas entre 2000 e 2010 sobre pesquisas realizadas no mundo ainda é esmagadoramente maior se comparado às matérias que abordam as pesquisas feitas no Brasil, o que poderia ser explicado, talvez, pela publicação de matérias provenientes de agências internacionais de notícias, como a Thomson Reuters, Agence France-Presse, entre outras. A única exceção pôde ser observada no ano 2000 (82 matérias sobre arqueologia no Brasil e 48 no mundo), porém esse número foi bastante influenciado por textos relativos às comemorações dos 500 anos do Brasil (22 textos), que pode ter dirigido as pautas a matérias com temas correlacionados.

Com o objetivo de se comparar numericamente as matérias publicadas na *Folha* com o número de portarias emitidas, segue a tabela sistematizada por Wichers (8).

Segundo a autora, a primeira coluna corresponde a todas as portarias de pesquisa emitidas pelo Iphan e publicadas no Diário Oficial da União entre janeiro de 2003 e dezembro de 2009, totalizando 3.422. Porém, esse total corresponde a portarias de autorização,

permissão, prorrogação e renovação, além de portarias voltadas à publicação de normas e orientações. Por isso, os números contidos na segunda coluna são aqueles que consideramos relevantes para a comparação direta com as matérias publicadas na *Folha*, pois correspondem apenas às portarias de autorização e permissão, totalizando 2.888 portarias, e, dessa maneira, referem-se à realização de pesquisas arqueológicas propriamente ditas, tendo muito mais chance de gerar matérias jornalísticas.

No entanto, ao observarmos o gráfico abaixo, é possível notar que, entre 2003 (ano pós publicação da portaria) e 2006, há uma oscilação, mas dentro de uma média próxima a 20 matérias por ano. Excluindo o ano de 2000, por ser uma exceção, a média anual de matérias publicadas é de 15. Entretanto, o gráfico também deixa evidente que o número de matérias publicadas chega a ser ínfimo perante o número de pesquisas realizadas, quando comparados os mesmos anos dos dois levantamentos, e não acompanha, portanto, o crescimento das pesquisas realizadas no Brasil.

Comparando o levantamento das portarias de pesquisas arqueológicas emitidas pelo Iphan de 2003 a 2009, realizado por Zanetini e Wichers (8; 9), com o levantamento das matérias que fazem referência à arqueologia publicadas na *Folha*, podemos concluir que as matérias encontradas no período acompanham apenas tendencialmente as pesquisas realizadas no Brasil. Isso porque se verificou tal tendência somente em aspectos concernentes ao pico de crescimento na emissão das portarias no biênio 2007/2008 e a tendência de aumento na publicação de matérias a partir de 2007.

Desse modo, quantitativamente, o número de textos publicados na *Folha de S.Paulo* não vem acompanhando o grande crescimento das pesquisas em arqueologia realizadas no Brasil – fica muito longe, aliás. É preciso considerar que a *Folha* já tem um espaço pré-determinado para as matérias do caderno Ciência; porém, acreditamos que não há uma regra para a ocupação desse espaço, ou seja, se o jornalista se deparar mais constantemente com interessantes sugestões de pauta sobre as pesquisas arqueológicas, se houver uma postura proativa pela qual o assunto arqueologia possa chegar até o jornalista da redação, o

**Tabela 1: Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro**

Ano	Total de portarias emitidas	Total de portarias de autorização e permissão
2003	269	214
2004	327	275
2005	397	346
2006	397	333
2007	507	436
2008	771	653
2009	754	631
<b>TOTAL</b>	<b>3.422</b>	<b>2.888</b>

Adaptado de Wichers

**Gráfico 1: Matérias publicadas na *Folha de S.Paulo* e portarias de autorização e permissões emitidas**



mesmo espaço disponível será mais vezes ocupado por matérias sobre arqueologia (8). Porém, analisando as tabelas e os gráficos sobre o levantamento das matérias publicadas na *Folha*, podemos notar que não há uma constância nas publicações: em um ano elas aumentam e em outro, diminuem, não sendo possível obter qualquer tipo de explicação para isso por meio de comparação entre os dados levantados na *Folha* e os dados obtidos por Zanettini e Wichers (8; 9) sobre o número de pesquisas realizadas. No entanto, é preciso ter em mente que:

no âmbito da divulgação científica, embora a Portaria 230/02 tenha permitido uma ampliação da relação entre prática arqueológica e sociedade, estabelecendo a obrigatoriedade das ações de educação patrimonial em todos os processos de licenciamento arqueológico, não podemos deixar de apontar certo reducionismo, uma vez que a comunicação e divulgação científica envolvem processos para além das ações educativas enquadradas na metodologia da educação patrimonial (14).

Podemos fazer especulações para tentar explicar o porquê de o número de publicações na *Folha de S. Paulo* não ter acompanhado o crescimento das pesquisas, tendencialmente falando – “tendencialmente”, pois jamais o número de matérias publicadas irá se equiparar com o número de portarias de autorização e permissão emitidas. Talvez, o número de textos reflita a falta de interesse pela divulgação por parte dos arqueólogos, mas também pode ser reflexo da falta de conhecimento desse universo (arqueologia, pesquisas acadêmicas e preventivas, dificuldades de obtenção de fontes de informação) por parte dos jornalistas, que acabam se interessando pelas mesmas pesquisas científicas, como aquelas realizadas em Lagoa Santa, Serra da Capivara ou floresta amazônica, ou se preocupam apenas em formular matérias que possam retratar o caráter “antigo” e grandes descobertas (7). Assim como Zanettini observou em 1991: “(...) acompanho os noticiários em nossos principais periódicos e o que vejo? Que a múmia mais antiga do mundo já foi descoberta centenas de vezes, que a imprensa escrita devota pouco espaço às descobertas feitas em território nacional” (14).

**DA ARQUEOLOGIA PARA TODOS** Queremos enfatizar aos arqueólogos a importância de divulgarem suas pesquisas. Isso porque as matérias trazem fontes tradicionalmente buscadas e utilizadas pelos jornalistas para construir os textos, como professores e pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras e revistas científicas, como a *Nature*. Isso pode sugerir que a iniciativa da matéria foi jornalística e não um esforço da comunidade de arqueólogos em divulgar essas pesquisas (7).

É importante destacar, neste sentido, que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abriu recentemente, em sua plataforma eletrônica Lattes, a oportunidade para que mais de 1,8 milhão de pesquisadores passassem a informar, não apenas as inovações de seus projetos e pesquisas, como também suas

iniciativas de divulgação e educação científica. Com a mudança, conforme publicou o jornal *Folha de S. Paulo*, em março de 2012, cientistas de todos os campos de investigação passaram a contar com um espaço próprio no Lattes, para fornecer dados sobre a organização de feiras de ciências, promoção de palestras em escolas, artigos e entrevistas concedidas à imprensa.

Diante do reconhecimento institucionalizado pelo CNPq das ações de divulgação científica realizadas, é crescente o número de pesquisadores preocupados em compreender o funcionamento da mídia em geral e suas especificidades; e atentos à necessidade de adquirir conhecimento, mesmo que de maneira superficial, de *ações-chave* de comunicação, para quando a demanda de falar diretamente com o seu público-alvo se fizer necessária. Vale lembrar, nesse sentido, que a comunicação científica, voltada para o público de especialistas é diferente daquela utilizada pelos meios de comunicação ou de divulgação científica em geral. Ambas se distinguem quanto às suas práticas pelo perfil do público, o nível do discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados. Nesse cenário, também é importante destacar o papel atual das redes de comunicação e seu alto índice de interatividade, ligando o consumidor da informação diretamente ao emissor, diminuindo as distâncias sociais e fomentando o exercício da cidadania digital.

Por isso, mesmo considerando a imprensa como um importante canal de comunicação, é preciso compreender que a responsabilidade de se comunicar diretamente com o público de uma determinada área, como a arqueologia, por exemplo, é ainda maior. Além de trabalhar o conteúdo de seus artigos acadêmicos para uma linguagem “mais acessível”, o pesquisador terá pela frente o desafio de dialogar com a mídia tradicional, que ainda se adéqua ao contexto da comunicação em rede e que

ainda padece de pouco espaço para a divulgação de temas ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico, deixando de reproduzir, com a competência necessária, o que é de fato relevante para a comunidade como um todo e para o avanço do conhecimento.

Entretanto, é preciso dizer que existe sim um caminho para que essa realidade mude e que a divulgação científica possa estar presente em todas as ações dos cientistas. Acreditamos que essa divulgação deve partir dos centros de pesquisas, empresas de licenciamento arqueológico, enfim, a dinâmica deve ser da difusão do conhecimento para a imprensa e, assim, para o público.

Dessa maneira, mesmo que os meios de comunicação já tenham um espaço pré-determinado para as matérias científicas, o tema arqueologia passaria a ser mais frequente nesses espaços e, acima de tudo, a realidade da pesquisa arqueológica brasileira poderia ser retratada tal qual ela é. Mas qual é a tarefa de cada profissional no momento de divulgar o conteúdo arqueológico?

**AS INTERAÇÕES DAS ESFERAS DE COMUNICAÇÃO** Muitas vezes, na divulgação midiática de pesquisas e projetos científicos, o profissional da área de comunicação tropeça em questões teóricas, não dá a devida importância para a pesquisa em si, põe em foco questões

**A IMPRENSA  
ESCRITA DEVOTA  
POUCO ESPAÇO  
ÀS DESCOBERTAS  
FEITAS EM  
TERRITÓRIO  
NACIONAL**

do processo de pesquisa que são irrelevantes para o projeto e para o pesquisador, ou mesmo propaga conhecimentos e crenças populares ao invés de ser “fiel” ao trabalho do pesquisador. Já o pesquisador, ao escrever sobre seu projeto ou pesquisa, esquece por vezes que aqueles que lerão nem sempre tem conhecimento linguístico da área e utilizam uma linguagem não acessível a pessoas que não pertencem ao meio acadêmico e, dessa forma, traem a divulgação de sua pesquisa.

Esse problema de divulgação é explicável devido às esferas de atividade humana (15), que possuem, cada uma delas, suas respectivas esferas de comunicação, e dentro dessas esferas se apresentam os gêneros (16).

O jornalista está dentro de uma esfera que tem como foco a comunicação em si e não o que se comunica, o foco é uma linguagem acessível, interessante e que chame a atenção do público para comprar e consumir os textos e artigos que são escritos e, se for preciso, sacrifica o conteúdo em prol da atenção do público e da linguagem. Já o pesquisador está em uma esfera que o foco é o conteúdo, o objeto de pesquisa e a pesquisa em si e, muitas vezes, sacrifica um grupo extenso de leitores através da linguagem específica, científica e não acessível. Portanto, ao escrever, os dois profissionais têm de ter em mente que sua esfera de atividade humana e, por consequência, de comunicação, se complexifica. No caso do jornalista, quando ele escreve sobre um projeto científico, sua área de atividade humana não é apenas a comunicação, mas a comunicação científica, e no caso do cientista ou pesquisador é preciso considerar que a divulgação de sua pesquisa não deve ser feita apenas para a comunidade científica, mas para o público em geral. Dessa forma, o pesquisador precisa constantemente pensar mais nesse público e, conseqüentemente, na linguagem utilizada. Por outro lado, o jornalista precisa ficar mais atento à pesquisa que está sendo divulgada, um precisa aprender mais do outro, permitindo-se entrar mais numa esfera de atividade humana a qual não pertence originalmente.

O principal motivo desse intercâmbio de intenções ao escrever é aumentar o acesso do público à ciência, no caso a arqueologia, de forma compreensível e acessível.

A academia não pode estar voltada apenas para seu público interno, é muito importante que as informações sejam divulgadas e não permaneçam circulando em um grupo fechado, até para que haja crescimento da própria comunidade científica.

*Camila Delmondes Dias é jornalista, especialista em jornalismo científico (Lajbor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Trabalha com gestão de negócios, marketing, publicidade e propaganda, e organização de eventos.*

*Cristiane Delfina é graduada em design pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestranda em divulgação científica e cultural (Unicamp), atuou com produção e edição de documentários para a TV Futura, canal RBS SC e empresas como a Fundação Vale e Natura.*

*Glória Tega-Calippo é jornalista, especialista em divulgação científica (USP), mestre em divulgação científica e cultural (Unicamp), colaboradora do Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/Unicamp). Autora da dissertação “Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas”, Lajbor/IEL/Unicamp.*

*Maria Beatriz Rocha Ferreira é livre-docente pela Faculdade de Educação Física da Unicamp, com doutorado em antropologia. Programa Capes/Professor Nacional Visitante Sênior na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).*

*Maria Clara Ferreira Guimarães é graduanda em linguística na Unicamp e bolsista CNPq na área de Iniciação Científica em Divulgação Científica, na Unicamp.*

*Vera Regina Toledo Camargo é doutora em comunicação, com pos-doc em multimídia/Unicamp. Pesquisadora do Lajbor/Unicamp, professora credenciada no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultura (IEL-Lajbor-Unicamp).*

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Zapatero, G. R.; Castaño, A. M. M. “Arqueologia e cinema, uma história em comum”. *Publicação Anual* nº 3, p.19. 2008. pp.19-31.
- Herzog, W. *Cave of forgotten dreams*. [documentário]. Produção e direção de Werner Herzog. França, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Creative Differences, History Films, Ministère de la Culture et de la Communication, 2010. 90 minutos.
- Zapatero, G. R.; Castaño, A. M. M., 2008. *Op. Cit.*
- Ferro, 1992. *Apud* Rezende, L.A. “História das ciências no ensino de ciências: contribuições dos recursos audiovisuais”. *Ciência em Tela* [periódico na Internet]. 2008
- Rosenstone, R.A. “History in images/History in words: reflections on the possibility of really putting history onto film”. *The American Historical Review*, Vol.93, nº 5. pp. 1173-1185. 1988.
- Tega-Calippo, G. M. V. “Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas”. 179 f. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp, Campinas, 2012.
- Zanettini, P. E. “Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos”. *Revista de Arqueologia Americana*, nº 27, pp.71-87. 2009.
- Wichers, C. A. de M. “Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira”. 483p. Tese de doutorado em museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010.
- Funari, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15.
- Amorim, L. H; Massarani, L. “Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros”. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Vol.1, nº 1, jan-abril 2008. p.80.
- Wichers, C. A. de M., 2010. *Op. Cit.*, p.197.
- Tega-Calippo, G. M. V.; Wichers, C. A. de M.; Zanettini, P. E. “Mosaico paulista: Guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo. In: Anais da Reunião da Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia da América Latina e do Caribe, 17. 2011, Campinas: Unicamp, 2010.
- Zanettini, P. E. “Indiana Jones deve morrer”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Caderno de Sábado, pp.4-5. 18 jul. 1991. p.4.
- Bakhtin, M. (1979) “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. Trad: Pereira, M. E. G. G. São Paulo, Ed. Martins Fontan. 1997.
- Sandig, B. (2000, Tübingen). “O texto como conceito prototípico”. In: *Linguística textual: perspectivas alemãs*. Trad: Wieser, H. P. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2009.
- Funari, P. P.. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- Morás, T.M. e Resende, E. C. P. “Território audiovisual - Imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa”. VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul. Goiânia, 2012.

HQ

## Para ensinar arqueologia



O livro *De dinossauros ao patrimônio* propõe divulgar a arqueologia de uma forma “diferente e dinâmica”. A publicação

foi lançada em 20 de março último, durante a Semana de Arqueologia do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi desenvolvida por alunas do Projeto de Iniciação Científica Júnior (Pic Jr) em 2012. “A iniciativa teve o objetivo de envolver as pesquisadoras juniores na produção de um material didático, que registrasse as relações desses alunos com a descoberta e com as discussões sobre o fazer arqueológico”, explica a professora Aline Vieira de Carvalho, coordenadora do LAP.

Para que a história não se resumisse a uma visita explicativa do personagem (uma criança) ao LAP (o roteiro habitual em histórias desse tipo), Paulo Duarte também virou personagem e, deste modo, passou a explicar arqueologia. Em forma de fantasma, o pesquisador aparece durante o sonho do personagem principal, um menino de onze anos que deseja ser arqueólogo. Paulo Duarte (1899 – 1984) foi responsável pela implantação de diversos projetos preservacionistas, que possibilitaram o desenvolvimento da arqueologia acadêmica no Brasil.

## SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

### Lavouras escondem fragmentos históricos

O que pode ser encontrado em meio ao canavial, além de cana? Vestígios de outras sociedades que ali viveram. Pouca gente imagina que pesquisas arqueológicas também ocorram em áreas de expansão de lavoura, mas, muitas vezes, durante estudos necessários ao licenciamento ambiental, pode ser verificada a existência de sítios arqueológicos.

A pesquisadora Luana Antoneto Alberto conta que, durante pesquisas, as equipes, formadas por arqueólogos, historiadores, antropólogos, educadores e trabalhadores auxiliares, vasculham os terrenos em busca de evidências trazidas à tona pelo movimento dos arados e colheitadeiras. Da mesma forma realizam intervenções no subsolo para verificar a existência de vestígios em maior profundidade. “Antes dos levantamentos de campo, realizamos pesquisas bibliográficas e análise de cartas relativas à região a ser estudada, para definir a metodologia mais adequada”, diz. A pesquisa em áreas de lavoura de cana, quando possível, é vinculada ao processo de colheita, o que favorece a visualização do solo e o estudo dos sítios arqueológicos. “Alguns são bastante fugazes e apresentam poucos vestígios”, diz Luana. Desde 2007, foram identificados e estudados na região de Olímpia-SP cerca de 60 sítios arqueológicos.

Glória Tega

## PRIMEIRA LEI DE PROTEÇÃO É DE 1961

Qualquer terreno pode conter vestígios arqueológicos, e a legislação federal que protege esse patrimônio é extensa e antiga. A primeira lei data de 1961 e a Constituição de 1988 contempla a proteção dos sítios arqueológicos. Importante também é a resolução estadual SMA-34, de 2003, que dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico no processo do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de impacto. Para se adequar à legislação e evitar impactos, por exemplo no caso das usinas de cana-de-açúcar, é necessário adotar uma postura preventiva em relação à questão.

## CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA

### O maior evento da América do Sul

O XVII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) será em Aracaju (SE), de 25 a 30 de agosto de 2013, com o tema “Arqueologia sem fronteiras”. Além dos arqueólogos brasileiros, o encontro recebe pesquisadores de diversos países, o que o transformou no maior congresso sobre o tema da América do Sul. Este ano a organização espera cerca de mil inscrições. Mais informações podem ser obtidas no site: <http://www.xvii-congresso.sabnet.com.br>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA E ECOLOGIA  
HISTÓRICA DOS NEOTRÓPICOS

**LÍDER DO GRUPO**

EDUARDO GÓES NEVES

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia da  
paisagem; Patrimonialização,  
educação e musealização  
da arqueologia

**INSTITUIÇÃO**

USP

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=0067704S19IU3B](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067704S19IU3B)

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA E BIOARQUEOLOGIA:  
PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL

**LÍDER DO GRUPO**

ALBERICO NOGUEIRA DE QUEIROZ

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Bioarqueologia em contextos  
históricos; Patrimônio, cultura e  
ambiente; Tafonomia de vestígios  
bioarqueológicos; Teoria e artefatos  
arqueológicos; Zooarqueologia e  
antropologia biológica

**INSTITUIÇÃO**

UFS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=0070704Q07HS29](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0070704Q07HS29)

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA DAS SOCIEDADES  
INDÍGENAS DA REGIÃO PLATINA

**LÍDER DO GRUPO**

KLAUS PETER KRISTIAN HILBERT

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Sociedade, cultura material  
e povoamento

**INSTITUIÇÃO**

PUCRS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=0006704OWG7KWI](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0006704OWG7KWI)

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA DE  
AMBIENTES AQUÁTICOS

**LÍDER DO GRUPO**

GILSON RAMBELLI

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia marítima e subaquática e  
pública; Patrimônio cultural  
subaquático

**INSTITUIÇÃO**

UFS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=00707043EOV5GQ](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00707043EOV5GQ)

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA DO BAIXO AMAZONAS

**LÍDER DO GRUPO**

DENISE PAHL SCHAAN

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia da paisagem;  
Arqueologia histórica;  
Estudos de cultura material

**INSTITUIÇÃO**

UFPA

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=00447042W5DMY7](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00447042W5DMY7)

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA DO NORDESTE  
DO BRASIL

**LÍDER DO GRUPO**

MARIA GABRIELA MARTIN ÁVILA

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia histórica urbana;  
Povoamento pré-histórico do  
Nordeste do Brasil;  
Registros gráficos  
da pré-história

**INSTITUIÇÃO**

UFPE

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

[http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/  
detalhegrupo.  
jsp?grupo=0021704JCBAROI](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0021704JCBAROI)

**NOME DO GRUPO**

BAHIA ARQUEOLÓGICA

**LÍDER DO GRUPO**

CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia das populações pré-coloniais; Arqueologia do período colonial na Bahia; Arqueologia e informática; Arqueologia pós-colonial na Bahia; Processos museológicos em acervos arqueológicos

**INSTITUIÇÃO**

UFBA

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0291704J2DC711>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

**LÍDER DO GRUPO**

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; HISTÓRIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Abastecimento militar; Arqueologia pública; Arqueologia subaquática; Cultura material e tradição textual; Estudos estratégicos

**INSTITUIÇÃO**

Unicamp

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00797052GGCAAO>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

**LÍDERES DO GRUPO**

MARCIA BEZERRA DE ALMEIDA;  
ANNE PYBURN

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia e contexto social; Arqueologia e etnografia na Amazônia; Representações sociais do passado; Cultura material e comunidades locais na Amazônia; Ensino da arqueologia

**INSTITUIÇÃO**

UFPA

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00447043DPY5FR>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA DE MINAS GERAIS

**LÍDER DO GRUPO**

ANDRÉ PIERRE PROUS POIRIER

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Arqueologia pré-histórica; Arte rupestre; Cerâmica Tupi-Guarani; Cultura Tupi-Guarani; Indústria óssea; Tecnologia lítica

**INSTITUIÇÃO**

UFMG

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0333704CGERMZK>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOLOGIA GUARANI: TERRITORIALIDADE E CULTURA MATERIAL

**LÍDERES DO GRUPO**

ADRIANA SCHMIDT DIAS;  
CRISTÓBAL GNECCO

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Identidade e cultura material; Territorialidade e arqueologia em terra indígena

**INSTITUIÇÃO**

UFRGS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=01927047JS09LV>

**NOME DO GRUPO**

ARQUEOMETRIA

**LÍDERES DO GRUPO**

LUIS CARLOS DUARTE CAVALCANTE;  
MARIA CONCEIÇÃO SOARES  
MENESES LAGE

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ARQUEOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Análise físico-química de material arqueológico; Arqueologia pré-histórica; Cadastro e mapeamento de sítios arqueológicos; Conservação de sítios de arte rupestre

**INSTITUIÇÃO**

UFPI

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0323704CJEMOG4>

# Artigos



# Ensaaios

---

---

## AS GREVES ANTES DA “GRÈVE”: AS PARALISAÇÕES DO TRABALHO FEITAS POR ESCRAVOS NO SÉCULO XIX

*Antonio Luigi Negro*  
*Flávio dos Santos Gomes*

Dia ensolarado. O italiano Pascoal se aproxima do brasileiro Justino. Apelidado de “missionário”, o italiano usava um desses chapeletes de militante socialista. Com uma pá na mão, o operário – um negro – fez uma pausa no batente para olhar Pascoal nos olhos, ouvindo-o atento. Gesticulando com as mãos, compensando o sotaque carregado, o italiano viera atear fogo: criticou salários, incitou todos a largarem o serviço e a fazer a revolução. “Você, seu Pascoal” – argumentou Justino (também com seu sotaque próprio) – “está perdendo seu tempo. Eu não compreendo a língua estrangeira”.

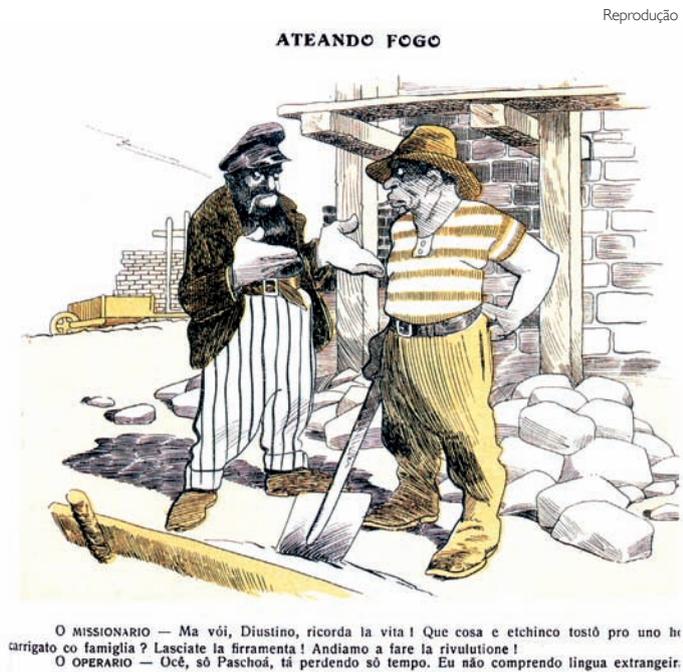
Tal como na charge de J. Carlos (publicada na revista *Careta* em 1917), imprensa, novelas e textos didáticos divulgaram para o grande público essa – fictícia – figura do italiano anarquista. Celebravam o mito do imigrante radical, uma fantasia em parte utópica e preconceituosa. Utópica porque os trabalhadores europeus não eram em sua maioria rebeldes nem se sentiam italianos. Ou seja, nem sempre eram anarquistas e tampouco se declaravam italianos. Na verdade, uma grande parte era de origem rural, não era composta de artesãos radicais ou trabalhadores de fábrica. Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma maciça experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. Havia, em acréscimo, divisões étnicas

entre os imigrantes. Consequentemente, a desconcertante conclusão de Michael Hall é a de o nascente operariado industrial de São Paulo de origem imigrante ter contribuído para manter a classe operária em situação relativamente fraca e desorganizada. Muitos abraçavam identidades étnicas antes de mais nada, pois lhes assegurava um senso imediato de comunidade. Outros eram católicos e conservadores. Também aceitaram serviços cuja remuneração os brasileiros recusavam (1).

O mito do imigrante radical é também um preconceito porque, entre silêncios e esquecimentos, impede que o trabalhador local (a começar pelo escravo) apareça como protagonista das lutas operárias. Figuras como a de Justino, que aparece trabalhando mas é pintado como alheio à pregação inflamada do italiano radical, personificaram o anti-herói conformista. Enquanto que Pascoal desembarca pronto para lutar, o operariado formado em solo brasileiro deve, nessa ótica, ou aceitar a liderança do imigrante ou ficar de fora; quase um fura-greve. Deste modo, as imagens do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e rebelde, assim como a do trabalhador brasileiro longe das lutas, não passam de uma representação caricata do operariado do início do século XX.

Além disso, de acordo com esse mito do imigrante radical, a paralisação coletiva do trabalho seria algo tão inédito no Brasil que sequer haveria um termo disponível na língua portuguesa para nomear o fenômeno. Na falta dessa palavra, éramos obrigados a tomar de empréstimo aos franceses a palavra *grève*! No entanto, a paralisação do trabalho como forma de protesto e barganha foi sempre uma consequência tão espontânea e lógica da experiência dos trabalhadores que boa parte das línguas europeias possui uma palavra própria para designar o fenômeno. Assim,

ingleses fazem *strike*. Já os espanhóis entram em *huelga*, enquanto que italianos, quando param o serviço, estão em *sciopero*. No Brasil do século XIX, as primeiras formas de suspensão coletiva das atividades ficaram conhecidas como *paredes*. Sem essa, portanto, de um Pascoal rebelde e um Justino que não fala o idioma da luta operária. Para nós, a emergência da classe trabalhadora não pode estar vinculada apenas à imigração.



#### QUANDO AFINAL SURGIRAM AS

**GREVES NO BRASIL?** Há quem tenha indicado que a greve dos tipógrafos de 1858 foi a primeira greve do Rio de Janeiro. Será? Sabemos hoje que, um ano antes, os trabalhadores escravizados pertencentes ao Visconde de Mauá pararam o serviço da fábrica da Ponta d'Areia. Esta era um dos maiores estabelecimentos da cidade, com cerca de 10 oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravos. Contudo, apesar de noticiada na imprensa, não existem maiores informações sobre as reivindicações dos escravos.

Era comum haver cativos e livres no mesmo espaço de trabalho. Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre os anos de 1840 a 1850 – em particular nas fábricas de vidro, papel, sabão, couros, chapéus e têxteis –, 45% eram escravos. Além disso, o recenseamento de 1872 apontou que, no Rio de Janeiro, havia mais de 2 mil cativos empregados como trabalhadores em pequenas fábricas. São várias as evidências de paralisações feitas por escravos. No final da década de 1820, cativos, africanos livres e outros trabalhadores pararam a Fábrica de Pólvora Ipanema, controlada pela monarquia. Reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, incluindo diárias e dieta alimentar. No Rio de Janeiro, em abril de 1833, um levante numa caldeiraria trouxe apreensão quando os escravos enfrentaram a força policial, sucedendo tiros e mortes. Em 1854, Joaquim da Rocha Paiva foi testemunha e vítima

da ação coletiva dos seus escravos. Tudo aconteceu na terça-feira, 5 de setembro. Foi na Fábrica de Velas e Sabão, sua propriedade na Gamboa. Um grupo de escravos “armados de achas de lenhas e facas” paralisou as atividades e reivindicou sua imediata venda para outro senhor. A decisão deles – ao que parece – não tinha motivo declarado. Há informações de que Rocha Paiva tentou negociar, propondo discutir o assunto no dia seguinte, enquanto alegava ser tarde da noite. Crioulos e africanos,

na sua resposta, dirigiram-se ao proprietário “em tom alto”. Esclareceram “que não queriam esperar por que aquilo era negócio de ser decidido logo”. A decisão final do proprietário apareceu não num acordo, mas sim na rápida repressão policial de quase cem homens, que assustou os moradores da Corte, e chamou a atenção da imprensa. Chegando a força policial à fábrica, os escravos se entregaram às autoridades sem opor resistência. Talvez julgassem que, sendo presos, ficariam todos juntos, afastados daquela fábrica por algum tempo e depois poderiam ser vendidos, como desejavam. Em 1858, na rua da Saúde, um outro grupo de escravos que trabalhava num armazém de café se insurgiu contra seu proprietário, Manuel Ferreira Guimarães. Igualmente, paralisaram o trabalho e se fizeram ouvir: neste caso, não queriam ser vendidos. Sabedores das dificuldades financeiras de seu senhor com o armazém, os escravos não concordavam em ser vendidos, talvez prevendo que seu destino poderia ser as fazendas de café no interior da província. Experientes no trabalho urbano, rejeitavam a venda para as áreas rurais. Permanecer na cidade poderia significar não simplesmente ficar longe dos cafezais, mas manter arranjos familiares e laços de amizade. Queriam permanecer juntos. Por causa disso o armazém parou. Como resultado, os escravos sofreram represália imediata: foram levados para a Casa de Detenção. Quando deixamos de lado a *grève* e mito do imigrante radi-

cal e nos dedicamos, em seguida, à pesquisa, encontramos *paredes* feitas por trabalhadores escravos ou trabalhadores livres nascidos e crescido em solo nativo. Desse modo alargamos nossa visão e percebemos outras formas de protesto dos trabalhadores. Antes da *grève*, a *parede* dos escravos conseguia pressionar por melhores condições enquanto suspendia, temporariamente, os serviços; negociando também o retorno ao trabalho. Por isso mesmo, algumas fugas – inclusive as escapulidas curtas e individuais – eram eficazes como forma de negociação entre senhores e escravos. Aqui e ali, sumindo pelas falhas do sistema, mas deixando suas pistas em anúncios de jornal pagos por senhores que reclamavam o seu retorno, os cativos fugiam. Em tais anúncios, havia informações, que eram fornecidas pelos senhores, sobre a identidade e os costumes dos escravos em fuga (sinais e marcas específicas, os seus hábitos, possíveis paradeiros). Revela-se, assim, a mútua percepção de poderes, deveres e estratégias, senhoriais e escravas, de controle e protesto. Quando calculavam que era hora de parar de trabalhar, os escravos fugiam. Eram, às vezes, escapadas que duravam dias, ou um final de semana. Mesmo provisórias, eram cheias de tensões, castigos, concessões e riscos (para senhores e escravos). Era comum proprietários esperarem alguns dias para anunciar fugidos ou contratar capitães do mato. Tempo suficiente para que alguns fujões voltassem apadrinhados por senhores influentes e vizinhos de seus sinhões. A um padrinho cabia interceder invocando generosidade e tolerância. Se possível, o escravo ganhava o que desejava: uma melhoria nas condições do cativo. No mínimo, o escravo que regressava queria evitar castigos ou vinganças. Políticas dos senhores e políticas dos escravos acabam assim redefinidas: uma relação até pouco tempo atrás bem pouco conhecida.

Episódios aparentemente sem maior expressão como fugas temporárias, bebedeiras, desordens, ofensas físicas talvez escondam aspectos decisivos da cultura escrava, guardando expectativas relacionadas ao ritmo do trabalho, ao controle senhorial, à disciplina e ao lazer. Em épocas que antecediam as festas religiosas, aumentava a incidência das fugas. No emaranhado da polêmica definição sobre a criminalidade escrava, podemos ver a gestação de uma identidade grupal coletiva. Numa amostra de cativos recolhidos na Casa de Detenção em 1863, podemos verificar, entre suas motivações, a prisão tanto “a pedido” quanto por “insubordinar-se”, ou mesmo “queixar-se”. Estamos, talvez, diante



Reprodução

**Escravos “ao ganho”, na Bahia**

da formação de uma cultura de classe urbana entre os escravos, haja vista o alto número de cativos domésticos, cozinheiros, lavadeiras etc. Podiam ser cativos que se insurgiam, no âmbito doméstico, contra seus senhores (e assim eram remetidos à Detenção). Mas também podiam ser cativos que procuravam as autoridades policiais para defender o costume de alguma relação de trabalho, que consideravam desrespeitado. A lavadeira crioula Ludovina, por exemplo, procurou as autoridades policiais três vezes no mesmo ano. No registro prisional feito, está marcado seu crime: “queixar-se”. Reclamar, no caso de Ludovina, poderia ser a tentativa de protestar contra o seu senhor ou seus clientes. Isto era crucial, em particular no caso de escravos urbanos, muitos dos quais “ao ganho”, isto é, aqueles que, por si mesmos, alocavam os seus serviços no mercado. E recebiam por isso, transferindo uma parte de seu ganho ao senhor, que nada fazia. Eram os carregadores, as quitandeiras e os vendedores ambulantes. Depois de trabalhar, tinham de dar ao seu senhor uma parte de seus ganhos. Entre aqueles presos por “queixar-se” (certamente acusados de insolentes), temos um grande número de mulheres lavadeiras. Incluindo africanos, índios, brasileiros e imigrantes, juntar as experiências de trabalhadores livres e escravos é o melhor caminho para contornar preconceitos. Podemos chamá-las de invenção da liberdade, num mundo marcado pela escravidão.

**GREVE NEGRA** Com certeza, os motivos das queixas, protesto e negociação dos escravos iam além do ambiente e da vida domésticos. Estudando revoltas e movimentos sociais em Salvador, João Reis revelou uma greve de carregadores em 1857. Em resposta a mudanças legais que interferiram nas relações entre senhor e escravo e na forma de organização do trabalho, o que estava em jogo era uma intensa disputa com o poder público: o controle das práticas e costumes do trabalho urbano de escravos e libertos ao longo do século XIX pela administração municipal. Não por acaso, João Reis a chamou de “greve negra”. Centenas de africanos “ao ganho” – a maior parte africanos ocidentais: os “nagôs” – paralisaram por duas semanas o porto e o setor de abastecimento e transporte. Lutavam não por salários nem pelo fim de castigos. Opunham-se a uma legislação que visava controlar sua vida, com dispositivos que interferiam na organização de seus espaços de trabalho – os cantos. Os grevistas se opunham à determinação da Câmara Municipal que exigia o uso de chapas de identificação individual. Estas, com certeza, foram vistas como mais uma estratégia de controle sobre seus costumes, seus valores, suas vidas, seu trabalho. Foram duas semanas de tensões e expectativas, com os senhores inclusive divididos. Amplamente acompanhada pela imprensa, a *parede* foi marcada pelo recuo das autoridades (2).

**PROTAGONISTAS NA LUTA DE TRABALHADORES** Se havia greves antes da chegada dos imigrantes, também não foram um fenômeno urbano apenas. Na verdade, não só houve paralisações na área rural como também podiam dar continuidade a lutas anteriores, que prosseguiram sob novas formas – e em novas condições – sem para isso depender da militância de imigrantes europeus. Em Pernambuco (em 1919), mesmo submetidos à mais aguda exploração, os trabalhadores da zona açucareira sustentaram uma greve maciça. Ainda que não existam referências às suas identidades, eram descendentes de escravos e libertos, mestiços e negros. Sobre essa corajosa iniciativa, o jornal *Clarté* publicou a notícia “O trabalhador agrícola em Pernambuco”. Nesta, afirmou que, embora detratado como indolente e estúpido, o trabalhador rural era “o primeiro fator das fortunas dos usineiros”. A greve mostrou a força desses trabalhadores sofridos e humilhados. Trabalhavam em farrapos, tinham dívidas com o armazém dos engenhos, sua dieta alimentar era pobre e praticamente não recebiam assistência dos poderes públi-

cos. Queriam jornada de oito horas de trabalho, aumento salarial, reconhecimento sindical e fim de punições. Os usineiros fecharam suas associações à mão armada (3). Fica claro assim que nem só de italianos viveram as primeiras lutas operárias do Brasil. Os negros vieram, antes de mais nada, para trabalhar e podiam possuir ou adquirir ofício. Eram vitais em seu local de trabalho, no campo ou na cidade. Sua rebeldia, igualmente, era crucial para mobilizações e protestos da classe trabalhadora. Além das manifestações culturais pelas quais são conhecidos (como a arte e a religiosidade), os trabalhadores negros e seus descendentes protagonizaram experiências de greve que, felizmente, são cada vez mais reveladas pela pesquisa histórica.

*Antonio Luigi Negro* é historiador, professor associado do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

*Flávio dos Santos Gomes* é historiador, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Hall, M. “Immigration and the early São Paulo working class”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 12, 1975.
- Reis, J. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*, 18, 1993.
- Arquivo Edgard Leuenroth. “O trabalhador agrícola em Pernambuco”. In: *Clarté*, 1, 1921, p. 21-23. Esta matéria encontra-se transcrita no livro de Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, *A classe operária no Brasil*. Vol. 2. São Paulo, Brasiliense, 1981.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Castellucci, A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador, Fieb, 2004.
- Gomes, F. dos S. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- Mattos, M. B. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.
- Negro, A. L.; Gomes, F. dos S. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 18, 1, 2006.
- Negro, A. L. “Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da história social: o sentido marxista tradicional de classe operária”. In: *Revista Crítica Histórica*, 5, 2012.
- Hall, M. “Entre a etnicidade e a classe em São Paulo”. In: Carneiro, M. L. T.; Croci, F. (Org.). *História do trabalho e histórias da imigração. Trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo, Edusp, 2010.

## ESCULTURA

# A CERÂMICA TRANSFORMADA EM ARTE PELAS MÃOS DE FRANCISCO BRENNAND

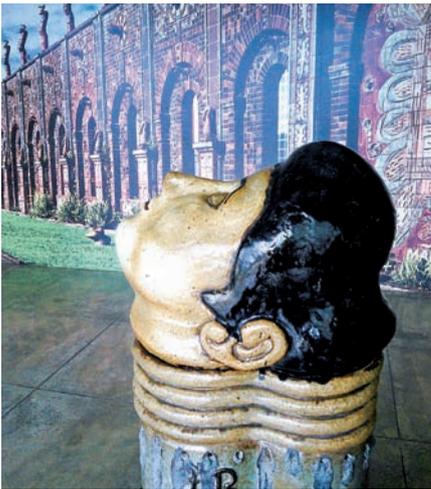
Como um dos maiores escultores brasileiros, esse recifense de 85 anos segue ativo, trabalhando, interessado no mundo que o cerca e com sua maior obra em permanente construção. Trata-se de um grande espaço nos arredores da capital pernambucana, na antiga Cerâmica São João da Várzea, de propriedade de sua família, que funciona como ateliê e museu para sua arte, que inclui também desenhos, pinturas e ilustrações. A antiga olaria é coberta por jardins de esculturas de animais, flores e seres mitológicos que comunicam o imaginário do artista para o resto do mundo. O fato de ter tanto espaço para criar e expor talvez seja uma das razões porque é raro ter uma exposição de Francisco Brennand fora de Recife. Esta lacuna foi preenchida este ano pela mostra *Francisco Brennand – Milagre da terra, dos peixes e do fogo*, no Sesc Interlagos, na capital paulista, que pode ser vista até 30 de junho. A exposição tem curadoria do artista plástico Emanuel Araujo, ex-diretor da Pinacoteca de São Paulo onde, em 1998, organizou uma grande retrospectiva da obra de Brennand.



Pássaros roca (acima), ícones da obra de Brennand, cumprimentam os visitantes na entrada do museu-ateliê em Recife. *Fruto* (série), 1984, cerâmica vitrificada (acima, dir.)

“Mostrar a escultura de Brennand em outro local que não seja o seu próprio, de Pernambuco, será sempre um desafio, diante do complexo diálogo criado por ele entre a escultura e o espaço em que ela se desenvolve”, aponta. “Ele planta esculturas nos mais diferentes espaços do magnífico cenário que espontaneamente se apresenta a quem chega ao lugar, prenhe de uma atmosfera profana e ao mesmo tempo quase sagrada”, descreve o curador no texto que abre o catálogo da exposição. No Sesc Interlagos a exposição traz um número bem menor de obras, mas nem por isso o conjunto é menos impressionante. “A exposição foi armada pensando em algumas vertentes que de certa forma pudessem passar em revista as muitas metáforas criadas pelo artista para compor o seu imenso repertório de grande

criador”, explica Araujo. Por meio do fogo Brennand dá vida à terra e a transforma em frutos, pássaros, peixes, em deuses e deusas. Para Camila da Costa Lima, pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que estuda a obra de Brennand, “o artista ocupa um papel de destaque por usar a cerâmica não somente como suporte para suas criações, mas como elemento importante na construção do significado de sua obra – fosse feita de outro material, o resultado não seria o mesmo, nem teria o mesmo impacto”. Um dos seres que povoa a imaginação do artista é o pássaro roca que paira como uma sentinela, tanto na entrada como na saída da exposição em São Paulo. Na obra da mitologia persa *As mil e uma noites*, os pássaros roca são aves gigantes capazes de caçar grandes animais, como bois e



As influências nordestinas são sutis, não constituindo o tema principal de sua obra

elefantes. No livro, o pássaro destrói o navio do marinheiro Simbad, mas ele, com sua astúcia, se amarra nas patas da ave e é levado por ela para terra firme. A literatura é muito presente no universo desse artista. Segundo ele mesmo escreve no texto *O oráculo contrariado* (2005), as palavras seriam inócuas se não existisse a vontade de criar imagens concretas. Em sua obra Brennand traduz com argila, o mundo das palavras e da mitologia.

Os pássaros roca são transformados por Brennand em esculturas altas, com corpo alongado e cabeça de pássaro, que parecem desafiar a gravidade para guardar a cúpula do céu, nos dizeres de Déborah Brennand, em poema dedicado ao marido.

Esse cenário é trazido para a exposição do Sesc por meio de painéis gigantes, instalados com tecnologia 3D, procurando simular o espaço da exposição como parte do museu. “A produção de Francisco Brennand, permeada por elementos mitológicos e simbólicos, é realizada seguindo conceitos desenvolvidos durante anos de pesquisa e experimentações. A temática peculiar aliada a um grande domínio da técnica da cerâmica resultam em obras diferenciadas, com um estilo muito próprio”, afirma Camila.

**INFLUÊNCIAS** A técnica é a cerâmica vitrificada “Nas diversas viagens à Europa, Brennand conheceu a cerâmica de Miró e Picasso”, conta Camila. “Esta descoberta o entusiasmou para iniciar trabalhos com o barro – matéria presente em sua vida desde sempre porque ele cresceu na indústria de cerâmica de sua família, a Cerâmica São João”. No início de sua carreira podem-se destacar dois artistas que exerceram influência decisiva sobre ele: os também pernambucanos Abelardo da Hora (escultor, pintor, desenhista, gravurista e ceramista radicado desde a década de 1930 em Recife) e o modernista Cícero Dias. “Abelardo, ainda que de modo informal, foi o primeiro professor, ensinando as técnicas iniciais da modelagem. Cícero Dias, já conceituado e reconhecido quando

Brennand ainda estava se interessando pelas artes, o ajudou a definir a escolha pela profissão de artista e direcionou seu estudo na Europa”, explica a pesquisadora. Ela chama a atenção para o fato de, independentemente do material utilizado, as formas, cores, traço e temática manterem a unidade e identidade do conjunto de sua obra, que foge de regionalismos. Para Camila, há ainda influência de Balthus (um dos grandes pintores do século XX) com seus retratos de jovens mulheres, também presentes na produção brennandiana, e do arquiteto catalão Antonio Gaudí, cuja liberdade criativa e a diversidade de técnicas e materiais causaram-lhe profunda impressão.

“O artista deve ser aquele que intui o mistério e logo coincide com o eixo do mundo, com o universo”, escreveu Brennand. A origem e os mistérios da vida e a reprodução são princípios básicos nos temas tratados pelo artista. “Daí as formas de ovos e casulos, constantes em suas obras, além de figuras humanas e de fragmentos do corpo, principalmente femininos, denotando forte relação da mulher com o início da vida”, diz. “Milagre está relacionado com a origem da vida e seu sentido cíclico de nascimento, reprodução e morte, aos mistérios da transformação da matéria são temas recorrentes em suas obras”, destaca Camila Lima.

O olhar de Brennand busca o milagre da transformação. Por isso sua arte segue viva, porque dialoga com as metamorfoses do mundo, com a perene transformação da natureza.

Patricia Mariuzzo

## DOCUMENTÁRIO

# O PIAUÍ EXISTE E ESTÁ PRESENTE NO LONGA METRAGEM *KÁTIA*

Divulgação



**Prêmio Petrobras Cultural de 2010 viabilizou o primeiro longa de Karla Holanda que levou 4 meses para ser filmado e um ano para finalização da pós-produção**

O Piauí existe – apesar de ser um dos mais “esquecidos” estados dessa estranha federação chamada Brasil. Por duas vezes, pelo menos, o pobre Piauí foi formalmente relegado ao esquecimento. Em 2010, o site do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) o excluiu de um mapa sobre novas estradas: por mais de 30 dias publicou na sua página na internet, um mapa onde o Piauí e o Maranhão faziam parte de um mesmo território. O rio Parnaíba, divisor natural dos dois estados, com cerca de 1,45 mil quilômetros de extensão, simplesmente inexistia. Antes disso, em 2009, uma editora do Paraná publicou milhões de livros didáticos para o governo federal com o mesmo erro.

Mas o Piauí existe não só *de facto* e nas cartografias corretas, mas também no cinema. É o que se pode observar em fenômenos audiovisuais como o longa independente de ficção *Ai que vida* (2008), dirigido pelo jornalista e cineasta maranhense Cicero Filho, e ainda o trabalho de Douglas Machado, diretor de extensa e refinada filmografia. E, a despeito dos repetidos esquecimentos, da pobreza e do subdesenvolvimento, o Piauí inova em ser o primeiro estado da federação onde uma travesti conseguiu assumir um mandato eletivo. Esse é o ponto de partida do filme *Kátia* (2012), documentário em longa-metragem.

O filme de Karla Holanda, centra foco sobre Kátia Tapety, a primeira travesti eleita a um cargo político no Brasil – ela foi vereadora por dois

mandatos e também vice-prefeita de Colônia do Piauí. O documentário, que estreou no 45º Festival de Brasília, é resultado de 20 dias de convívio da equipe de filmagens com Kátia em sua cidade. Selecionado na 36ª Mostra Internacional de Cinema São Paulo, recebeu os prêmios de Melhor Filme, Fotografia e Edição no VI Festival For Rainbow.

Karla trabalha com audiovisual desde 1992 quando abandonou a profissão de fonoaudióloga exercida em Fortaleza e foi morar no Rio de Janeiro. No mesmo ano realizou seu primeiro curta-metragem, uma ficção sobre vampiros. A partir daí, iniciou uma série de seis documentários sobre escritores brasileiros (Lúcio Cardoso, Pedro Nava, Antônio Carlos Villaça, Aníbal Machado, Rachel de Queiroz e Antônio Salles) exibidos em canais de TV e em instituições, como universidades, escolas e centros culturais, alguns dos quais foram premiados em festivais.

O documentário começa com Kátia em seu ambiente de origem. A câmera a acompanha em seus afazeres cotidianos: manejo da roça, alimentação dos seus animais, feitura do melado. Alguns planos ilustram o entorno pobre e o asfalto esburacado (quando há asfalto) o que é uma constante nesses trechos, mostrando o descaso público para com a região. O enfrentamento do clima sertanejo nordestino, rigorosamente quente e seco, também é um tema que emerge com frequência nas falas da protagonista e demais personagens. Mas é Kátia quem de fato monopoliza as atenções, falando ou em silêncio. A câmera a acompanha em direção à cidadezinha de Oei-

## Encontro com realidade inesperada

### *De onde surgiu a inspiração para fazer o documentário?*

Soube de Kátia Tapety através de notícias na internet, em 2007, quando morava em São Paulo. O que me chamou a atenção foi ela ter se tornado a primeira travesti eleita a um cargo político no Brasil e vir de um lugar inesperado: o sertão do Piauí, região tão imediatamente associada a machismos e “cabras da peste”. Além disso, sou também do Piauí e logo me senti familiarizada com a paisagem, o sotaque e o humor que saltavam das matérias. No entanto, ao visitar pessoalmente Kátia em sua cidade, o que fiz três meses depois (janeiro de 2008), o fato de ela ser a travesti que rompia expectativas se tornou secundário. A realidade que a cercava era tão mais abrangente, prolixa, polifacetada e dinâmica que, logo no primeiro dia, eu não tive dúvida: tinha que fazer aquele filme!

### *Como foi o contato com Kátia e como avalia a participação dela no filme?*

Ela não tinha ideia exata do que era um filme – só tinha visto filmes na TV, nunca teve a experiência da sala de cinema. Mas, inteligente, ela logo entendeu que era algo

que poderia destacá-la. Sempre foi solícita, mesmo com breves momentos de desconfiança, porém mais por influência de terceiros, que lhe inculcavam medos a respeito da intenção do filme. Aprendi muito com ela sobre respeitar, de verdade, as diferenças. Quando a conheci, esperava encontrar uma política engajada, com princípios e ideais definidos. O que vi, no entanto, não era nada diferente do modelo de se fazer política na maioria das cidades brasileiras: assistencialismo e paternalismo – favores em troca de votos. Quando deixei de julgar e querer encaixar



Divulgação

aquela realidade nos meus códigos, minha relação com ela cresceu muito e isso ajudou no filme. As necessidades daquele lugar são de natureza tão elementar que o assistencialismo que Kátia pratica – e ela faz isso durante todo o ano, mesmo quando está sem cargo e não é candidata – faz uma diferença enorme na vida de muitos ali.

Kátia é acostumada a mandar e a dar

ordens porque muitos esperam isso dela.

### *Durante a execução do projeto, existiu algum tipo de preconceito?*

É claro que o preconceito sobre a temática existe e é forte. Mas, diante da Kátia, ele se dissipa. Até os mais homofóbicos, que costumam se divertir com piadinhas banais, se sentem intimidados e até ridículos – porque Kátia vai muito além.

ras, primeira capital do Piauí. Ela quer registrar sua filha adotada – mas como mãe. Diante da impossibilidade legal, Kátia aceita assumir a paternidade da filha. O contato de Kátia com a autoridade judicial é uma cena-chave, que revela uma surpresa sobre o conservadorismo da região e resume o temperamento incisivo da personagem. Segundo explica a diretora, “a resposta do juiz é tida como avançada, já que

ele não vê problema na adoção. Talvez a cena quebre a expectativa que se cria sobre a região, de ser especialmente conservadora”.

Em seguida, de volta à sua comunidade, a câmera mostra o convívio com seus vizinhos e em suas “ações assistenciais”. Nesse segundo “bloco” do documentário, fica sugerido que Kátia doa remédios, providencia documentos e assistência médica para moradores da comunidade. O sin-

cretismo religioso orienta uma Kátia diplomática, que mantém bom relacionamento com a igreja católica da região, ao mesmo tempo em que participa de rituais de umbanda.

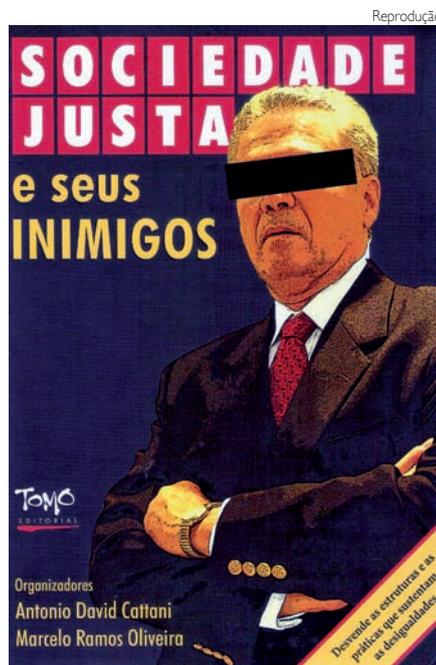
Nas palavras de uma senhora entrevistada, prima de Kátia (porém da ala mais aristocrática e conservadora dos Tapety, uma das famílias mais influentes na política do Piauí), em Oeiras não se alimenta preconceito de gênero, contra ho-

mossexuais. Segundo ela, como o povo é muito cristão e católico, a tolerância seria uma constante. O rosto de Kátia ao fundo, em segundo plano, mão sob o queixo, sublinha a fala da senhora religiosa em eventual contraponto: focando Karla e Jane, a câmera adota a velha técnica de “um olho no padre e outro na missa”. A vida afetiva de Kátia é sugerida, porém não explicitada: sabe-se que ela tem um ex-companheiro e que está prestes a assumir uma nova união.

*Kátia* demonstra um passo de maturidade na carreira de Karla Holanda. A abordagem documentarista de personalidades tipicamente brasileiras parece uma constante na obra da artista, que apresenta influências depuradas do cinema-novismo. O método de Karla, sua técnica de aproximação de pessoas comuns e suas singelas histórias privadas, foi sendo gradativamente delineado em curtas anteriores como *Vestígio* (2002) e *Riso das flores* (2004), e não esconde a influência de uma certa antropologia visual, notadamente de obras como *Moi, un noir* (1958), e *Jaguar* (1967), de Jean Rouch, ou ainda *Crônica de um verão* (*Chronique d'un été*, 1961), de Rouch e Edgar Morin.

*Kátia* representa um avanço na carreira de Karla, seu projeto mais ambicioso e complexo. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a integridade de seu personagem, a emergência de temas, entornos e atmosferas tipicamente brasileiras, Karla não dá as costas à comunicação mais ampla com seu público.

Alfredo Suppia



## RESENHA

### INJUSTIÇA FISCAL: PAGA MAIS TRIBUTO QUEM REALMENTE PODE PAGAR?

Um recente movimento nas ciências sociais e econômicas vem propondo um caminho alternativo aos tradicionais estudos sobre desigualdade social centrados na pobreza, em suas causas e consequências e nas possíveis soluções para atacá-la. O foco dessas novas pesquisas é a pequena parcela do topo da pirâmide social e as razões estruturais que permitem que ela concentre a maior parte da renda no país.

Após coordenar a coletânea *Riqueza e desigualdade na América Latina*, pu-

blicada em 2010 pela editora Zouk, de Porto Alegre, o líder do grupo de pesquisa que leva o mesmo nome dessa obra, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Antonio David Cattani, retoma o tema, dessa vez centrado no sistema tributário brasileiro, em *A sociedade justa e seus inimigos* (Tomo Editorial, 2012), organizado em parceria com o auditor-fiscal da Receita Federal, Marcelo Ramos Oliveira.

Cada capítulo dessa nova coletânea trata de uma faceta específica da injustiça tributária brasileira. Cattani introduz o tema em “Sofismas da riqueza”, um texto em que faz um ataque feroz aos autores que a legitimam, segundo ele, pertencentes a um “fundamentalismo neoliberal”. Essa demarcação de terreno no campo do confronto teórico se torna mais explícita – e amena – no capítulo final “Os amigos da justiça social”, que ele assina junto com Oliveira. Ali eles apontam as bases teóricas das correntes em disputa, uma apoiada em pensadores como Hobbes, Kant, Hegel, Marx e Mészáros, e outra, de tendência liberal, em Mills, Bentham, Hayek e Popper.

Um dos capítulos mais ricos em dados e gráficos – aos quais os textos posteriores, inclusive, se remetem – é o que destrincha as bases tributárias no Brasil, assinado por Fátima Gondim Farias, também auditora-fiscal da Receita Federal e uma das fundadoras do Instituto de Justiça Fiscal, e por Marcelo Lettieri Siqueira, professor da Universidade Federal do Ceará. É bastante elucidativa, nesse texto, a explicação sobre o quanto pode ser enganosa a comparação da carga tributária

bruta de diversos países, sendo mais apropriado descontar, primeiro, as pensões e aposentadorias, para se chegar à carga tributária líquida, e, depois, os juros da dívida pública, para se chegar ao montante que sobra no caixa do Estado para a prestação de serviços públicos.

**ELUCIDAÇÕES** Alguns pequenos detalhes poderiam deixar esse texto ainda mais rico, tanto do ponto de vista do entendimento do leigo a respeito de um tema tão complexo quanto da contribuição que ele pode proporcionar ao debate político. Um exemplo é a apresentação, logo após um gráfico, que mostra em ordem crescente os países com maior carga tributária bruta, de uma tabela, dessa vez não mais em ordem crescente, mas sim alfabética, da carga tributária líquida e do desconto de juros de países de uma lista não totalmente coincidente com aquela. Um outro detalhe é, por um lado, apontar o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo e mostrar nessa tabela que, devido a um alto desconto de juros de dívida pública, o que sobra no caixa é muito pouco; mas por outro, não comentar que o percentual do que sobra da carga tributária nos Estados Unidos é muito próximo da nossa carga tributária líquida descontados os juros, não apontar que posição esse país ocupa no ranking mundial das desigualdades e não citar que ali também é grave e politicamente complicada a questão da dívida pública.

Ao apresentar a tabela seguinte, que traz dados sobre a tributação direta e a indireta em grandes regiões do globo, seria bastante elucidativo se não apenas fosse apresentada uma colu-

na própria para a tributação sobre a renda, mas houvesse a explicação de quais tributos, além da renda, compõem o que se chama de tributação direta. Mas, certamente, uma das principais contribuições desse texto é mostrar o quanto a tributação indireta, que incide sobre os bens de consumo, é muito maior no Brasil do que a tributação direta, o que sem dúvida pesa mais no bolso da população de baixa renda. Parte da repercussão desse debate se refletiu na recente medida do governo federal de renúncia fiscal sobre produtos que compõem a cesta básica.

O principal imposto envolvido nessa renúncia fiscal, a Cofins, é tema do capítulo assinado por Evilasio Salvador, da Universidade de Brasília, que trata de um aspecto específico dessa tributação indireta. Ao tratar da injustiça fiscal no financiamento das políticas sociais, Salvador mostra que 86,3% dos recursos voltados para a assistência social vêm da Cofins, que incide sobre os bens de consumo, e que apenas 6,5% têm origem na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas. Ou seja, o consumo, inclusive dos mais pobres, é que sustenta os programas sociais.

**CIRANDA FINANCEIRA** Um texto que radicaliza o discurso, no mesmo tom adotado por Cattani na introdução do livro, é assinado por Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. Ela aborda de forma bastante pertinente o quanto o sistema da dívida pública, ao mesmo tempo em que consome boa parte dos recursos arrecadados na tributação, contribui para a evolução dos lucros no sistema

financeiro. Mas ao criticar, primeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída no governo FHC, e, depois, a Carta aos Brasileiros do então candidato à presidência Lula, em que ele se compromete a cumprir os contratos, Fattorelli não se dá conta de que mais perversa do que a ciranda financeira que alimenta o capital seria a fuga desse mesmo capital caso não houvesse segurança jurídica em nosso país. Uma coisa é a defesa de auditoria da dívida e o exemplo da comissão que ela integrou, a convite do presidente equatoriano Rafael Correa, a qual resultou em considerável redução da dívida externa do Equador. Outra, bem diferente, é a defesa do calote, que está nas entrelinhas daquelas críticas.

Duas omissões básicas, talvez por motivos ideológicos ou por estratégia argumentativa, marcam essa publicação. Primeiro, ao tratar tanto de dívida interna quanto de dívida externa, não fazer nenhuma menção ao fato de o Brasil ter passado da condição de devedor à de credor no cenário internacional. A outra, ligada certamente à retórica de ataque aos “inimigos de uma sociedade justa” – os ricos e a estrutura que alimenta a concentração de riqueza – tem a ver com o tom maniqueísta que predomina em praticamente todo o livro, ao tratar basicamente de pobres e ricos e não fazer uma menção sequer ao fato de o país ter alcançado a condição de ter a maioria de sua população pertencendo à classe média. Mas certamente essa obra traz contribuições fundamentais para o debate acerca das desigualdades em nosso país.

*Rodrigo Cunha*

LUCAS PICCININ LAZZARETTI

## STRIGOI

As justificativas científicas foram o primeiro refúgio que encontraram para o fato de que você havia saído de casa por fim, mas ninguém sabia ao certo quais eram as razões que levavam sua bunda a sair da cadeira de madeira na qual esteve pregado no último ano e meio, até porque não bastava pegar o argumento darwiniano e esticá-lo até enquadrar-se em seu caso. O fato era que você havia sido chutado, como quase todos os seres humanos já foram, mas reagiu como uma espécie de concha e ninguém foi capaz de movê-lo de casa. (...). Passaram dois meses e nada de levantar-se da maldita cadeira de madeira, todos chegaram a pensar que você substituíra o apego que sentia por ela e inculcara tudo em uma inocente cadeira de madeira. Foi aí que começaram as conjeturas científicas, psicológicas, médicas e, devo confessar, até mesmo espirituais, em que em um jantar fui forçado a ouvir um estúpido mencionar que sua cadeira era o apego por um deus inexistente, era a objetificação de todo o niilismo que você sentia no momento do abandono, o que, segundo o estúpido, justificava que seu processo de luto não evoluía sem religião ou espiritualidade, ficando estagnado na negação. Como eu gostaria que você entrasse naquele jantar, com a cadeira pregada na bunda, para dizer que não era por estar recluso, sentado em uma maldita cadeira, que você passara a acreditar ou precisar de deuses. Depois desse primeiro tempo as pessoas deixaram de se sentir curiosas por seu caso e quando completou oito meses em que estava em seu silêncio tumular, respondendo tudo com uns resmungos guturais, o sentimento havia se alterado, compactando todas as formas de manifestações em um único apiedar-se, sendo uníssonas as mensagens de melhora, dando a entender que ninguém mais tinha esperança que sáísse de seu mutismo. As primeiras mensagens que pretendiam servir como apoio não torraram tanto minha paciência, porque eu sei que as pessoas precisam dessas coisas para reconfortarem-se lá naquilo que chamam de alma ou consciência (...). Sua mãe foi a primeira que buscou alegar qualquer coisa, primeiro exigindo uma posição mais incisiva de todos e por fim balançando os braços dizendo que a única solução seria interná-lo. Afastados os corvos foi mais fácil dar tempo ao tempo e esperar que voltasse a falar, ou que simplesmente escolhesse um outro lugar para sentar. (...). Quando todos já haviam perdido as esperanças você levantou e disse um basta para aquela palhaçada, com essas palavras mesmo, depois arrumou uma mala e veio se instalar nesse quarto, nesse hospital que não é uma má escolha, mas que aumenta consideravelmente o número de adeptos que alegam encontrar justificativas científicas para o seu caso. O médico que está cuidando de você veio falar comigo, parece estar confiante em sua recuperação. (...). “Lembra muito o barulho estridente e agudo que faz uma coruja no meio da madrugada. Se você está andando no meio do mato esse barulho faz com que a nuca se arrepie e instantaneamente a cabeça deve se abaixar, proteger os olhos talvez. Se você está andando em uma cidade pequena, onde as corujas têm liberdade à noite, a reação é de curiosidade e espanto, uma contradição cidadina, aquele animal silvestre anunciando seu território no meio do breu, impondo seu respeito perante o negrume da noite e aí você se sente um pingo de qualquer coisa. (...). No momento em que fiquei sabendo o que vinha acontecendo fui jogado na noite e pouco importava se era uma noite urbana ou não. Senti os braços perdendo sangue e a vontade de me sentar, para trazer ar para cabeça e não acabar cometendo alguma insanidade, fui me aproximando da parede e deixando a vertigem tomar conta, depois mais e mais a parede foi parecendo uma ladeira e por fim uma montanha e eu me sentia no sopé de uma erupção de tijolos brancos, em que a única possibilidade era me arrastar até o chão e esperar pelo resgate. Na manhã seguinte ela veio, já avisada que eu sabia de tudo, para colocar meu pescoço no devido lugar. Foram poucas as palavras, alguma coisa

que buscava explicar tudo, com ela saindo e argumentando que era melhor daquela maneira, (...) desejei que ela fosse atropelada por um caminhão, então caminhei para dentro de casa, ajeitei minha cadeira e sentei para sentir o sangue voltar para os braços, tendo muito prazer em passar o resto do dia em silêncio e em repouso. O vento fazia o vaso de samambaia ficar girando, como se fosse uma espécie de cata-vento esverdeado, e só percebi que o dia inteiro tinha corrido quando não consegui enxergar os meus pés dentro dos chinelos com muita nitidez. Pensei; “bem, um dia que perdi não conta muita coisa, porque nem sei direito quantos dias tenho no total, mas tudo bem ficar um dia aqui sentado, estava merecendo”, para então dar conta que minha boca tinha permanecido calada por todo aquele dia. É plausível que uma pessoa entre em estado de choque com alguma perda, mas eu sabia que não havia sido uma perda, que era uma coisa habitual, (...), ficar em casa quieto foi a minha forma de acostumar-me com o acidente, estava supondo, e ficar calado era uma opção sensata, (...). Até aí havia justificativas, perfeitamente razoáveis, mas escutei o primeiro grito, não lembro como nem onde, não sei se ele foi realmente distante ou se algum efeito, do tipo doppler, fez com que parecesse ir e vir de uma orelha para outra. Mas é certo que escutei um grito, não muito agudo, de forma animalesca, indefinido entre a dor, o desespero e a raiva. (...). Durou alguns segundos e parou, retornando ao silêncio. Meus braços começaram a sentir novamente o enformigamento e cheguei a imaginar que estivesse enfartando, (...). Na cozinha tomei um copo de qualquer coisa e fui deitar com o estômago vazio. No meio da noite fui acordado por outro grito, ainda indistinto, mas que soava mais próximo. Durou mais (...), tinha um ponto fixo, longe do meu quarto e do meu apartamento, em algum lugar no limite entre dois bairros próximos. Impossível dormir depois do grito, então levantei e preparei um chá, um resto de folhas verdes que ela tinha deixado, olhei o apartamento com as luzes apagadas, só a chama azul do fogão iluminando tudo com pouca intensidade, e fui com a xícara até a cadeira de madeira, ficando sentado o resto da madrugada e quando o dia começou não senti ânimo para levantar. No fim da tarde outra vez o grito, mas agora mais longe, como se andasse pela cidade, e mais tarde, no meio da madrugada, novamente, outro grito. Minha rotina havia sido alterada, dependia inteiramente primeiro da ansiedade em receber aquele grito e depois na agonia de ter recebido. Cogitei a possibilidade de bater no apartamento de algum vizinho e perguntar se também estavam escutando aquilo, porque eu não deveria ser o único a ouvir algo tão avolumado, mas tinha medo das reações e fiquei sentado em minha cadeira de madeira. Alguns dias chegava a escutar quatro vezes, outros dias ele aparecia uma única vez, causando uma onda de expectativa angustiada que eu jamais havia provado. No primeiro dia esperava que ela voltasse, era também uma ansiedade, mas ela não voltou e isso já não importava, pois de alguma forma eu tinha que estar ali para o grito, para aquela demonstração de garganta diária. (...). Tem uma hora que cansa, ou que a agonia leva à precipitação. Já ouvi histórias de soldados que saíram correndo feito loucos por estarem entrincheirados por muito tempo, em um nível de apreensão esgotante. (...). (...). Tentava me convencer que era só um barulho rotineiro da cidade, ou gatos. A cidade era mais plausível, as construções, tudo se encaixava para que a calma voltasse. Mas uma noite, enquanto estava deitado, escutei o grito outra vez, só que estava perto, gritava muito perto, não distante em um bairro, gritava dentro do meu prédio, nas escadas, conseguia escutar o eco do grito nas escadas. Levantei assustado, preparei o chá um pouco afoito e fui sentar. Enquanto dava um gole o grito outra vez, agora mais perto, como se tivesse alcançando meu andar, era forte, muito forte. Na posição habitual, na cadeira de madeira, de costas para a porta de entrada, virei meu pescoço e vi a porta abrir em silêncio. Eu estava em pé, na minha frente. Eu acabava de entrar pela porta com expressão afoita. Eu abri a boca com o corpo ereto e gritei, na minha frente, olhando no fundo dos meus próprios olhos com desespero. De alguma forma eu já estava morto, gritando do além-túmulo para minha figura viva, implorando para que ela reagisse. E quando levantei da cadeira, nascendo para minha própria morte, o grito parou de soar.”

*Lucas Piccinin Lazzaretti, natural de Pato Branco-PR, mudou-se para Curitiba aos 17 anos, onde reside. Autor sem publicações, tradutor caseiro e estudioso sistemático da obra de Kierkegaard. O conto é inédito e foi minimamente reduzido para a presente edição.*

# P O E S I A

---

T H I A G O M A T T O S

**2,1**

eu estava na minha cabeça  
me imaginando  
falando numa entrevista  
(como me imagino sempre)  
de quando proust  
desmaiou  
vendo o quadro (um quadro de alguém)  
“ele era doente”, eu diria,  
“ele era fisicamente doente,  
desmaiou porque teve talvez  
uma emoção forte  
e como era frágil...  
mas não desmaiou por causa do quadro  
a arte ainda não tem  
ou não tem mais  
o poder de  
fazer as pessoas desmaiarem”  
e aí  
    em seguida  
    imediatamente  
pensei numa  
máquina  
que era uma luva de boxe com um braço  
mecânico  
    retraído que se expandia e dava um soco  
no espectador  
quando ele chegava perto  
e o espectador desmaiava  
ou  
se fosse inteligente  
pelo menos  
fingia  
desmaiar

**3,8**

vou escrever tantos poemas quantos me forem  
permitidos serem escritos

poemas

poesia, reza uma ave-maria  
teu problema, poesia, é não rezar  
(antes de dormir)  
uma ave-maria

hoje à tarde voltei da rua  
(estraqalhado pela rua)  
e ouvindo música  
levantei até a metade os braços  
(como se fossem asas)  
e como se meus braços fossem asas comecei a ir  
pouco a pouco  
(devagar)  
levantando e abaixando  
(um pouquinho)  
até que eu batia as asas rápido e fazendo força  
e olhando meu reflexo  
na televisão desligada e  
pensei em algo que aqui não posso escrever

não lembro o que pensei

*Thiago Mattos nasceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, e estudou cinema e letras na Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor de francês e tradutor. Tem poemas publicados em revistas virtuais. Seu primeiro livro de poemas, Teu pai com uma pistola, foi lançado em 2012-2013, tendo recebido boa acolhida no meio literário, sendo resenhado por José Castello, pela revista Cult etc.*

## Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>

[cienciaecultura@sbcnet.org.br](mailto:cienciaecultura@sbcnet.org.br)

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

### NORMAS

**SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS** Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

**FORMATO** Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

**RODAPÉ** Notas de rodapé não são utilizadas.

**CRÉDITO** A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

**PRAZOS** Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

**DESTAQUES** Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

**REFERÊNCIAS** O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

**ENVIO DE MATERIAL** Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

**SIGLAS** As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

**CONTATO** É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.



Ministério da  
**Ciência, Tecnologia  
e Inovação**



### Realização



Sociedade Brasileira para o  
Progresso da Ciência

### Produção Editorial



### Apoio